

MENSAGEM Nº 722

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **MAURICIO CARVALHO LYRIO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Os méritos do Senhor **MAURICIO CARVALHO LYRIO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 07 de dezembro de 2020.

Brasília, 2 de Dezembro de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de MAURICIO CARVALHO LYRIO, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de MAURICIO CARVALHO LYRIO para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 751/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURICIO CARVALHO LYRIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/12/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2268799** e o código CRC **50FAE852** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006817/2020-33

SEI nº 2268799

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **MAURICIO CARVALHO LYRIO**

CPF: 926.392.247-00

ID: 10647 MRE/DF

1967 Filho de José Carlos Alves Lyrio e Maria da Gloria Carvalho Lyrio, nasce em 18 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1989 Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1993 CPCD - IRBr
1994 Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
2002 CAD - IRBr
2009 CAE (com louvor), A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2003 Primeiro-secretário, por merecimento
2007 Conselheiro, por merecimento
2010 Ministro de segunda classe, por merecimento
2016 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1994-95 Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, assistente
1995 Instituto Rio Branco, Professor Assistente de Relações Internacionais
1995-99 Secretaria-Geral, assessor
1999-2002 Embaixada em Washington, terceiro-secretário e segundo-secretário
2002-05 Embaixada em Buenos Aires, segundo-secretário e primeiro-secretário
2005-07 Embaixada em Pequim, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-08 Secretaria-Geral, assessor
2008-10 Assessoria de Imprensa do Gabinete, chefe
2010-2011 Gabinete, assessor especial do Ministro de Estado
2011-13 Missão do Brasil junto à ONU em Nova York, ministro-conselheiro
2013-16 Secretaria de Planejamento Diplomático
2016-17 Gabinete do Ministro de Estado, chefe do gabinete
2017-18 Secretaria-Geral, assessor
2018- Embaixada na Cidade do México, embaixador

Condecorações e Distinções

1993 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, primeiro lugar no Concurso de Admissão ao Instituto Rio Branco
1994 Prêmio Rio Branco, primeiro lugar no Curso de Formação do Instituto Rio Branco
1997 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
1997 Ordem Honorífica de Portugal, Oficial
1998 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2012 Medalha do Pacificador

2014	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2017	Medalha Mérito Santos Dumont
2018	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grão-Mestre
2019	Medalha do Exército Brasileiro

Publicações:

1995	A reforma da lei das patentes no Brasil e as pressões norte-americanas na área de propriedade intelectual, com Regis Arslanian, in Revista Política Externa, vol 4, nº2, USP/Paz e Terra, São Paulo
2003	La Alianza entre Brasil y Argentina, com José Botafogo Gonçalves, in Archivos del Presente, n.31, Fundación Foro del Sur, Buenos Aires
2005	Un balance del ALCA, com Adhemar Bahadian, in Revista Archivos del Presente, nº 37, Fundación Foro del Sur, Buenos Aires
2007	L'Accord ADIPIC, diz ans après, com Adhemar Bahadian, Editions Larcier
2008	TAA Negotiations: a View from the Brazilian Co-chairmanship, com Adhemar Bahadian, in The World of Investment and Trade, volume 9, n.3
2010	A Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos. FUNAG
2013	Memória da pedra (romance). Companhia das Letras
2013	O imortal (romance). Companhia das Letras

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

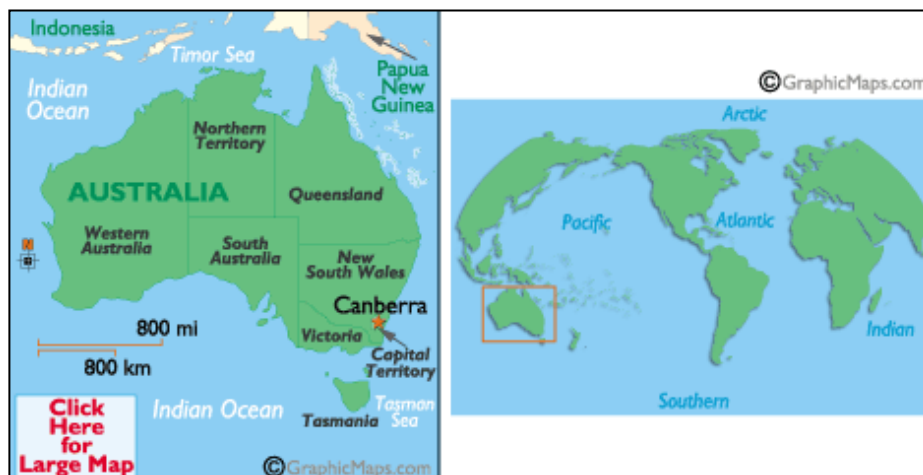
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NA ÁSIA, PACÍFICO E RÚSSIA (SARP)

Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)

Divisão de Pacífico (DAP)

Ficha-país

AUSTRÁLIA



AGOSTO de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
ADJETIVO GENTÍLICO	Australiano
CAPITAL	Canberra
DATA NACIONAL	26/01
ÁREA	7.682.300 km ²
POPULAÇÃO (2018)⁴	25,182 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral, general David Hurley (desde julho de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Scott Morrison (desde agosto de 2018)
CHANCELER	Marise Payne (desde agosto de 2018)
PIB nominal (2019)⁵	US\$ 1.418,28 bilhões
PIB PPP (2019)⁵	US\$ 1.318,60 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2019)⁵	US\$ 56.352
PIB PPP <i>per capita</i> (2019)⁵	US\$ 52.373
VARIAÇÃO DO PIB (%)⁵	2,8% (2019) 3,24% (2018); 1,96% (2017); (FMI)
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano 2018³	0,938 (3. ^a posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018)³	83,3 anos
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO (2018)³	12,7 anos

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019)⁵	5,3%
INFLAÇÃO (2019) ⁶	1,6% (2019) 2,18% (2018)
DÍVIDA EXTERNA (2019)⁵	US\$ 1.532,9 bilhão
UNIDADE MONETÁRIA	dólar australiano
EMBAIXADOR EM CAMBERRA	Sérgio Eduardo Moreira Lima
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Timothy Kane
BRASILEIROS NO PAÍS	registro de 40.220 brasileiros residentes na Austrália
CUMULATIVIDADES	Ilhas Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Vanuatu, Nauru

(1) Fonte: <https://databank.worldbank.org/data/download/gdp.pdf>

(2) Fonte: https://databank.worldbank.org/data/download/gdp_ppp.pdf

(3) Fonte: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>

(4) Fonte: <https://data.oecd.org/australia.htm>

(5) MRE/DPR/DIC, com base nos dados do IMF, Economist Intelligence Unit, e CIA.gov/World Factbook

(6) Australian Bureau of Statistics (ABS), Australia Trade Policy Review (WTO),

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MDIC

Brasil □ Austrália	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018	2019	2020 (jan- jul)
Intercâmbio	598	1.092	1.390	1.336	2.762	1.614	1.453	1.827	1.598	1.407	590,5
Exportações	305	464	614	492	803	450	400	464	473	456	236,2
Importações	292	628	775	844	1.958	1.163	1.052	1.363	1.125	951	354,3
Saldo	-17	12	-164	-161	-351	-1.154	-712	-652	-652	-495	-118,1

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Hurley

Governador-geral da Austrália, representando a rainha Elizabeth II



Nascido em Wollongong, Nova Gales do Sul, em 26/08/1953, o ex-soldado David Hurley foi nomeado governador-geral da Austrália em 1º de julho de 2019. Hurley entrou no Exército australiano em 1972, após graduar-se em Estudos de Defesa no Royal Military College, em Duntroon. Após 42 anos na ativa, assumiu a posição de chefe da Força de Defesa da Austrália.

Sua experiência como oficial do Exército incluiu o comando do Primeiro Batalhão australiano nas operações de paz na Somália (1993). Também comandou a Primeira Brigada de Darwin (1999-2000), quando teve papel importante nas operações de paz lideradas pela Austrália no Timor Leste. Após assumir diversas posições de destaque no Exército, Hurley foi, entre 2014 e 2019, o 38º governador-geral da Nova Gales do Sul.

Scott John Morrison

Primeiro-Ministro da Austrália



Scott John Morrison nasceu em 13/05/1968, em Sydney. É primeiro-ministro da Austrália e líder do Partido Liberal, tendo sucedido o ex-primeiro-ministro Malcolm Turnbull. Morrison graduou-se em Economia e Geografia pela Universidade de Nova Gales do Sul e iniciou sua carreira profissional atuando em entidades da indústria imobiliária e de turismo.

Na vida política, concorreu nas eleições de 2007 para representar o distrito de Cook, sucedendo Bruce Baird. Em 2008, Malcolm Turnbull trouxe Morrison para seu "front-bench" como "shadow minister" para Habitação e Governança Local. Em 2009, foi indicado por Tony Abbot como "shadow minister" para Imigração e Cidadania, tendo sido também ministro da Imigração e Controle de Fronteiras no governo Abbot. Em 2014, transferiu-se para o Ministério de Serviços Sociais. Foi favorecido pela ascensão de Malcolm Turnbull em 2015, tornando-se tesoureiro.

A ascensão de Scott Morrison a primeiro-ministro é avaliada pela imprensa australiana como a culminação de uma trajetória de um político habilidoso. Morrison soube posicionar-se bem no ambiente de disputas internas de seu partido para chegar à chefia do governo federal australiano. Contrariando todas as pesquisas eleitorais, foi reeleito nas eleições gerais de 18 de maio de 2019.

Marise Payne

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Marise Payne nasceu em Sydney, em 1964. Graduada em Artes Liberais e Direito pela Universidade de Nova Gales do Sul, ingressou no Partido Liberal em 1982. Obteve assento no Senado Federal em 1997 e ocupou o "back-bench" do Partido Liberal no Senado, de 1997 a 2007.

Após a vitória do Partido Trabalhista nas eleições de 2007, obteve sucessivas indicações como "shadow minister", notavelmente para os Negócios Estrangeiros, no período em que Malcom Turnbull foi líder da oposição. Em 2013, foi indicada para a pasta de Serviços Humanos, e em 2015 foi nomeada ministra da Defesa, cargo que ocupou até sua posse como ministra dos Negócios Estrangeiros, em agosto de 2018. Marise Payne exerce, cumulativamente, a pasta de Mulheres.

Timothy Kane

Embaixador da Austrália



Timothy Kane (nascido em 04/03/1968), diplomata de carreira, é formado em Artes pela Universidade de Melbourne e em Política e Comércio Internacional pela *Australian National University*, com mestrado em Relações Internacionais pela *Deakin University*. Kane é fluente em espanhol e está estudando português.

Como diplomata, Kane ocupou a função de *chargé d'affaires* em Madri (2017-2018) e de embaixador no Chile (2012-2018), que possui cumulatividade para Colômbia, Equador e Venezuela. Foi conselheiro na embaixada australiana em Washington e secretário na embaixada da Austrália na Cidade do México. Na chancelaria australiana, ocupou o cargo de diretor do Departamento de Pessoal.

VISÃO GERAL

Em 2020, as relações diplomáticas entre Brasil e Austrália completam 75 anos. Trata-se de momento propício para estreitar os laços entre os dois países, particularmente em contexto de retomada econômica pós-pandemia. Desde 2012, as relações entre os dois países foram elevadas à condição de parceria estratégica. Ambos são gigantes na produção e exportação de minérios, particularmente minério de ferro, e a cooperação já existente pode ser ampliada. O setor agrícola tem grande potencial também, especialmente no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores estrangeiros para projetos do PPI, o que abre oportunidade de aprofundamento nas relações econômicas com a Austrália.

Aspecto importante da agenda bilateral, o contingente de estudantes brasileiros é expressivo (mais de 20 mil alunos), ocupando o quinto lugar em número total de estudantes no país, após China, Índia, Nepal e Vietnã. O acordo férias-trabalho, já concluído e em vias de ser assinado, permitirá ampliar ainda mais o intercâmbio humano. Há um entendimento promissor entre instituições acadêmicas de ambos os países. A cooperação em ciência e tecnologia também representa importante fronteira das relações bilaterais, haja vista a existência de sinergias potenciais em agricultura, biotecnologia e gestão de recursos naturais, por exemplo.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945, comemorando-se, em 2020, 75 anos de relacionamento bilateral. A representação diplomática australiana, a primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro em 1946 e, no mesmo ano, criou-se a Legação brasileira em Camberra. Em 1990, estabeleceu-se o ***Mecanismo bilateral de Consultas Políticas (MCP)***, foro de concertação para o intercâmbio de ideias sobre temas de comum interesse.

O estabelecimento do MCP tem proporcionado a ampliação da agenda entre os dois maiores países do Hemisfério Sul, elevando-a a um novo patamar. Marco importante dessa renovação foi a criação, em 2012, da ***Parceria Estratégica Brasil-Austrália***, constituída a partir de comunicado conjunto emitido por ocasião de encontro entre as então mandatárias Julia Gillard e Dilma Rousseff, durante a Rio+20. A parceria tem como principal objetivo intensificar os contatos de alto nível (principalmente de chefes de Estado e de ministros) entre as duas nações. O documento também retoma o ***Plano de Ação Brasil-Austrália***, parte integrante do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de ***Parceria Reforçada*** Brasil-Austrália, firmado em setembro de 2010, em Nova York, à margem da 65ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), entre os então chanceleres Celso Amorim e Kevin Rudd.

O referido Plano de Ação prevê — além da manutenção do mecanismo de consultas entre os dois países — a intensificação da cooperação em todas as áreas prioritárias do relacionamento: comércio e investimentos; ciência e tecnologia; agricultura e assuntos sanitários e fitossanitários; cooperação para o desenvolvimento; mineração e energia (incluindo biocombustíveis); esportes; educação e treinamento; serviços financeiros; vistos; cultura; cooperação jurídica; segurança regional; meio ambiente e questões multilaterais. Como sequência aos esforços para implementar o Plano de Ação, foram assinados, durante a visita de Kevin Rudd ao Brasil (Foz do Iguaçu, dezembro de 2010), o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países e o Memorando sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte, que sedimentou o apoio australiano aos grandes eventos esportivos realizados no Brasil (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas do Rio em 2016).

Como componente histórico das relações bilaterais, vale mencionar a criação, em 2001, do ***“Council on Australia-Latin America Relations” (COALAR)***, no âmbito do *Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT)*, formalizado durante a visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Downer. O COALAR foi ação do governo liberal de John Howard, que buscou desenvolver as relações com os países latino-americanos e com o Brasil, em particular.

I – Encontros de alto nível

Visitas e encontros de chefes de estado e de governo

Durante a Cúpula do G-20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o então presidente Michel Temer, ocasião em que ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante as Olimpíadas de agosto de 2016, o governador-geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado em seguida ao país, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na já mencionada elevação do relacionamento bilateral ao nível de **Parceria Estratégica**. Pelo lado brasileiro, a participação da PR Dilma Rousseff na Cúpula do G-20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita de mandatário brasileiro à Austrália. Encontro bilateral entre ambas havia ocorrido também à margem da cúpula do G-20 em Cannes, em novembro de 2011.

Anteriormente, recorda-se que o então presidente Lula manteve encontros com o ex-primeiro-ministro Kevin Rudd em diversas ocasiões: i) à margem da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global (Washington, novembro/2008), no qual foram discutidas medidas adotadas pelos dois governos para o combate à crise financeira internacional; ii) à margem da Cúpula do G-8+G-5 (Áquila, julho/2009), com foco na discussão da proposta francesa de ampliação do G-8, mediante a incorporação dos membros do G-5+Egito (G-14); e iii) à margem da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima - UNFCCC (Copenhague, dezembro/2009).

Encontros de chanceleres

O então ministro Celso Amorim foi o primeiro ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião da sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil. Como mencionado anteriormente, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, visitou o Brasil em 2001 para formalizar o *COALAR*, tendo retornado ao Brasil em 2006.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o então chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o ministro Craig Emerson também foi a Brasília.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, o então chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie

Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal, ainda carente de aprovação pelo Ministério de Justiça brasileiro.

Em julho de 2015, a chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo então chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de **70 anos das relações Brasil-Austrália**, e pelo ministro da Educação, ocasião em que foi renovado Memorando de Entendimento em Educação. Em São Paulo, a chanceler australiana manteve encontros com empresários e estudantes australianos e brasileiros.

Em outubro de 2017, às margens da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o então chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em 8/5/20, o chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne, ocasião na qual indicou interesse em manter diálogo próximo sobre os desafios decorrentes da Covid-19 e propôs explorar possível cooperação em segurança alimentar.

Relações parlamentares

Com o início dos trabalhos da 56ª Legislatura, em 1º de fevereiro de 2019, o **Grupo Parlamentar Brasil-Austrália** foi reinstalado, sob a presidência do deputado Julio Cesar Ribeiro (REP/DF) e vice-presidência da deputada Celina Leão (PP/DF). Ao todo, compõem o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália 33 deputados federais. A senadora Ana Amélia (PP/RS), atualmente fora de exercício, teve papel importante na retomada dos encontros parlamentares entre os dois países. Originalmente criado em 1994, o grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre os poderes legislativos do Brasil e da Austrália, de forma a buscar maior aproximação entre as respectivas sociedades civis.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL/AUSTRÁLIA		
Presidente	JULIO CESAR RIBEIRO	Deputado
1º Vice-Presidente	CELINA LEÃO	Deputado
2º Vice-Presidente	DANIEL SILVEIRA	Deputado
3º Vice-Presidente	PROFESSOR JOZIEL	Deputado
1º Secretário	KIM KATAGUIRI	Deputado
2º Secretário	FLÁVIA MORAIS	Deputado
3º Secretário	LUCAS REDECKER	Deputado
	ANDRÉ ABDON	Deputado
	ANDRÉ FERREIRA	Deputado
	AROLD MARTINS	Deputado

	BOCA ABERTA	Deputado
	CAPITÃO ALBERTO NETO	Deputado
	CHIQUEINHO BRAZÃO	Deputado
	CHRISTIANE DE SOUZA YARED	Deputado
	DA VITORIA	Deputado
	DIEGO GARCIA	Deputado
	EDUARDO BARBOSA	Deputado
	FERNANDO RODOLFO	Deputado
	FLÁVIA ARRUDA	Deputado
	HEITOR SCHUCH	Deputado
	HÉLIO COSTA	Deputado
	JOÃO DANIEL	Deputado
	JÚLIO CESAR	Deputado
	LAFAYETTE DE ANDRADA	Deputado
	MANUEL MARCOS	Deputado
	MARCEL VAN HATTEM	Deputado
	MARCELO RAMOS	Deputado
	MARRECA FILHO	Deputado
	MAURO NAZIF	Deputado
	NILSON PINTO	Deputado
	PADRE JOÃO	Deputado
	PR. MARCO FELICIANO	Deputado
	TIAGO DIMAS	Deputado

Está em tramitação no Senado Federal o Projeto de Resolução N. 78/2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), que visa a implementar um segundo grupo parlamentar, no âmbito do Senado. O projeto ressalta a Parceria Estratégica Brasil-Austrália e o potencial das relações bilaterais.

Do lado australiano, o ex-presidente do grupo parlamentar de amizade Austrália-Brasil, Damian Drum (Partido Nacional, de Vitória), antecipou, em setembro de 2019, comunicação ao Congresso australiano para a reativação do grupo na nova legislatura, iniciada em julho de 2019; a comunicação oficial da reconstituição foi enviada à Embaixada do Brasil em Canberra em julho de 2020. A presidência do grupo deverá ser exercida novamente pelo deputado Drum, e a vice-presidência pela deputada trabalhista Sharon Claydon, representante de Nova Gales do Sul. Drum tem demonstrado interesse em relação ao Brasil e cultiva proximidade com a embaixada.

Ofereceu almoço aos deputados brasileiros por ocasião de missão parlamentar realizada em setembro de 2019. Do lado australiano, o grupo é composto por 25 parlamentares, dos quais 19 deputados e 6 senadores.

Em abril de 2018, o presidente do Senado australiano, Scott Ryan, e o deputado Damian Drum visitaram o Rio de Janeiro e Brasília. Na capital federal, a delegação australiana cumpriu extensa agenda, com visitas que também incluíram o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento. O principal interesse da delegação foi conhecer os projetos de reforma dos sistemas trabalhista e previdenciário, além de mudanças em normas de regulação econômica.

A última visita de parlamentares brasileiros à Austrália ocorreu em setembro de 2019, em comitiva formada pelos deputados Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), Camilo Capiberibe (PSB/AP) e Uldurico Maia (PROS/BA), com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários. Durante a visita, cumpriram extensa programação que incluiu encontros no Instituto Australiano de Estudos Aborígenes e Ilhéus do Estreito de Torres ("Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies" - AIATSIS), na Agência Nacional dos Australianos Indígenas ("National Indigenous Australians Agency" - NIAA) e na Comissão de Assuntos Indígenas do Parlamento.

Em 8/7/2019, o deputado Júlio César Ribeiro, líder do Grupo Brasil-Austrália, recebeu o ex-congressista australiano Peter Sleeper, cônsul-honorário do Brasil na Tasmânia, oportunidade em que reiterou seu anseio de visitar a Austrália em 2020.

Mecanismo de Consultas Políticas

O mecanismo de consultas políticas Brasil-Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A décima e mais recente edição do encontro foi realizada em Brasília, em 26/4/17, com a presença da subsecretária australiana Penny Williams e de seu então homólogo brasileiro, embaixador Georges Lamazière.

II – Acesso a Mercados

Acordo Mercosul-Austrália/CER

Em 1994, o CER (*Closer Economic Relationship*), bloco formado por Austrália e Nova Zelândia, firmou Mecanismo de Diálogo com o Mercosul. Em 1997, foi realizada a I Reunião Ministerial Mercosul-CER, seguida de mais cinco reuniões de alto nível até 2004. Em 19/4/2010, em Punta del Este (Uruguai), à margem da Reunião Ministerial do Grupo de Cairns, a agenda da Reunião de Altos Funcionários Mercosul-CER incluiu debate sobre a possibilidade de negociação de acordo de livre comércio Mercosul-CER. Naquela ocasião, o Brasil apoiou a ideia da criação de grupo de trabalho governamental para levantamento dos interesses das partes envolvidas.

Importante marco da aproximação entre o Mercosul e a Austrália e a Nova Zelândia foi a declaração conjunta firmada em 16/12/10, em Foz do Iguaçu, por ocasião da Reunião Ministerial Mercosul-Austrália-Nova Zelândia. A declaração objetivou o fortalecimento das relações econômicas e comerciais entre as Partes, por intermédio das

seguintes medidas: i) identificação de ações para promover o acesso a mercados para bens e serviços; ii) monitoramento constante das relações econômico-comerciais entre as partes; iii) análise de medidas, inclusive de terceiros países, que influenciam as relações comerciais e de investimentos entre os países; iv) incentivo para que o setor privado dos países esteja mais diretamente envolvido nas relações comerciais; e v) cooperação e consultas frequentes no âmbito da OMC e do Grupo de Cairns e de outros fóruns econômicos internacionais.

Em dezembro de 2016, a convite da Nova Zelândia, foi realizado diálogo bilateral comercial em Wellington, para prospectar a possibilidade de aprofundar o diálogo com o Mercosul. Em decorrência desse interesse, foram realizados, em 2017, dois encontros Mercosul-CER, nos quais se avaliou a possibilidade de avançar para um diálogo exploratório acerca do lançamento de negociações comerciais.

Em 2018, foram realizados outros dois encontros entre o Mercosul e representantes da Nova Zelândia, o primeiro em abril, em Buenos Aires, e o segundo em novembro, em Genebra. O Mercosul informou sobre suas dificuldades de agenda e limitação de recursos para o lançamento de nova frente negociadora.

III – Ciência e Tecnologia: acordos e potencialidades

Após longo período de negociações, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação foi assinado na Embaixada do Brasil em Canberra em 7/9/2017, com a presença do ministro australiano para Indústria, Inovação e Ciência, Arthur Sinodinos. Na época, o então primeiro-ministro Malcolm Turnbull anunciou que o Brasil integraria o grupo de parceiros prioritários para o desenvolvimento de inovação juntamente com a Austrália.

O acordo prevê a criação de Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com a expectativa de se reunir ainda em 2020. Possíveis temas a serem discutidos são: oceanos; bioenergia/bioeconomia; prevenção de desastres naturais; água; educação em matemáticas e ciências; espaço; e compartilhamento de infraestruturas de pesquisa.

O acordo foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) em 8/8/2018, e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em 31/10/2019. Está pendente a aprovação final pelo plenário do Senado. Do lado australiano, os requisitos para a entrada em vigor do acordo foram concluídos em janeiro de 2019.

O interesse de aproximação na área evidencia-se, ainda, pela assinatura de acordo entre a ‘Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation’ (CSIRO) e a Embrapa, em março de 2019. Estão sendo examinadas as iniciativas que devem ser levadas a cabo para a implementação do acordo em áreas como: (i) recursos naturais, inclusive água, e mudanças climáticas; (ii) segurança dos alimentos, nutrição e saúde; (iii) competitividade na agricultura e políticas relacionadas à ciência; e (iv) agricultura digital. Avalia-se também a realização de simpósio internacional para convidar especialistas a discutirem meios de cooperação científica, assim como mecanismos de financiamento e o possível lançamento de chamadas de pesquisa. A

CSIRO pretende abrir escritório no Brasil, seu segundo na América do Sul após um no Chile. Além da cooperação com a Embrapa, a CSIRO tem buscado outras entidades no Brasil com as quais poderia desenvolver projetos em áreas como cidades inteligentes e mineração.

Em termos de publicação de pesquisas conjuntas, o Brasil é o 16º maior colaborador com a Austrália, o que tem feito com que entidades daquele país procurem aproximar-se do Confap (Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa) para fornecer ainda maior impulso à relação.

A Fapesp assinou acordo com a Australian Technology Network of Universities (ATN), em 2013, para financiar projetos de pesquisa conjuntos. O acordo foi prorrogado até 2023. A fundação paulista mantém acordo com outras 10 universidades australianas.

O Departamento de Educação, Capacitação e Emprego (DESE) da Austrália e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) negociam memorando de entendimento com o objetivo de promover a atuação conjunta em projetos de pesquisa; incentivar o intercâmbio de pesquisadores e alunos de pós-graduação; e impulsionar a realização de seminários e publicações. O memorando está em fase final de negociações.

O DESE e a Confap também têm tratado da Aliança Tropical de Pesquisa da Água ("Tropical Water Research Alliance"), parceria entre instituições públicas e privadas e o meio acadêmico do Brasil e da Austrália com o objetivo central de desenvolver tecnologias para gestão de bacias hidrográficas. Versão preliminar do texto de memorando de entendimento está sendo elaborado pela parte brasileira.

O diálogo entre o DESE e a Confap prevê, ainda, a realização de semana de pesquisa brasileira na Austrália, em 2021, que deverá ter entre suas prioridades o enfrentamento à Covid-19.

Entre iniciativas bilaterais recentes, vale destacar: (i) Aliança Austrália-Brasil para Águas Tropicais (Colaboração existente entre a Universidade de Brasília e Griffith University com a formatação da aliança em 2019 (Redes BA, DF, ES, PR); (ii) Parceria Austrália-Brasil para Prevenção de Violência Doméstica e de Gênero (mobilidade de estudantes e pesquisadores desde 2017, formatação de grupos de pesquisas em 2018, desenho de projetos conjuntos em 2019); (iii) Simpósio Austrália-Brasil-Chile de Medicina Regenerativa e Desenvolvimento Biológico (aliança tripartite entre países desde 2018, série de seminários e pesquisas conjuntas); e (iv) Aliança Global para Bioeconomia UNESP, University of Queensland (UQ) e Technical University of Munich (TUM) (mobilidade de pesquisadores desde 2017, formatação de ações trilaterais desde 2018, formalização da aliança pelo CAPES PrInt).

IV – Acordos

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e o texto foi firmado em novembro de 2014, por ocasião

da Cúpula do G-20 em Brisbane. O acordo encontra-se sob análise do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

“Work and Holiday Visa”

Foram concluídas, em fevereiro de 2020, as negociações do texto do Memorando de Entendimento do Visto de Férias e Trabalho (“Work and Holiday”), que deverá beneficiar, a princípio, 500 jovens de cada lado. O acordo poderá ser firmado proximamente.

A Austrália mantém programa de vistos de férias e trabalho com cerca de 42 países e, recentemente, anunciou incremento do número de vistos dessa espécie para nacionais de Singapura (de 500 para 2500), Espanha (de 1500 para 3400), Israel (500 para 2500), Peru (100 para 1500), Chile (2000 para 3400), Tailândia (500 para 2000) e Indonésia (1000 para 4000).

Acordo de Previdência Social

A Coordenação-Geral de Cooperação e Acordos Internacionais da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (Ministério da Economia) sugeriu negociar Acordo de Previdência Social com a Austrália. Em Nota do DFAT, de 20 de novembro de 2019, informou-se que o Departamento de Previdência Social (DPS) da Austrália registrou o interesse na proposta brasileira de negociação do acordo de previdência e comentou que o início da negociação dependerá de aprovação do Gabinete do Primeiro-Ministro. Para adiantar as tratativas, o DPS recomendou receber maiores informações sobre o objetivo da proposta e como ela poderá gerar benefícios concretos para os dois países.

V – Cooperação Bilateral

Cooperação na gestão dos recursos hídricos

A Agência Nacional de Águas e o Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio da Austrália firmaram Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Gestão da Água, em junho de 2018. O Memorando prevê ampla esfera de cooperação bilateral em áreas como gestão estratégica e eficiente dos recursos hídricos e colaboração de pesquisas com agências não governamentais, universidades e centros de pesquisa. O acordo está em fase de implementação, para a qual será elaborado plano de trabalho

Cooperação educacional

A temática da cooperação educacional é elemento importante das relações bilaterais entre o Brasil e a Austrália. De acordo com o Departamento dos Negócios Estrangeiros e Comércio, no ano fiscal 2018-2019, o setor gerou AU\$ 37.556 bilhões (cerca de US\$ 26 bilhões) em exportações, atrás apenas do minério de ferro, carvão e gás natural.

O contingente de estudantes brasileiros na Austrália é de mais de vinte mil alunos (dados atualizados em março de 2020). O país está em quinto lugar em número

total de estudantes, atrás da China (167.526), Índia (105.156), Nepal (59.000) e Vietnã (22.000).

A maior parte dos estudantes brasileiros estão matriculados em cursos técnicos ("Vocational Educational Training") ou de estudo da língua inglesa ("English Language Intensive Courses for Overseas Students"). Os dados apontam para diminuição do número de alunos brasileiros no país, que alcançava 26.288 no final do ano passado e parece refletir os primeiros efeitos da pandemia de Covid-19. Tendo em vista que o governo australiano determinou a proibição de ingresso de não-nacionais e não-residentes permanentes em 20 de março passado, esse número poderá sofrer redução ainda maior.

Dados do fim de 2019 mostravam que as matrículas no ensino superior representavam 6% do total de estudantes brasileiros na Austrália. No ensino superior, o Brasil aparecia como 21º colocado entre os países que mais enviam estudantes à Austrália. Apesar dos valores ainda pouco significativos nesta área, o número de matrículas de brasileiros no ensino superior australiano aumentou 76% desde setembro de 2016. Os estudantes brasileiros matriculados em universidades australianas concentravam-se sobretudo em mestrados "lato sensu" (954), seguidos de bacharelados (565), doutorados (319) e mestrados "stricto sensu" (26). As principais áreas de estudos dos universitários brasileiros são Gestão e Comércio (843), Tecnologia da informação (196), Engenharia e Tecnologias Relacionadas (153), Ciências Naturais e Físicas (149), Saúde (137) e Artes criativas (106).

Recorda-se que o Comunicado Conjunto que estabeleceu, em 2012, a parceria estratégica entre o Brasil e a Austrália, atribuiu especial importância à cooperação bilateral em temas educacionais. Destacam-se, na agenda bilateral, os seguintes temas:

Potencial de cooperação em energia renovável/bicombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. No que se refere em particular aos biocombustíveis, a experiência brasileira somada às oportunidades existentes na Austrália apontam para uma potencial área de cooperação.

Potencial de cooperação em energia nuclear

Em setembro de 2019, o deputado australiano Josh Wilson, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Energia da Câmara dos Deputados, enviou carta à Embaixada em Canberra por meio da qual informou sobre realização de pesquisa referente ao uso de energia nuclear na Austrália, a ser conduzida por aquela comissão, e convidou o governo brasileiro a participar da referida pesquisa, contribuindo com sua experiência no desenvolvimento do uso da energia nuclear no Brasil.

A Austrália já utiliza, em instalação localizada em Nova Gales do Sul, o reator nuclear multipropósito OPAL ("Open Pool Australian Light-Water Reactor"), projetado e construído pela empresa argentina INVAP. O contrato de fornecimento com a empresa atingiu US\$ 180 milhões e foi considerado relevante projeto de exportação argentino, desenvolvido e implementado com tecnologia daquele país.

Potencial de cooperação em defesa e inteligência

Brasil e Austrália possuem significativo potencial para desenvolver cooperação em matéria de defesa e segurança, haja vista que são os dois maiores países do Hemisfério Sul, com ampla tradição pacifista. A Declaração Conjunta de Parceria Estratégica, assinada em 2012, prevê o encontro regular entre altos funcionários das áreas de política externa e defesa dos dois países. A Austrália, além de ser compradora de material bélico brasileiro, está implementando ambicioso projeto de expansão de modernização de suas forças armadas. A abertura da adidância de defesa em Camberra, em janeiro de 2020, ampliou as possibilidades de diálogo e cooperação entre as forças dos dois países.

VI – Comunidades

Assuntos consulares

Segundo dados de 2018 da Embaixada em Camberra, o número de brasileiros na Austrália é estimado em cerca de 55 mil pessoas, sendo cerca de 46 mil residentes permanentes e 9 mil temporários. Além desses, existem ainda 27 mil estudantes brasileiros de nível universitário, cursos de formação profissional, de língua inglesa, entre outros. A maior parte dos brasileiros que residem ou estudam na Austrália encontram-se em Nova Gales do Sul (47%) e Queensland (25%) e, em menor escala, em Vitória (14%), Austrália Ocidental (10%), Austrália do Sul (2%), ACT (Camberra) (1%), Território do Norte (0,25%) e Tasmânia (0,25%). Anualmente, a Austrália recebe mais de 50 mil visitantes brasileiros temporários.

Com base em dados oficiais australianos (Australian Bureau of Statistics - ABS) estima-se que, em 2018, havia 46.450 brasileiros com residência permanente na Austrália, dos quais 33.790 na jurisdição do Consulado-Geral em Sydney. Em números aproximados, 21.870 estariam em Nova Gales do Sul, 11.790 no estado de Queensland, e 130 no Território do Norte. O “Department of Education and Training” (2019) indica que o número de estudantes brasileiros na Austrália, em outubro de 2019, era de 26.288, dos quais 21.355 estão na jurisdição de Sydney, sendo 13.033 em Nova Gales do Sul, 8.263 em Queensland e 59 no Território do Norte.

A média de visitantes brasileiros temporários (período inferior a um ano) foi de 4.900 por mês em 2019. Este número contempla, em sua maioria, turistas, mas também estudantes de inglês por curtos períodos (fonte: ABS, 2019). Registra-se, assim, estimativa total de 73.415 brasileiros (com residência permanente, temporária ou estudantes) na Austrália, dos quais 55.145 na jurisdição de Sydney, além dos turistas. Confirma-se, assim, tendência de crescimento absoluto da população brasileira residente na Austrália. Dados do ABS registram que essa população triplicou em dez anos.

A rede consular é formada pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, além de seis Consulados-Honorários (Adelaide, Brisbane, Darwin, Hobart, Melbourne e Perth). No que tange a não residentes, em 2017, 54.900 brasileiros visitaram o país, dos quais 18 mil (33%) por motivos de férias, 16 mil (30%) por motivos de estudos, 13 mil (24%) para visitas a familiares e amigos e 3.800 (7%) a negócios.

Os brasileiros residentes em Melbourne são especialmente organizados, uma vez que a cidade não conta com a presença de consulado. A comunidade brasileira naquela cidade criou o Conselho de Cidadãos Brasileiros de Vitória (CCBV), que se encarrega de prestar auxílio aos nacionais com maior vulnerabilidade e promove ações em prol da população local, como o projeto “Little Language Brazil”, que divulga a língua portuguesa e a cultura brasileira para crianças. Com a extinção do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE), por meio do Decreto Presidencial 9.759, de 11/04/2019, o CCBV se encontra em momento de redefinição, embora tenha adiantado à Embaixada em Camberra seu intuito de continuar operando.

Visto eletrônico e posterior dispensa do visto

Em 16 de março de 2019, foi promulgado o decreto nº 9.731, que dispensa os australianos da exigência de visto de turista para ingresso no Brasil, a partir de 17 de junho de 2019. O referido decreto retirou a exigência de reciprocidade na concessão de vistos contida na Lei de Migração de 2017, cujo artigo 9º prevê que o "regulamento disporá (sobre) hipóteses e condições de dispensa recíproca ou unilateral de vistos".

A Embaixada da Austrália em Brasília estima que o fluxo de australianos aumentou 15% após a isenção de visto. Dados oficiais do Anuário Estatístico de Turismo (ano base 2019) revelam que a quantidade de viajantes australianos em visita ao Brasil aumentou de 33.862 em 2017 para 42.235 em 2018, elevação de 24,7% no período, mesmo antes da isenção de visto.

40 anos da Câmara de Comércio Austrália – Brasil (ABCC)

A Câmara de Comércio Austrália-Brasil (ABCC, na sigla em inglês), sediada em Sydney, celebrou, em 6/9/2019, o quadragésimo aniversário de sua fundação.

Repatriação de brasileiros e situação da comunidade brasileira no contexto da crise pandêmica global

Estimou-se haver, no ápice da crise consular, cerca de mil brasileiros retidos na Austrália, entre afetados pelos voos cancelados e desvalidos. Um voo Sydney-Guarulhos, com escala em Santiago, partiu em 21/4 levando parte desses cidadãos. Posteriormente, o Consulado-Geral em Sydney entrou em negociação com a Qatar Airways para oferecer aos consulentes desconto entre 10% e 20% nos voos da companhia, para aquisição e custeio pelos passageiros interessados.

Os efeitos sobre a comunidade brasileira começaram a ser sentidos a partir de março, quando os governos federal e estaduais australianos adotaram medidas severas para evitar o agravamento da crise de saúde pública e reverter a expansão do contágio. Particularmente significativos foram o fechamento das fronteiras, que ocasionou o cancelamento de voos internacionais e domésticos, e as medidas de isolamento social, pelas consequências imediatas e amplas no mercado de trabalho, em particular para os portadores de vistos temporários.

A embaixada passou a receber, então, em número crescente, consultas de brasileiros afetados pelo cancelamento de voos e perda de empregos. A fim de assegurar a assistência aos brasileiros, especialmente aos desvalidos, foi criado e mantido cadastro

conjunto com informações dos nacionais que solicitaram auxílio aos dois postos, além daqueles que preencheram o formulário emergencial da SERE. Todos os que relataram dificuldades e estavam na Austrália por períodos curtos tiveram sua situação solucionada, o que permitiu que o cadastro unificado fosse descontinuado.

Segundo dados do Australian Bureau of Statistics, de março a maio de 2020, último mês com dados disponíveis, a comunidade foi reduzida em cerca de duas mil pessoas, o que representou aproximadamente 3% do total. Os números relativos evidenciam inversão da tendência de crescimento constante até fevereiro/2020 para redução da comunidade a partir de março deste ano. Houve inversão do saldo entre a chegada e a partida de brasileiros, de uma média de 300 novos brasileiros na Austrália por mês entre fevereiro/2019 e fevereiro/2020, para um saldo negativo de 680 em março, 980 em abril e 370 em maio último. Acresce a suspensão do número de turistas brasileiros, cerca de 6 mil por mês em média. Embora o período mais agudo da crise pareça haver passado, é possível que as restrições às viagens internacionais sigam em vigor na Austrália pelo menos até o final de 2020.

VII – Agenda cultural

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos (GRULAC) organiza, anualmente, o “Latin American Film Festival - LAFF”. Já em sua XV edição, o festival atraiu, em 2018, público superior a 6000 pessoas e contou com projeções em 13 cidades australianas. Em 2019, o festival foi aberto com o filme "Como é cruel viver assim" (2018), da diretora Julia Rezende, que fez um vídeo especial para o público australiano. Ao longo do segundo semestre de 2019, o Brasil, por intermédio da Embaixada, organizou edições do festival nas cidades de Sydney, Brisbane, Melbourne, Adelaide, Hobart, Launceston, Bathurst, Dubbo, Narooma e Woloongong.

Difusão da língua portuguesa

Apesar de alegadas dificuldades financeiras, a Universidade Nacional da Austrália (ANU) permanece a única a oferecer o português como língua de estudos na graduação, sendo que as Embaixadas do Brasil, Portugal e Timor-Leste na Austrália operam em sintonia para promover a continuidade do curso de língua portuguesa naquela Universidade.

I – Visão geral da economia australiana

A Austrália completou, em 2019, 28 anos consecutivos de crescimento econômico, destacando-se, juntamente com a Coreia do Sul, como uma das economias mais bem gerenciadas no mundo. Ainda assim, o país tem sofrido diretamente com a desaceleração da economia chinesa, levando à queda do poder de compra da moeda australiana, ao aumento do desemprego e à redução dos negócios no setor de varejo. Com a pandemia de Covid-19, a Austrália entrou em recessão.

Segundo as autoridades econômicas australianas, a taxa de crescimento do PIB em 2019 foi da ordem de 2,75%. Para 2020 e 2021, o “Reserve Bank of Australia – RBA” previa crescimento de 2,75% e 3%, respectivamente.

O relatório "World Economic Outlook" (WEO) de abril de 2020, elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), projetou recessão de 6,7% da economia australiana em 2020, em razão da crise pandêmica global, seguida de crescimento de 6,1% em 2021. Dados divulgados pelo *Australia Bureau of Statistics* mostram que a Austrália se encontra em recessão, enfrentando a pior contração econômica desde 1930 (no primeiro trimestre, o PIB caiu 0,3% e o gasto público aumentou 1,8%; economistas projetam contração de 8,5% antes da retomada econômica, que deve ocorrer em setembro).

A Austrália é um dos maiores produtores e exportadores de produtos minerais, atividade que tem grande peso na composição do PIB nacional, responsável por cerca de 8% do total da riqueza produzida no país e cerca de 60% das exportações australianas. O país é o maior produtor mundial de bauxita, minério de ferro, lítio, titânio e urânio e possui reservas abundantes de carvão, ferro, cobre, ouro, gás natural. É também um dos maiores produtores e exportadores de diversos produtos agropecuários, tais como carnes, trigo, cevada e lã. O segmento de manufaturas inclui empresas de processamento de gêneros alimentícios, além de empresas de alta tecnologia, decorrente de investimentos na área de pesquisa e inovação. O PIB australiano, de cerca de US\$ 1,4 trilhão, possui a seguinte constituição por setores econômicos: serviços (72%), construção (8%), mineração (8%), indústria (8%) e agricultura (4%).

De acordo com o Departamento de Indústria, Inovação e Ciência da Austrália (DISS), o país deve tornar-se, no curto prazo, o maior exportador mundial de gás natural liquefeito (GNL). As exportações australianas já ultrapassaram as exportações do Catar nos meses de novembro de 2018 e abril de 2019. A capacidade australiana de exportação de GNL aumentou de 2,6 bilhões m³/dia (Bcf/d) em 2011 para mais de 11,4 bilhões em 2019. O relatório do DISS afirma que as exportações australianas de GNL, em valor, aumentaram de AU\$ 30,8 bilhões no biênio 2017-2018 para AU\$ 42,4 bilhões, por conta dos aumentos do preço e da oferta do GNL exportado pelo país. É provável que, no curto prazo, as exportações australianas de GNL ultrapassem, em

valor, as exportações de carvão mineral. A maior parte do GNL australiano é exportada para o Japão, a China e a Coreia do Sul, por meio de contratos de longo prazo, com crescimento progressivo da demanda chinesa nos últimos anos.

II - Comércio bilateral

O Brasil é destino de mais da metade das exportações australianas para a América Latina. Em 2019, o intercâmbio de comércio entre Brasil e Austrália foi de cerca de US\$ 1,4 bilhão, com déficit para o Brasil da ordem de US\$ 495 milhões (importações de US\$ 951 milhões e exportações de US\$ 456 milhões). Percebeu-se decréscimo de 8,7% no comércio bilateral entre 2018 e 2019, embora o déficit brasileiro tenha sido significativamente menor em 2019 (US\$ 654 milhões em 2018). A Austrália apresentou-se, em 2019, como o 53º destino das exportações brasileiras (participação de 0,2% do total das exportações) e o 35º fornecedor das importações nacionais (participação de 0,62% do total das importações).

Entre 2011 e 2019 o intercâmbio bilateral Brasil-Austrália recuou 51%, passando de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 1,4 bilhão. Análise dos últimos cinco anos permite confirmar que o comércio com a Austrália é tradicionalmente desfavorável ao Brasil: - US\$ 653 milhões (2015); - US\$ 410 milhões (2016); - US\$ 899 milhões (2017); - US\$ 652 milhões (2018) e - US\$ 495 milhões (2019).

Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2019, foram: (i) máquinas para terraplanagem e perfuração (18%); (ii) café em grãos (11% do total); (iii) ônibus e outros veículos (9%); (iv) suco de laranja (7,2%); e (v) máquinas agrícolas (4,3%). As exportações brasileiras estão concentradas em produtos manufaturados (US\$ 353 milhões-77,4% do total). Produtos básicos e produtos semimanufaturados representam respectivamente, 15,8% (US\$ 71,9 milhões) e 6,8% (US\$ 31,21 milhões).

Por sua vez, os principais produtos adquiridos pelo Brasil procedentes da Austrália, em 2019, foram: (i) carvão mineral (78%); (ii) demais produtos manufaturados (6,5%); (iii) ácidos carboxílicos e seus anidridos (1,7%); (iv) demais produtos básicos (2,3%); e (v) ligas de alumínio (1,5%). As exportações australianas ao Brasil mantiveram tendência de concentração em produtos básicos (US\$ 773 milhões - 81% do total). Produtos industrializados e produtos semimanufaturados representam respectivamente, 17% (US\$ 162 milhões) e 2% (US\$ 31,21 milhões).

III – Investimentos

A Austrália no fluxo internacional de investimentos

O estoque de investimento estrangeiro na Austrália é de AU\$ 3,8 trilhões (EUA 20%, Reino Unido 10%, Japão 10% e China 5%).

Os EUA e o Reino Unido permanecem como principais fontes de investimento estrangeiro na Austrália, grande parte dos quais concentrada nos seguintes setores: *software* e serviços de TI, serviços prestados a empresas, serviços financeiros, petróleo e gás natural, comunicações e carvão.

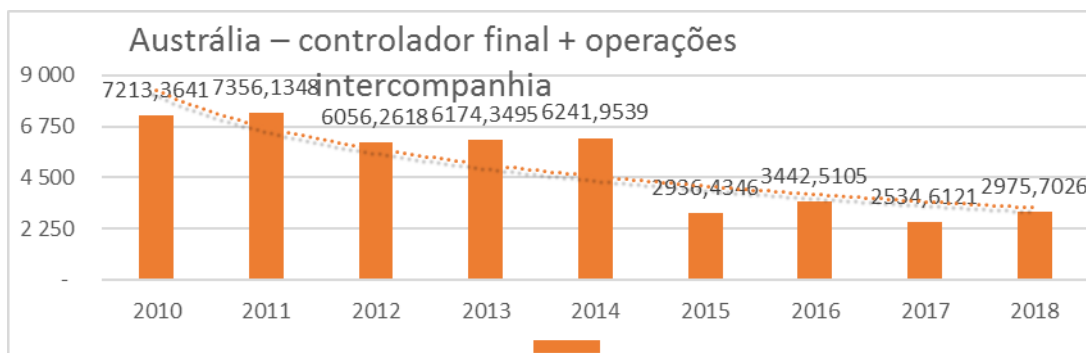
No sentido inverso a Austrália possuía, em 2017, estoque de investimentos no exterior de cerca de AU\$ 2,3 trilhões (cerca de US\$ 1,6 trilhão). Os dez principais destinos de investimentos foram: EUA (29,1%); Reino Unido (14,6%); Japão (5,5%);

Nova Zelândia (4,5%); China (3,4%); Alemanha (3,2%); Ilhas Cayman (2,8%); Singapura (2,6%) e França (2,2%). Os fundos privados de pensão australianos são importantes investidores externos, tendo alocado cerca de 20% de seu capital de US\$ 1 trilhão no exterior.

Investimentos australianos no Brasil

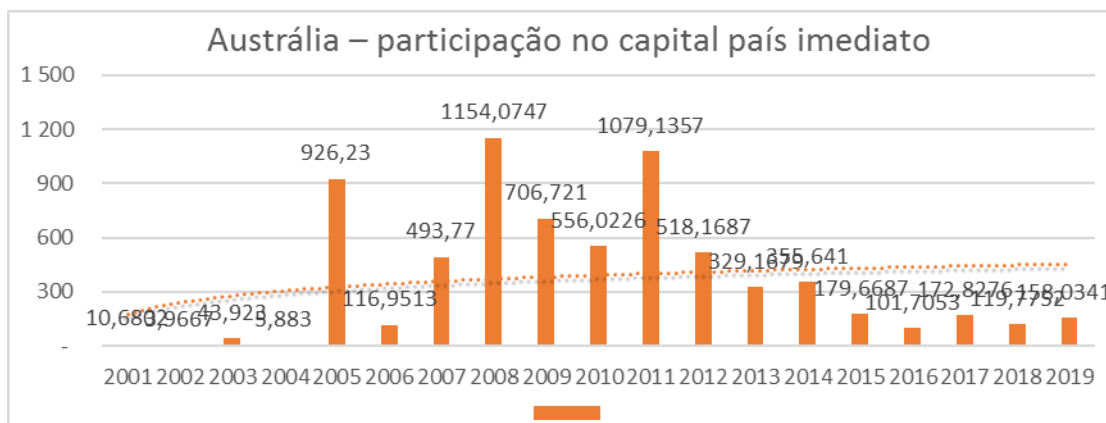
Segundo dados da "Australia Bureau of Statistics", o Brasil possui estoque de AU\$ 8,175 bilhões (cerca de US\$ 6,2 bilhões) de investimentos australianos, apresentando-se como o 15º país da lista de maiores receptores do capital australiano.

Dados do Banco Central do Brasil revelam que, em 2018, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital), alcançou US\$ 2,97 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, 1% do total. Nesse contexto, o IDP-participação no capital australiano registrou crescimento de 55% (critério de investidor imediato) e de 51% (critério controlador final) entre 2017 e 2018. As operações intercompanhia provenientes da Austrália totalizaram US\$ 233 milhões no mesmo período. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US\$ 996 milhões) e de transformação (US\$ 1,375 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, no entanto, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços "online", transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.



Fonte: Banco Central do Brasil (janeiro/2020).

De acordo com o DFAT, existem 80 empresas de capital australiano que operam no Brasil, sendo as maiores delas: BHP Billiton, Macquarie, Goodman, QBE, Brambles, Seek, Corsales, Cotton On, NuFarm, Karoon Energy (opera na bacia de Santos), Ansell, Amcor, Pacific Hydro, Rio Tinto e Westfield. Informações da Embaixada em Camberra, de setembro de 2019, elevam esse número para 90 empresas.



Fonte: Banco Central do Brasil (janeiro/2020).

Na área de mineração, a BHP Billiton possui participação na mineradora Samarco (minério de ferro, MG), na Mineração Rio Norte (bauxita, PA) e atua, ainda, na exploração de petróleo e gás natural. A “OZ Minerals” tem investido na exploração de cobre e ouro no Pará. Há também 'pool' de empresas que investem na exploração de fosfato: Taylor Collison, Aguiar Resources e The Sentient Group (que controla a subsidiária brasileira Potássio do Brasil).

No setor de serviços, o Macquarie Bank, com escritório em São Paulo, tem atuado no setor de empréstimos corporativos. A QBE, do setor de seguros e resseguros, também está presente no Brasil. Em 2013, o serviço australiano de vendas de carro on-line Corsales adquiriu 30% do site brasileiro Webmotors. Além disso, a rede Sumosalad, especializada na venda de saladas, inaugurou sua primeira loja, em São Paulo, em janeiro de 2014.

A australiana Karoon Gas, presente no Brasil desde 2007, fez descoberta de coluna de petróleo na bacia de Santos. A abertura de segundo poço de exploração "Kangaroo 2" deu-se em dezembro de 2014, seguida da abertura dos poços Kangaroo West-1 (março de 2015) e Echidna-1 (abril de 2015). Em setembro de 2017, foi concedido à Karoon bloco exploratório ao sul da Bacia de Santos, em Santa Catarina. Em 2019, a Karoon adquiriu o campo de petróleo de Baúna, também na Bacia de Santos, por US\$ 660 milhões.

A Austrália tem tido participação efetiva no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), iniciativa governamental brasileira que objetiva promover projetos de investimentos ao articular a interação das agências do governo com investidores privados. Até dezembro de 2018, dos R\$ 253 bilhões em investimentos de projetos concluídos no PPI, R\$ 222 bilhões (87%) tiveram empresas vencedoras estrangeiras ou em consórcio com empresas nacionais. A participação estrangeira contabiliza 83,4% do total. A Austrália participa, no âmbito do PPI, como investidora no setor energético, em parceria com a China, na Usina de São Simão - GO (R\$ 3,9 bilhões) e, em conjunto com Brasil, China, EUA, Espanha e Bermudas, na concessão de exploração de óleo e gás na bacia de Santos (R\$ 845 milhões). A Austrália apresenta-se, desse modo, como o 9º país investidor nos projetos da PPI já em processo de execução, com participação de R\$ 2 bilhões (5,6% do total).

Vale ter em mente que a Austrália possui um dos maiores fundos de pensão do mundo (“Australia National Superannuation Scheme”), com valor estimado em mais de US\$ 1,9 trilhão, de acordo com estudo do “Willis Towers Watson Global Pensions Asset Study – 2019”. Segundo informação da Embaixada em Camberra, o Brasil já é o 9º recipiendário de recursos do fundo australiano.

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2018, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 168 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 10% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US\$ 8 milhões); (ii) títulos de renda fixa australianos de longo prazo (US\$ 3 milhões); (iii) moedas e depósitos (US\$ 44 milhões); (iv) imóveis (US\$ 12 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Vale, WEG, Natura e Marcopolo. Em 2012, a Marcopolo adquiriu 75% da Volgren, a maior produtora de ônibus australianos. Em abril de 2017, a Marcopolo anunciou a aquisição dos 25% restantes da Volgren, o que significou importante passo para a expansão da empresa na região Ásia-Pacífico. A Vale, presente desde 2002 na Austrália, com escritório central em Brisbane, realiza atividades de estudo e desenvolvimento mineral e opera na produção de carvão térmico e metalúrgico, além de níquel e potássio, atuando em Queensland e Nova Gales do Sul. Menciona-se também a presença da empresa Visagio em Perth, que presta consultoria em gestão e tecnologia para companhias de mineração. A compra da Primo Group pela JBS, por US\$ 1,25 bilhão, em 2014, consolidou a presença da empresa brasileira no segmento de carnes australianas.

Em 2019, a Volgren, já pertencente à Marcopolo, firmou contrato com a Autoridade de Transporte Público (PTA) da Austrália Ocidental para o fornecimento de 900 ônibus elétricos (“E-bus”) em até 10 anos, com opção de renovação após cinco anos. Os ônibus serão produzidos na fábrica de Perth. O contrato irá gerar à Volgren receita de aproximadamente US\$ 110 milhões, valor que poderá dobrar com a renovação posterior do contrato. A Volgren iniciou sua parceria com a PTA em 1999 e já forneceu mais de 1.800 ônibus à agência.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1770	O capitão James Cook, a bordo do Endeavour, chega a Botany Bay, hoje Sydney, na costa oriental da Austrália, e estabelece o início do domínio britânico.
1851	Tem início a corrida do ouro em Balthurst, New South Wales.
1868	Os últimos prisioneiros britânicos são transportados para a Austrália continental.
1901	Constitui-se a Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>).
1914-1918	Tropas australianas combatem na Primeira Guerra Mundial.
1920	QANTAS começa a operar serviços aéreos.
1927	O primeiro Parlamento Federal reúne-se em Camberra.
1933	A região da Austrália Ocidental convoca <i>referendum</i> propondo a secessão do Reino Unido, mas o Parlamento rejeita a proposta.
1942	A Austrália adota o Estatuto de Westminster, com efeitos retroativos para 1939, que encerra, formalmente, com a maioria das ligações constitucionais entre Austrália e Reino Unido.
1939-1945	Tropas australianas combatem na Segunda Guerra Mundial.
1965	Tropas australianas são enviadas ao Vietnã.
1996	John Howard (Partido Liberal) é eleito primeiro-ministro.
1999	Os australianos decidem, em plebiscito, pela manutenção da monarquia.
2000	Jogos Olímpicos de Sydney.
2004	O governo australiano faz a maior doação às vítimas do tsunami.
2006	Força militar australiana é enviada a Timor Leste para ajudar na estabilização do país.
2007	Kevin Rudd (Partido Trabalhista) é eleito primeiro-ministro.
2008	O governo australiano ratifica o Protocolo de Kyoto. Kevin Rudd anuncia a retirada das tropas australianas do Iraque. O estado australiano faz um pedido formal de desculpas aos povos aborígenes da Austrália pelas injustiças cometidas, no passado, pela colonização europeia.
2010	Em julho, Julia Gillard é escolhida como nova líder do Partido Trabalhista e primeira-ministra, substituindo Kevin Rudd.
2012	Em fevereiro, Julia Gillard derrota Kevin Rudd em eleição interna na cúpula do partido trabalhista e se mantém como líder do partido e primeira-ministra.

2013	Em março, partidários de Kevin Rudd conseguem reconduzi-lo à liderança do Partido Trabalhista e ao cargo de primeiro-ministro. Em setembro a Coalizão Nacional-Liberal vence as eleições e Tony Abbott torna-se novo primeiro-ministro.
2015	Abbott perde a liderança do Partido Liberal para seu ex-ministro das Comunicações, Malcolm Turnbull, que passa a ocupar a posição de primeiro-ministro.
2016	Nas eleições de julho, o primeiro-ministro Malcolm Turnbull declara vitória, após o líder do partido trabalhista da oposição, Bill Shorten, admitir derrota.
2018	Em agosto, o Partido Liberal elege Scott Morrison, ministro da Fazenda da gestão Turnbull, como seu novo primeiro-ministro.
2019	Scott Morrison é reeleito primeiro-ministro nas eleições de maio de 2019.
2019/2020	Incêndios de grandes proporções atingem a Austrália.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina e da legação do Brasil em Camberra.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália
1994	Visita à Austrália do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradução entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do ministro do Comércio e vice-primeiro-ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do presidente Lula com o primeiro-ministro Kevin Rudd, em Washington.

2009	Encontro do presidente Lula com o primeiro-ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	No mês de junho a primeira-ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Em novembro, a presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o ministro das Relações Exteriores e com o ministro da Educação. Na ocasião, foi renovado "Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional".
2016	Visita do governador-geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2020	No contexto da crise pandêmica global, o Brasil prestou auxílio para a repatriação de brasileiros em situação de maior vulnerabilidade na Austrália.

BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste para Entrega de Desertores de Navios Mercantes.	30/07/1888	30/07/1888	992	8/08/1888
Convenção de Arbitragem.	18/06/1909	6/05/1911	720	10/05/1911
Tratado para o Estabelecimento de uma Comissão de Paz.	4/04/1919	11/03/1921	4723	16/03/1921
Acordo Comercial.	23/02/1978	25/08/1978	2561	1/11/1978
Acordo, por troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/08/1994	1/12/1995	710	22/11/1995
Tratado sobre Extradicação.	22/08/1994	01/09/1996	010	23/09/1996
Acordo de Serviços Aéreos	21/04/2010	26/09/2018	9.767	16/04/2019
Acordo de Cooperação em Matéria Penal	15/11/2014			
Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia	7/09/2017			
Memorando de Entendimento entre a Embrapa e a CSIRO ("Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization")	12/04/2019			

Memorando de Entendimento sobre Visto de Férias e Trabalho (“Work and Holiday”) Negociações
concluídas,
pendente de
assinatura



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS SALOMÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	Salomônico
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	7/7 – Data da Independência
ÁREA	28.900 Km² (mais de 922 ilhas)
POPULAÇÃO (2019)	685 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador General Frank Ofagioro Kabui (desde julho de 2009).
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Manasseh Sogavare (desde abril de 2019).
CHANCELER	Jeremiah Manele
PIB NOMINAL (2017)¹	US\$ 1,28 bilhão
PIB PPP (2017)¹	US\$ 1,32 bilhão
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 2,081
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 2.157
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)¹	3,24%
IDH²	0,506 (156º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	75,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	84,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO⁴	4,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Sérgio Moreira Lima
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base nos dados da EIU (*Economist Intelligence Unit*), os dados mais recentes disponíveis são de 2017.

(2) PNUD

(3) Dado do CIA World Factbook

(4) Dado do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC/Economia (Comextat)*

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2019	2020 (jan/ jul)
Intercâmbio	15	266	234	50	108	325	110	86	---	100
Exportações	15	266	234	50	108	325	110	86	---	100
Importações	0,2	---	---	0,4	---	---	---	---	---	---
Saldo	14	266	234	49	108	325	110	86	---	100

PERFIS BIOGRÁFICOS

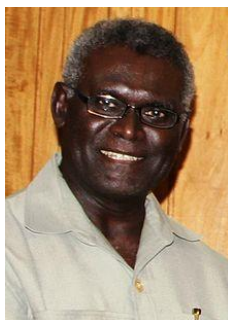
Frank Utu Ofagioro Kabui

Governador-Geral das Ilhas Salomão, representando a Rainha Elizabeth II



Nascido em abril de 1946, foi o primeiro nacional das Ilhas Salomão a graduar-se em direito, obtendo seu bacharelado na Universidade de Papua Nova Guiné em 1975. Foi Juiz da Alta Corte das Ilhas Salomão e Procurador-Geral. Em julho de 2009 sua indicação pelo Parlamento à função de governador-geral foi ratificada pela Rainha Elizabeth II.

Manasseh Damukana Sogavare



Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão

Nascido em 17 de janeiro de 1955, em Popondetta, Papua Nova Guiné, filho de missionários salomônicos. Exerceu o cargo de chefe de governo em três ocasiões (2000-2001, 2006-2007 e 2014-2017). Entre os outros cargos que exerceu, estão os de Ministro das Finanças (1994-1996) e vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças e do Tesouro (1997-1998). Membro do Parlamento desde 1997, foi vice-líder e líder da oposição (1998-2000). Em 24 de abril de 2019, Manasseh Sogavare foi eleito para um quarto mandato como Primeiro-Ministro.

Jeremiah Manele

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior



Nascido em 1968, Manele foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros até 2007. Foi eleito Membro do Parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/4/2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil iniciou relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. No primeiro semestre daquele ano foi realizada a

primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Salomão, chefiada pelo embaixador Frederico Cézar de Araújo (que também visitou Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Salomão junto à ONU, Collin Beck, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao então Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Não há atos bilaterais firmados. Em maio de 2011, durante a visita do Embaixador brasileiro em Camberra a Honiara, na qualidade de Emissário Especial da Senhora Presidente da República, autoridades locais demonstraram interesse específico em cooperação do Brasil em matéria de futebol. Também demonstraram grande interesse em cooperação com o Brasil em matéria de café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol, o que tem sido reiterado pelo Alto Comissário em Camberra.

Em junho de 2012 o Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Salomão a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em março de 2017, o Embaixador Manuel Innocencio apresentou suas credenciais em Honiara. Foi recebido pelo Governador-Geral interino das Ilhas Salomão, Jasper Nasiu, na Residência Oficial do Chefe de Estado. Estavam presentes na ocasião o Primeiro-Ministro em exercício do país, Manasseh Maelanga, bem como o Secretário-Geral do MNE solomonense, Peter Kenilorea Jr.

Em discurso, o Embaixador Innocencio saudou as relações diplomáticas entre o Brasil e as Ilhas Salomão e destacou a visão comum quanto ao combate ao aquecimento global. Salientou, ainda, a perspectiva de possíveis cooperações nas áreas de esporte e agricultura. Recordou a participação das Ilhas Salomão, em nível de Chefe de Governo, nas duas Cúpulas da Terra realizadas no Rio de Janeiro, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris. Mencionou também o potencial de cooperação bilateral em biocombustíveis, nas culturas de café e cacau e no intercâmbio de profissionais do futebol.

Em sua exposição, o Governador-Geral interino referiu-se ao Brasil como uma das grandes economias do mundo, ressaltando os "vibrantes setores industrial e agrícola" do país. Nasiu recordou o perfil rural da população solomonense, dependente de agricultura, pesca e extrativismo. Salientou também o entusiasmo do povo solomonense pelo futebol, destacando o exitoso trabalho de técnico brasileiro à frente da seleção nacional de futebol de salão. Nesse contexto, mencionou que o país teria em alta estima eventual assistência brasileira nos setores agrícola e esportivo.

Em setembro de 2017, as Ilhas Salomão encaminharam nota verbal à Embaixada em Camberra solicitando indicação de técnico brasileiro para desenvolver o futebol no país.

O alto comissário das Ilhas Salomão em Camberra comunicou por meio de nota, em janeiro de 2019, a concessão de "agrément" à nomeação de Sérgio Eduardo Moreira Lima como embaixador do Brasil no país, com residência em Camberra.

Comércio bilateral

O comércio bilateral entre as Ilhas Salomão e o Brasil foi inexistente em 2019. Entre janeiro e julho de 2020, as trocas comerciais somaram USD 100 mil, representado

unicamente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil às Ilhas Salomão foram artigos de confeitaria (26%), equipamentos domésticos de metais (24%), cereais e farinhas (23%) e ferramentas (19%).

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão. Durante a pandemia do coronavírus em 2020, as Ilhas Salomão restringiram a entrada de viajantes internacionais, a partir de 27/2/2020. Até agosto de 2020, o país foi uma das dez nações do mundo a não ter registrado nenhum caso de covid-19 na população.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Salomão emanciparam-se politicamente em 1978, quase um século depois de terem-se tornado um protetorado inglês. Após a independência, o arquipélago passou a integrar a “Commonwealth” e a ter a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral. O Parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O Primeiro-Ministro é eleito por uma maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Entre 1998 e 2003, as Ilhas Salomão passaram por um período de instabilidade, em que eclodiram conflitos civis motivados por antigas rivalidades étnicas na principal ilha do arquipélago, Guadalcanal. A delicada situação levou o governo a requisitar ajuda externa para manter a ordem civil no país. Nesse contexto, o Fórum das Ilhas do Pacífico e, posteriormente, o Parlamento das Ilhas Salomão aprovaram o “Regional Assistance Mission to Solomon Islands” (RAMSI), um pacote de ajuda internacional,

cujo principal colaborador é a Austrália, que consiste no fornecimento de forças policiais e militares e de técnicos civis, visando à criação de condições necessárias para o retorno à estabilidade, à paz e ao crescimento econômico no arquipélago. O RAMSI chegou ao seu fim em junho de 2017, o que constitui um desafio para o futuro das Ilhas Salomão.

Outro desafio do governo é promover uma descentralização do poder político que seja satisfatória aos diferentes setores da população. Há uma proposta de emenda à Constituição que institui o sistema federativo de governo.

Em 25 de agosto de 2010, o Parlamento das Ilhas Salomão elegeu Danny Philip como novo Primeiro Ministro, em substituição a Derek Sikua, após disputadas negociações que se seguiram às eleições de 4 de agosto. Danny Philip ocupou o cargo de Primeiro Ministro por apenas 14 meses, já que, em novembro de 2011, renunciou antes de ser removido por uma moção de desconfiança, que havia se tornado iminente após a deserção de cinco ministros e outros sete parlamentares para a oposição.

Após a renúncia, Danny Philip voltou a apenas ocupar assento no parlamento e Gordon Darcy Lilo, membro da mesma coalizão que o seu antecessor, foi eleito em 16 de novembro de 2011.

Em 2014, Manasseh Sogarave foi eleito PM de Ilhas Salomão. Em novembro de 2017, na sequência da queda do primeiro-ministro Manasseh Sogarave, derrotado em votação de confiança realizada no parlamento solomonense, Ricky Nelson Houenipwela (Rick Hou), do partido Aliança Democrática (Democratic Alliance Party), foi eleito primeiro-ministro.

Rick Hou obteve 33 votos contra 16 do candidato rival, John Moffat. O novo governo manteve o regime de coalizão da gestão anterior e contou com o próprio Sogarave como vice-PM e ministro das Finanças. O gabinete do ex-PM caiu em razão da perda de apoio de parte de seus membros, motivada, segunda consta, pela oposição à proposta de legislação anticorrupção defendida por Sogarave. Rick Hou indicou que sua prioridade número um seria estabilizar a situação fiscal crítica do país e formular um orçamento sustentável e crível para 2018.

Em 24 de abril de 2019, o Parlamento das Ilhas Salomão escolheu reconduzir Manasseh Sogavare ao cargo de Primeiro-Ministro. A eleição, que foi seguida por alguns distúrbios populares, foi contestada pela coalizão oposicionista, o Grupo da Grande Coalizão (“Grand Coalition Group”), liderada pelo deputado Matthew Wale. A Grande Coalizão, que aglutina cinco partidos, alegou irregularidades na formação da agremiação de Sogavare, o recém criado “Nosso Partido”. Dos 51 integrantes do Parlamento, 33 votaram em Sogavare, um voto foi anulado e 15 oposicionistas abandonaram a sessão em protesto. A eleição foi a primeira após o fim o mandato do RAMSI no país.

Com a eleição de Sogavare, a natureza das relações de seu governo com a China passou a ter proeminência. As Ilhas Salomão mantinham relações diplomáticas com Taiwan desde 1983, mas se criou a expectativa de que o novo governo poderia reavaliar esses laços, especialmente diante do fortalecimento da presença política e econômica de Pequim no Pacífico Sul. O Partido da Aliança Democrática, de Rick Houenipwela, que integra a coalizão de Sogavare, já havia defendido uma revisão das relações com Taiwan. O rompimento de Honiara com Taipé terminou por concretizar-se em 16 de setembro de 2019, acompanhado do estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim.

Direitos humanos

Na revisão periódica universal do CDH de 2016, o país recusou todas as recomendações sobre o tema LGBT. A aprovação, em 2014, de lei que criminaliza violência doméstica foi reconhecida como avanço em grande parte das intervenções dos Estados.

POLÍTICA EXTERNA

Como LDC (“Least Developed Country”) e SIDS (“Small Island Developing State”), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima. Aumento do nível do mar, alterações das marés, tempestades frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar.

As Ilhas Salomão são membros da “Association of Small Island States” (AOSIS) e sua participação nas negociações sobre mudanças do clima no âmbito das Nações Unidas se pautam pela AOSIS.

O país é membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, dentre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico, e o “Melanesia Spearhead Group”, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia.

Em 2003, durante o 34º Foro das Ilhas do Pacífico (Auckland/NZ), reafirmou-se a intervenção do agrupamento do Pacífico nas Ilhas Salomão. Tanto o Comunicado Conjunto do Foro quanto a Declaração sobre o assunto (“Forum Declaration on Solomon Islands”) reafirmaram a importância da chamada “Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão” (RAMSI), composta por policiais e militares de cinco países-membros (Austrália, Fiji, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Tonga), com o objetivo de restaurar a lei e a ordem, fortalecer o sistema judiciário, recuperar a economia e restabelecer os serviços básicos.

A linguagem adotada nos documentos oficiais do Foro denotou clara preocupação em demonstrar a legitimidade da missão. Assinalaram que a RAMSI foi concebida com base na Declaração de Biketawa (assinada em 2000, prevê iniciativas conjuntas para lidar com crises que afetem a segurança regional); sublinharam a anuência do Governo das Ilhas Salomão com a iniciativa; ressaltaram a composição plurilateral da missão; e acolheram com satisfação a declaração do SG/NU em apoio à RAMSI.

Em abril de 2010, durante reunião do “Forum Ministerial Standing Committee” (FMSC), o governo das Ilhas Salomão e a RAMSI reiteraram, em comunicado conjunto, “commitment to continued close cooperation and coordination under the Partnership Framework and to work together to address challenges of implementation and ensure benefits are provided to the people of Solomon Islands”.

Em setembro de 2014, por ocasião da 69ª sessão da AGNU, o RP das Ilhas Salomão, Collin Beck, abordou a agenda de desenvolvimento pós-2015, além de reportar os avanços alcançados no âmbito dos objetivos de desenvolvimento do milênio por parte de sua nação. Afirmou que o país estaria sub-representado no Secretariado da ONU. Tratou das consequências da mudança climática e instou todos os atores a acelerarem as negociações sobre o tema.

Na AGNU de 2015, o Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão, Manasseh Sogavare, defendeu um processo transparente e democrático na escolha do Secretário-Geral da ONU. Afirmou que as missões de manutenção da paz da ONU utilizaram mais recursos em segurança do que em desenvolvimento. Defendeu um assento no CSNU para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e manifestou apoio à resolução da Assembleia-Geral sobre o direito à auto-determinação dos povos da Polinésia francesa.

Na AGNU de 2016, o PM Sogavare agradeceu o ex-Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas Mogens Lykketoft pelas novidades introduzidas no processo de sucessão do cargo de SGNU, tornando-o mais transparente e inclusivo. Cobrou mais recursos para a implementação da Agenda 2030 e apoio mais efetivo aos SIDS para lidar com os efeitos da mudança do clima. Após criticar o imobilismo nas negociações para a reforma do CSNU, defendeu a criação de assento não permanente para os SIDS. Tecendo comentários sobre descolonização, pediu que o C24 realize visita à Polinésia Francesa, recordou que a Nova Caledônia decidiria seu destino político em 2018 e condenou as violações aos direitos humanos dos melanésios residentes em Papua Ocidental (Indonésia).

O então Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão, Rick Hou, encontrou-se com o Príncipe de Gales e herdeiro do trono britânico, Príncipe Charles, no dia 18 de abril de 2018. Na ocasião, o Primeiro-Ministro informou o Príncipe Charles sobre questões que afetam pequenos estados insulares do Commonwealth, como a mudança de clima e a elevação do nível do mar, pesca sustentável e outros assuntos que afetam as Ilhas Salomão e outros pequenos estados insulares em desenvolvimento.

2019: Visitas do Primeiro Ministro da Austrália e do Chanceler da Nova Zelândia

O PM Scott Morrison realizou, em 2 e 3 de junho de 2019, visita às Ilhas Salomão, a primeira após sua reeleição. Morrison salientou a importância das Ilhas Salomão e do Pacífico Sul para a Austrália e argumentou que a política australiana não é uma resposta ao aumento da presença chinesa na região, nem deve estar subordinada à lógica da rivalidade entre Washington e Pequim. A visita reflete a prioridade concedida

pelo atual governo australiano às relações com os países do Pacífico Sul.

Em Honiara, Morrison manteve encontro com o Primeiro Ministro, Manasseh Sogavare, e anunciou diversas iniciativas de assistência australiana ao país. Morrison procurou destacar a importância dos laços da Austrália com as Ilhas Salomão e com os países da região e seus esforços para a ampliação da presença e do apoio australiano ao Pacífico Sul, especialmente no contexto do chamado “Pacific Step-up”.

Logo após sua eleição, em 24 de abril de 2019, Sogavare anunciou a intenção de rever os laços do país com Taiwan e especulou-se em Canberra que Morrison iria pressionar Honiara a manter as relações diplomáticas com Taipei. Os rumores ganharam força após a visita, no final de maio, do Secretário Assistente para Assuntos da Ásia do Leste e do Pacífico do Departamento de Estado, Patrick Murphy, que acusou a China de ter um papel desestabilizador e de tentar capturar os aliados de Taiwan na região. Na Austrália, o funcionário norte-americano também encorajou os países insulares do Pacífico que mantêm relações diplomáticas com Taiwan a defender o “status quo” (além das Ilhas Salomão, Nauru, Kiribati, Ilhas Marshall, Palau e Tuvalu).

Durante a visita, Morrison anunciou programa de auxílio australiano no valor de AU\$ 250 milhões em dez anos, para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura nas Ilhas Salomão. Entre os projetos estão a construção de edifício para abrigar o gabinete do Primeiro Ministro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o desenvolvimento de redes de transporte para conectar 74% da população do país em 10 anos. Divulgou, além disso, a concessão de AU\$ 2,7 milhões em três anos com vistas a oferecer oportunidades de empregos temporários para nacionais das Ilhas Salomão na Austrália.

O Primeiro Ministro australiano participou da cerimônia de lançamento de projeto trilateral de promoção da leitura nas Ilhas Salomão, do qual também faz parte o governo da Nova Zelândia, que prevê a distribuição de 580 mil livros infantis no país. Anunciou auxílio para programa de AU\$ 260 mil dedicado à prática de rugby feminino nas Ilhas Salomão e apoio para o treinamento de atletas de elite do país na Austrália. Reiterou, ainda, o apoio australiano às metas das Ilhas Salomão na área de saúde, com destaque para a eliminação da malária até 2030 e o controle da crise de doenças crônicas não transmissíveis que aflige o país.

Logo após a visita do PM australiano Scott Morrison, as Ilhas Salomão receberam também o vice-PM e chanceler neozelandês Winston Peters, que anunciou investimentos nas áreas de apoio à juventude, educação, aviação, turismo, pesca, mobilidade laboral e desenvolvimento a longo prazo. O PM Manasaah Sogavare, caracterizou a visita como oportunidade de reforçar o diálogo e a parceria entre os países, e elogiou a política neozelandesa do “Pacific Reset”, com sua ênfase no entorno do Pacífico. A Nova Zelândia financiou o recentemente inaugurado aeroporto internacional de Munda.

Rompimento com Taiwan e abertura de relações diplomáticas com a China

No segundo semestre de 2019, o primeiro-ministro Sogavare declarou considerar o fim das relações com Taiwan, que, segundo ele, seria “completamente inútil para nós”. Observou que outros países da região, como Fiji, Papua Nova Guiné e Vanuatu, estariam se beneficiando da possibilidade de explorar a disputa por influência entre Austrália e China no Pacífico Sul. Uma força-tarefa, liderada por parlamentares, foi criada em 2019 para avaliar a experiência de outros países da região em suas relações com Pequim. A decisão final sobre o tema seria de responsabilidade do Parlamento.

Em 16 de outubro de 2019, o governo solomônico terminou por aprovar o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China em

substituição às relações com Taiwan, reduzindo a 16 o número de países que reconhecem este último como estado. Embora Taiwan ainda mantivesse relações com mais cinco países da Oceania (Ilhas Marshall, Kiribati, Nauru, Palau e Tuvalu), as Ilhas Salomão possuem mais que o dobro do número de habitantes que estes cinco países somados. A decisão de Honiara poderá induzir os demais a fazer o mesmo, num “efeito dominó”, segundo analistas.

De fato, já em 20 de setembro, Kiribati anunciou idêntica decisão de trocar o reconhecimento de Taiwan pelo da China continental, novamente reduzindo o número de países que ainda mantêm relações diplomáticas com Taipé.

ECONOMIA

As Ilhas Salomão enfrentam sérios desafios econômicos. A maior parte da população vive de subsistência, e menos de um quarto possui trabalho assalariado. A indústria madeireira é responsável por cerca de 40% dos ganhos com exportação e é uma fundamental fonte de renda para o governo, mas deve haver um declínio na produção ao longo do tempo. Em abril de 2014, fortes enchentes inundaram a capital, Honiara, e áreas próximas, danificando infraestrutura e causando a suspensão das operações da Mina Gold Ridge. Em 2016, forte terremoto assolou o país.

Com PIB nominal de US\$ 1,28 bilhão e crescimento de 3,24% em 2017, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 175ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 58,1% do PIB, seguido do setor de agricultura, com 34,3% e do setor industrial, com 7,6%.

III Revisão de Política Comercial

Na III Revisão de Política Comercial, em dezembro de 2016, ressaltou-se o crescimento econômico das Ilhas Salomão com taxas anuais de 2% a 10%, mesmo com cenário internacional adverso, sobretudo em função da crise econômica de 2008. Também houve menção às reformas institucionais promovidas pelo governo, em matéria de administração das finanças públicas, política monetária, compras públicas e leis de competição.

Saudou-se o objetivo do governo das Ilhas Salomão de diversificar seus produtos de exportação. Lembrou-se que o país é dependente de alguns poucos recursos naturais, como madeira e pescado. Sobre madeira, em particular, expressou-se preocupação com o desmatamento e indicou-se a necessidade de combate à exploração madeireira ilegal, bem como de reforma da administração pública desse recurso. Outras reformas importantes foram: o estatuto de propriedade de terras, transparência e combate à corrupção.

Os membros da OMC saudaram a reforma legislativa em prol do ambiente de negócios e opinaram que o processo de liberalização comercial deve ser aprofundado. Apreciaram o plano do país de aceder à Organização Mundial da Propriedade Intelectual e elogiaram os esforços em prol da melhoria de procedimentos alfandegários e a legislação de implementação do Acordo de Valoração Aduaneira.

O Banco Mundial, funcionando como o administrador de fundos do Fundo do Desenvolvimento Social Japonês, assinou, em 20 de abril de 2018, um acordo de

subvenção com o governo das Ilhas Salomão para um Projeto-piloto de Partilha de Benefícios para a Comunidade de USD 2.8 milhões. O projeto beneficiará mais de 4000 pessoas de Malango e Bahomea, comunidades de Guadalcanal, por meio do estabelecimento de um novo fundo de desenvolvimento da comunidade, assim como investimentos para melhorar a infraestrutura de água e energia elétrica e para ajudar os membros da comunidade a conseguir empregos com o projeto de desenvolvimento de infraestruturas planejadas, particularmente, as planejadas pelo Projeto de Desenvolvimento Hidrelétrico do Rio Tina.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1893	Estabelecimento de Protetorado Britânico
1978	Ilhas Salomão obtêm emancipação política, opta por continuar com a Monarquia e membro da Commonwealth.
1998-2003	Tensões étnicas levam país a estado de Guerra Civil, Fórum das Ilhas do Pacífico envia missão de manutenção de paz.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Abertura de relações diplomáticas
2011	Visita do embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Barbosa, a Honiara.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo ao Brasil, durante Rio+20.

ATOS BILATERAIS
Não há acordos bilaterais

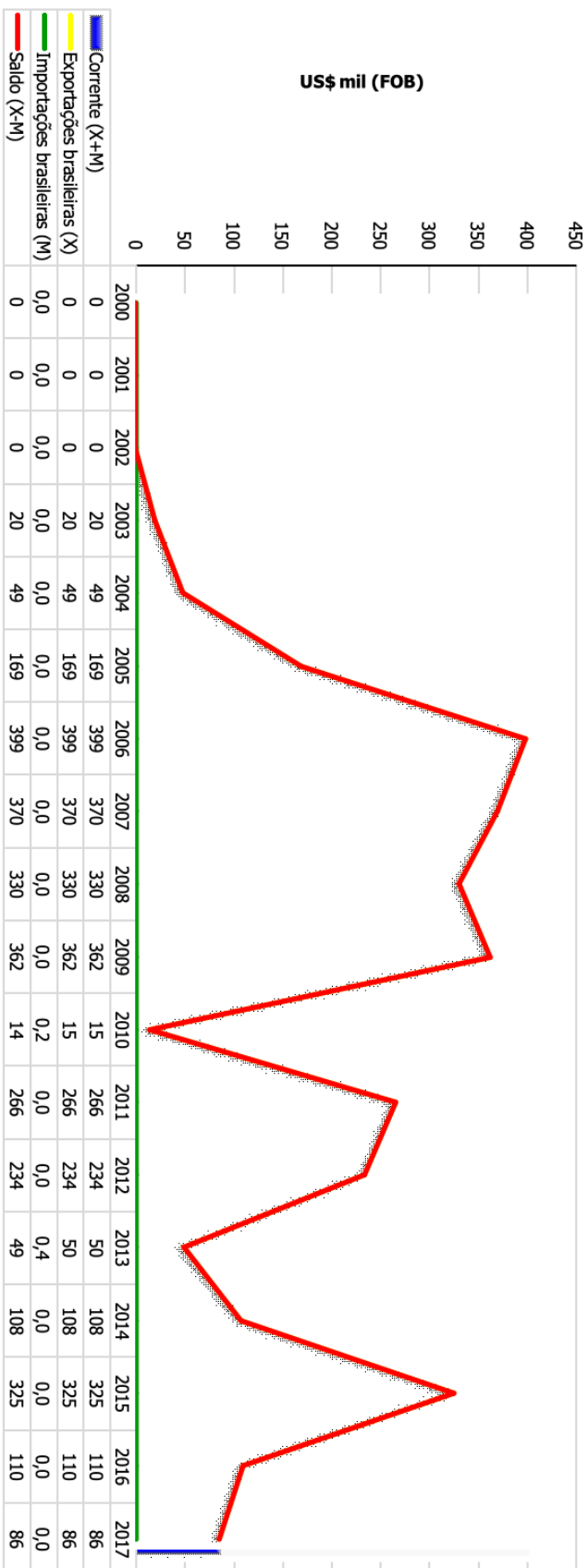
ILHAS SALOMÃO

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo



Abril de 2018

Comércio Brasil-Ilhas Salomão



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	21,1	0,0	21,1	21,1
2018 (jan-mar)	0,0	0,0	0,0	0,0

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



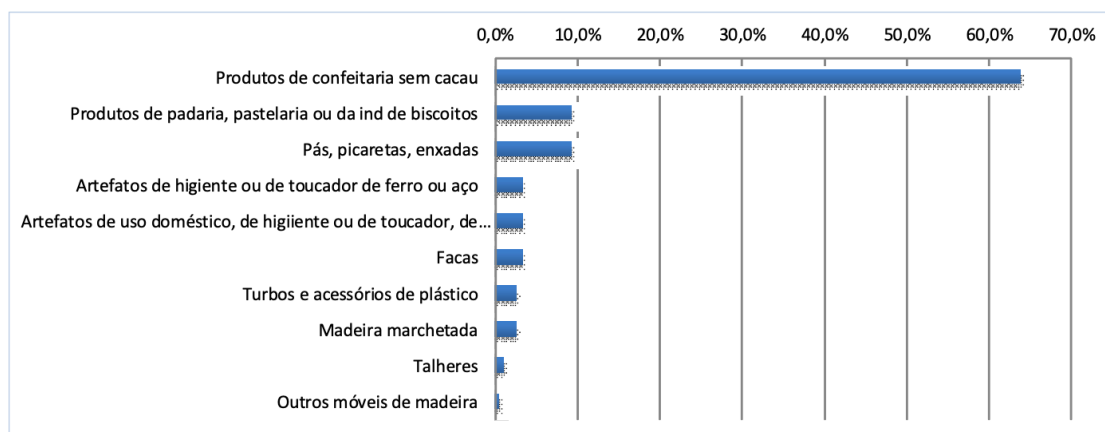
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para as Ilhas Salomão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau	191	58,9%	72	65,4%	55	63,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da ind de biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	8	9,3%
Pás, picaretas, enxadas	19	5,9%	3	2,7%	8	9,3%
Artefatos de higiente ou de toucador de ferro ou aço	20	6,2%	21	19,1%	3	3,5%
Artefatos de uso doméstico, de higiente ou de toucador, de alumínio	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Facas	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Turbos e acessórios de plástico	2	0,5%	2	1,4%	2	2,6%
Madeira marchetada	0	0,0%	0	0,0%	2	2,6%
Talheres	0	0,0%	0	0,0%	1	1,2%
Outros móveis de madeira	0,3	0,1%	0	0,0%	0,5	0,6%
Subtotal	233	71,9%	98	88,5%	86	99,8%
Outros	91	28,1%	13	11,5%	0	0,2%
Total	325	100,0%	110	100,0%	86	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017
Exportações					
Produtos de confeitaria sem cacau	17	80,4%	0	0,0%	
Produtos de padaria, pasteleria ou da ind de biscoitos	4	18,9%	0	0,0%	
Subtotal	21	99,3%	0	0,0%	
Outros	0	0,7%	0	0,0%	
Total	21	100,0%	0	0,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais indicadores socioeconômicos das Ilhas Salomão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,46%	3,24%	3,05%	2,92%	2,77%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,24	1,28	1,38	1,46	1,56
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.057	2.081	2.195	2.282	2.375
PIB PPP (US\$ bilhões)	1,26	1,32	1,40	1,47	1,54
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.097	2.157	2.224	2.288	2.346
População (mil habitantes)	601,00	614,00	627,00	641,00	655,00
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dívida externa (US\$ bilhões)	240,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (SI\$ / US\$) ⁽²⁾	7,95	8,01	8,07	8,12	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

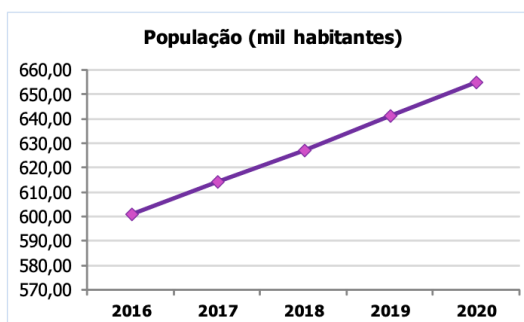
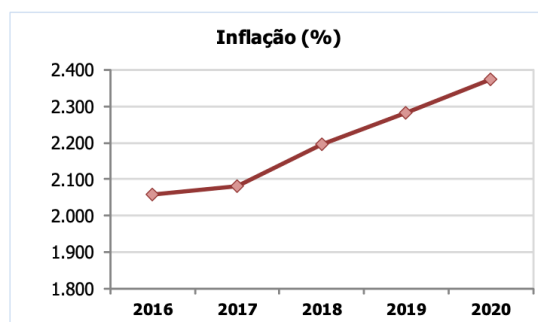
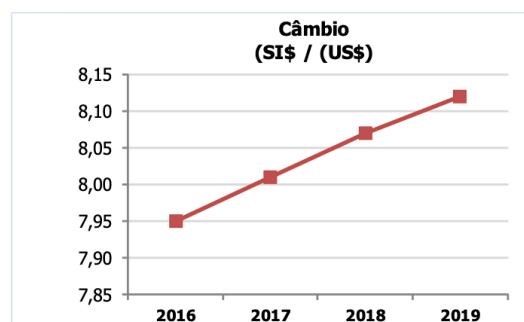
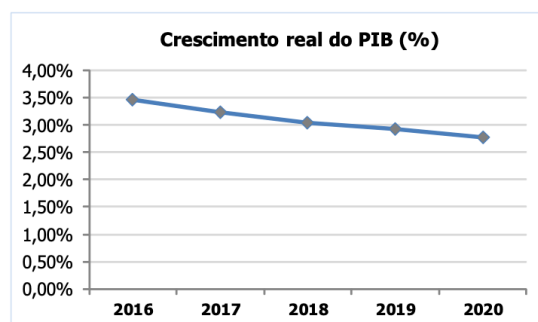
Agricultura	34,3%
Indústria	7,6%
Serviços	58,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PAPUA NOVA GUINÉ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE A PAPUA NOVA GUINÉ

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462.840 km²
POPULAÇÃO (julho de 2018)	7,03 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral Bob Dadae (desde fevereiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	primeiro-ministro James Marape (desde maio de 2019)
CHANCELER	Patrick Pruaitch (desde novembro de 2019)
PIB NOMINAL (2018)¹	US\$ 20,77 bilhões
PIB PPP (2018)¹	US\$ 30,56 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2018)¹	US\$ 2.465
PIB PPP <i>per capita</i> (2018)¹	US\$ 3.627
VARIAÇÃO DO PIB (%)^{1 e 2}	-1,08% (2018); 2,54% (2017); 1,59% (2016); 5,3% (2015)
IDH (2017)³	0,544 (153.º lugar entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA(2017)³	65,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO⁴	64,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)⁵	2,6%
UNIDADE MONETÁRIA	kina

EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Sérgio Moreira Lima (entrega de credenciais ainda não realizada, devido a cancelamentos ocorridos em maio e junho de 2019)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

- (1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC com base nos dados do FMI.
- (2) Fonte: World Bank. Disponível em <http://databank.worldbank.org/data>
- (3) Fonte: Human Development Indices and Indicators 2018 Statistical Update
- (4) Fonte: Human Development Report 2016
- (5) Fonte: tradingeconomics.com/papua-new-guinea/unemployment-rate

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC/Economia (Comextat)

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan/ jul)
Intercâmbio	6.645	6.040	7.016	3.492	3.335	2.854	3.074	3.040	3.500	3.000
Exportações	6.642	6.040	7.016	3.460	3.335	2.839	3.067	2.754	3.300	3.000
Importações	3	---	---	31	793	14	6	286	200	---
Saldo	6.638	6,040	7.016	3.429	3.334	2.824	3.061	2.468	3.100	3.000

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando a rainha Elizabeth II



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio (Bachelor of Commerce) pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional da Papua Nova Guiné em 2002, como membro do Partido Unido (United Party), tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Após a deposição de Michael Somare, em 2011, mudou-se para o People's National Congress, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de governador-geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-ministro



Nasceu em 24 de abril de 1971. Obteve bacharelado em artes pela Universidade de Papua Nova Guiné em 1993, e título de pós-graduação em ciências ambientais pela mesma instituição em 2000. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, como candidato do "People's Progress Party" no distrito de Tari-Pori, na província de Hela, terras altas ("highlands") de Papua Nova Guiné. A eleição, no entanto, foi cancelada em razão da violência na região. No ano seguinte, foi derrotado em disputa eleitoral pelo mesmo distrito. Como candidato da Aliança Nacional ("National Alliance") venceu a disputa pela vaga de Tari-Pori em 2007. Em fevereiro de 2012, filiou-se ao Congresso Nacional Popular ("People's National Congress" - PNC), partido do então Primeiro Ministro Peter O'Neill. Concorrendo pelo PNC, foi reeleito pelo distrito de Tari-Pori em 2012 e em 2017. Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008) e Ministro da Educação (2008-2011) durante o governo de Michael Somare. Foi nomeado Ministro das Finanças (2017-2019) no gabinete de Peter O'Neill. Em 11 de abril de 2019, renunciou à chefia da pasta das Finanças, dando início à crise política que levaria à queda de O'Neill. Em 29 de abril, deixou o PNC, assumindo a liderança do Partido Pangu ("Pangu Party"). Após a renúncia de O'Neill, foi eleito Primeiro Ministro de Papua Nova Guiné pelo Parlamento Nacional, em 30 de maio de 2019.

Patrick Pruaitch

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio de Papua Nova Guiné



Nasceu em 29 de junho de 1964. Foi eleito para o Parlamento em 2002, representando o Distrito de Aitape-Lumi da Província de Sepik Ocidental, como membro independente; ainda no mesmo ano, filiou-se ao Partido da Aliança Nacional, do qual hoje é o líder parlamentar. Repetidas vezes ocupou as pastas de Finanças e de Florestas, entre outras, no governo papuásio. Em 2017, rompeu com o primeiro-ministro Peter O'Neill, de cujo gabinete era membro, e passou a chefiar a coalizão parlamentar de oposição. Após desistir de candidatar-se à sucessão de O'Neill durante a crise política de 2019, foi nomeado chanceler

pelo novo primeiro-ministro, James Marape.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes ao país. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

Houve visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Papua Nova Guiné em novembro de 2005 e de delegação papuásia ao Brasil em setembro de 2006. Em março de 2008, o então secretário do Departamento do Comércio e Indústria da PNG, Anton Kulit, encaminhou comunicação por meio da qual manifestou o interesse em retomar os contatos com a ABC e o Senai, iniciados com as visitas. Em abril de 2008, o chefe do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo de PNG, Ruben Kapily, reiterou a solicitação, atribuindo grande importância à iniciativa, como forma de adensar o relacionamento com o Brasil.

Em março de 2009, o representante permanente de Papua Nova Guiné nas Nações Unidas não pôde participar de visita de um grupo de representantes dos PSIDS (*Pacific Small Island Developing States*) ao Brasil, quando foram discutidos projetos de cooperação com a ABC. Contudo, o representante papuásio manifestou a expectativa de poder visitar o Brasil futuramente.

Em junho de 2012, a delegação de Papua Nova Guiné à conferência Rio+20 foi chefiada pelo vice-ministro de florestas e mudanças climáticas, Ronald Asik. Durante sua estadia no Rio de Janeiro, o vice-ministro não manteve encontro com autoridades brasileiras.

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Proposta de cooperação com a ABC

Não há, ainda, nenhum instrumento bilateral firmado entre o Brasil e PNG. Por ocasião do agendamento da cerimônia de apresentação de cartas credenciais em Port Moresby, por parte do Embaixador em Camberra, inicialmente agendada para 7 de maio de 2019 (mas que acabou não acontecendo devido à situação de instabilidade política que levou à ascensão de James Marape ao cargo de Primeiro-Ministro), a ABC apresentou projeto de acordo bilateral de cooperação Brasil-PNG. O vetor de cooperação técnica poderá apresentar-se como propulsor das relações bilaterais e o projeto de acordo da ABC possui o potencial de se constituir como o primeiro instrumento bilateral entre os dois países.

Caso as autoridades papuásias demonstrem interesse em buscar a negociação de acordo de cooperação com o Brasil, valeria sondagem inicial sobre as áreas de maior interesse de Papua Nova Guiné.

Comércio bilateral

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio bilateral somou cerca de USD 3 milhões (exportações brasileiras de USD 3 milhões e importações inexistentes). As exportações brasileiras nesse período foram compostas de geradores elétricos (36%), ferramentas (24%), máquinas agrícolas (15%), talheres (6%), equipamentos domésticos (5%), papel e cartões (3%).

Jatos da Embraer

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais em PNG e outros países do Pacífico, haja vista o potencial das linhas de voos regionais para as aeronaves de porte médio fabricados pela empresa. A empresa enviou à PNG, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações.

Organização Marítima Internacional (IMO)

PNG apoiou a candidatura brasileira ao Conselho da IMO, categoria “B”, nas eleições que se realizaram durante a 31.^a sessão da Assembleia da organização, entre 25/11 e 5/12/2019.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do coronavírus em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Papua Nova Guiné.

Apresentação de credenciais do Embaixador Sérgio Moreira Lima

O Embaixador do Brasil na Austrália, Sérgio Moreira Lima, apresentou suas credenciais em Port Moresby entre 1 e 5 de março de 2020. Além da cerimônia protocolar com o Governador Geral Sir Bob Dadae, o representante brasileiro manteve encontros com o Primeiro Ministro James Marape, a Secretária dos Negócios Estrangeiros Barbara Age, o Ministro da Agricultura e Produção Animal John Simon, e o Ministro para Empresas Estatais Sasindran Muthuvel.

O Governador-Geral, Sir Bob Dadae, manifestou interesse em temas ambientais e na expectativa de assinatura de acordo de cooperação com o Brasil, proposto pela ABC. Mencionou o fato de que possuem Brasil e PNG a primeira e a terceira maiores florestas tropicais, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável. Recordou a importância da exploração florestal na economia do país e o papel da agricultura não só nas exportações, mas também na subsistência da população.

Por sua vez, no encontro com o Primeiro Ministro, James Marape demonstrou expectativa positiva na relação com o Brasil, tendo mencionado a possibilidade de maior atuação de empresas brasileiras em seu país. Sugeriu que a realização de encontro

de alto nível à margem da Assembleia Geral da ONU contribuiria para promover o conhecimento mútuo e elevar o perfil do Brasil junto aos países do Pacífico, especialmente Papua Nova Guiné. Considerou que o fato de ser PNG um dos países de maior biodiversidade abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, na produção de medicamentos e vacinas. Mencionou que visitou o avião da Embraer E-195 em junho, o maior jato comercial produzido no Brasil, quando este fez voo de demonstração no aeroporto Internacional de Jackson (Austrália).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo de Papua Nova Guiné está voltada, primordialmente, para a região da Ásia-Pacífico. O país é membro das Nações Unidas, da OMC, da *Commonwealth* e da APEC, além de ser observador da ASEAN. Por ser o maior estado insular na região, exerce papel protagônico no Fórum das Ilhas do Pacífico (the Pacific Islands Forum - PIF). É, igualmente, membro central do bloco sub-regional *Melanesian Spearhead Group* (MSG).

Em função dos laços históricos e da proximidade geográfica, Papua Nova Guiné e Austrália possuem constantes e intensas relações. Além de ser o principal parceiro comercial, a Austrália é a maior fornecedora de ajuda externa para a PNG. Ademais, há diversos programas de cooperação entre os dois países, especialmente nas áreas de desenvolvimento e defesa. Contudo, apesar de não ser do interesse de nenhuma das partes um afastamento, a PNG tem buscado alternativas em suas relações internacionais para minimizar sua dependência da Austrália.

As relações com a Nova Zelândia, apesar de não serem tão intensas, abrangem um grande leque de assuntos, como consultas políticas e programas de cooperação nas áreas de defesa e desenvolvimento (especialmente em Bougainville). As visitas de alto nível entre os dois países são bastante regulares.

A partir da intensificação das relações com a China, nos últimos anos, o governo do país tem recebido substanciais ajuda e investimento de Pequim.

Em agosto de 2014, Durante o 45º Fórum das Ilhas do Pacífico, Dame Meg Taylor, que já ocupou o cargo de embaixadora de Papua Nova Guiné nos EUA, foi eleita secretária-geral da organização - primeira mulher a ocupar o cargo.

Na 69ª AGNU, em setembro de 2014, o então Chanceler Rimbink Pato abordou a importância da agenda de desenvolvimento pós-2015. Ressaltou que a mudança climática continuaria a representar ameaça para os países insulares. Instou os "grandes países" a acompanhar os pequenos na mitigação da mudança do clima. Ao apoiar a Conferência do Clima convocada pelo SGNU, conclamou a comunidade internacional a alcançar acordo vinculante sobre o tema em Paris em 2015. Notou a importância do financiamento do desenvolvimento sustentável para o seu país.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Papua Nova Guiné e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a

criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125.000 para US\$ 200.000.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o primeiro-ministro de Papua Nova Guiné, Peter O'Neill. Xi anunciou o estabelecimento de "parceria estratégica" com PNG e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim ofereceria tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiaria 2.000 bolsas de estudos nos cinco anos seguintes, enviaria equipes médicas e encorajaria o turismo chinês..

Entre 22 e 23 de maio de 2018, representantes das Nações Unidas visitaram comunidades afetadas pelo terremoto em Hela, Southern Highlands e Western Province, para examinar o impacto do terremoto e as atividades de resposta. Conversaram com representantes da comunidade sobre suas necessidades e também distribuíram comida e outros equipamentos de socorro. Operações aéreas possibilitaram às agências das Nações Unidas alcançar comunidades remotas com assistência humanitária crítica, apesar dos desafios de logística e segurança envolvidos no transporte rodoviário. As Nações Unidas continuam ajudando o governo da Papua Nova-Guiné, em trabalho conjunto com o *National Disaster Centre* e o *Office of the Emergency Controller*.

Relações com a Austrália

A Austrália tem forte presença política e econômica em PNG. O país foi administrado pela Austrália entre o fim da Segunda Guerra Mundial até sua independência em 1972. Camberra é a maior fonte de assistência ao desenvolvimento de PNG, que somou cerca de US\$ 400 milhões no ano fiscal 2018-2019. Os investimentos australianos no país, especialmente nos setores de exploração de ouro, petróleo e gás, totalizam cerca de US\$ 12,5 bilhões.

Em março de 2014, o então primeiro-ministro da Austrália, Tony Abbott, visitou a PNG. Na ocasião, Abbott e Peter O'Neill mantiveram encontro durante o qual trataram da intensificação dos laços econômicos entre os dois países, da assistência ao desenvolvimento fornecida pela Austrália e da situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island. Durante a visita, foi assinado acordo de cooperação econômica, que visa ao fortalecimento dos laços comerciais e empresariais entre os dois países. Além disso, significativa delegação empresarial australiana acompanhou Abbott a Papua-Nova Guiné.

A questão dos chamados "asylum seekers" e a situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island, no entanto, foram os temas mais destacados pela imprensa durante a visita. Manus Island abrigava imigrantes detidos ao tentarem ingressar ilegalmente em território australiano por via marítima. A retomada da chamada "Pacific Solution" e a reabertura do campo, em 2012, tiveram por objetivo diminuir o fluxo de imigrantes indocumentados à Austrália. Abbott reiterou, em Papua-Nova Guiné, a posição de que nenhum desses imigrantes, inclusive aqueles que forem eventualmente reconhecidos como refugiados, seriam assentados na Austrália. Nesse centro de triagem, a incerteza e a perspectiva de confinamento por tempo indefinido

provocam clima de tensão entre os imigrantes. Em fevereiro de 2014, confrontos ali haviam resultado em um morto e 77 feridos.

A Suprema Corte da PNG decidiu, em 26 de abril de 2016, que a detenção de requerentes de asilo é inconstitucional, por privá-los de seus direitos humanos. A decisão se referia à retenção, naquele momento, de 850 pessoas no centro de triagem de Manus Island. Após a decisão da Suprema Corte, o primeiro-ministro O'Neill anunciou que fecharia o centro de Manus Island. Com o fechamento desse centro de triagem, os refugiados que lá se encontravam foram realocados para o centro de processamento "offshore" australiano em Nauru.

A Austrália tem tomado medidas para combater a influência crescente da China em PNG e na região. Em 6 de abril de 2018, a chanceler Julie Bishop recebeu, em Brisbane, seu homólogo papuásio, Rimbink Pato, para o 26º Fórum Ministerial Austrália – Papua Nova Guiné. Os altos representantes também assinaram, durante o fórum, memorando de entendimento para a instalação de cabo submarino de telecomunicações de alta velocidade entre os dois países. A iniciativa permitirá aos papuásios acesso mais rápido à internet, com os respectivos benefícios econômicos gerados por maior conectividade digital.

Esse cabo fará parte do "Coral Sea System", orçado em cerca de US\$ 100 milhões, que será custeado praticamente de forma integral por Camberra, mediante recursos do orçamento de cooperação do DFAT. A iniciativa pretende levar acesso rápido e seguro à internet, com seus respectivos benefícios econômicos, à PNG e às Ilhas Salomão, incluindo províncias e ilhas remotas que compõem seus territórios.

Em novembro de 2018, os primeiros-ministros australiano e papuásio, Scott Morrison e Peter O'Neill anunciaram, em Sydney, a assinatura de acordo de iniciativa conjunta na base naval de Lombrum, localizada na ilha de Manus, PNG. Fontes oficiais de Camberra comunicaram que a base naval em Lombrum passará por reformas, aumentando seu calado e abrindo oportunidades para uso das forças armadas australianas. Além de possibilitar maior interoperabilidade entre as marinhas dos dois países, a reforma da base de Lombrum visaria, particularmente, melhor resposta conjunta à pesca ilegal e a crimes transnacionais na região, mediante a operação de navios-patrolha.

A mídia especializada local, contudo, identificou a contenção da presença chinesa nas cercanias da Austrália como a principal razão do estabelecimento do acordo. Pequim possuiria um leque de planos de financiamento de infraestrutura no país melanésio, dentre os quais constaria a reforma da base de Lombrum. Assim como tem feito em relação a vários países do Pacífico Sul que recebem propostas chinesas nesse sentido, a Austrália teria coberto a oferta de Pequim quanto à reforma de Lombrum, evitando, mais uma vez, a expansão da influência chinesa na região. Ademais, a iniciativa australo-papuásia objetivaria não apenas a operação de navios-patrolha, mas também missões de fragatas australianas na região.

Em debate no Congresso Nacional em junho, o MNE Patrick Pruaitch questionou a validade do MdE firmado entre Camberra e Port Moresby, em 2019, relativo à reforma da base naval de Lombrum em Manus Island, sua utilização pela marinha australiana e a cooperação entre as forças navais dos dois países. Pruaitch

afirmou que o documento, concluído na gestão do PM anterior de Papua, deveria ser revisto, pois a chancelaria do país não teria participado da elaboração. A conclusão do memorando havia sido vista como uma reação aos supostos interesses de Pequim na base naval e ao fortalecimento da presença chinesa na Papua. No contexto atual, as declarações de Pruaitch foram consideradas ameaça ao interesse nacional australiano.

Os primeiros-ministros da Austrália, Scott Morrison, e de Papua Nova Guiné, James Marape, mantiveram, em 5 de agosto de 2020, encontro virtual de cúpula, durante o qual anunciaram o lançamento de Parceria Estratégica e Econômica Abrangente. Na ocasião, os mandatários trataram, em especial, do fortalecimento das relações na área de segurança, de estratégias para a recuperação econômica e do combate à pandemia de COVID-19.

Durante o encontro, os líderes dos dois países anunciaram a intenção de elaborar acordo na área de segurança e defesa, que deverá cobrir, entre outros temas, o gerenciamento de crises e desastres, combate ao crime transnacional, patrulhamento de fronteiras, troca de informações, segurança cibernética, e defesa aérea, terrestre, e marítima. Reafirmaram, também, o compromisso com a iniciativa conjunta de reforma da base naval de Lombrum, alvo de críticas recentes no parlamento de PNG. Os mandatários da Austrália e de PNG também anunciaram a intenção de revisar e modernizar o acordo bilateral de investimentos, firmado em 1990, a fim de aumentar a confiança empresarial e a segurança dos investidores. A Austrália é o maior parceiro comercial de PNG, com fluxo total de AU\$ 6,7 bilhões em 2018, e o principal investidor externo, especialmente na mineração de petróleo, gás e ouro.

A eleição de Marape e o reforço das relações com a Austrália

O primeiro-ministro de Papua Nova Guiné, James Marape, realizou visita de estado à Austrália (21 e 26 de julho de 2019), durante a qual manteve encontro com o primeiro-ministro Scott Morrison, além de realizar palestra no Lowy Institute, principal *think tank* australiano. Em Camberra, Marape ressaltou que realizava sua primeira visita internacional após assumir o cargo de primeiro-ministro, em 30 de maio de 2019, e que as relações com a Austrália constituem a mais importante parceria bilateral de PNG.

Durante a visita, Marape procurou transmitir a ideia de que PNG tem significativo potencial de desenvolvimento econômico. Afirmou que irá trabalhar para diminuir a dependência de PNG tanto do setor de mineração quanto da ajuda externa. Salientou que tenciona diversificar o setor produtivo e estimular a produção agrícola nacional, com o objetivo de tornar o país um exportador de alimentos para os mercados asiáticos. Destacou que PNG já é importante parceiro econômico para a Austrália, apontando que mais de 5 mil empresas australianas atuam no país.

Scott Morrison, por sua vez, além de destacar a importância das relações da Austrália com PNG, enfatizou os esforços para a intensificação da presença australiana no Pacífico Sul, no marco do chamado "Pacific Step-UP". O comunicado conjunto anunciou que os dois países irão negociar nova Parceria Econômica e Estratégica Abrangente e destacou os diversos programas de assistência australiana para PNG. Na área de segurança, a Austrália irá contribuir com AU\$ 135,9 milhões, em três anos, para

o treinamento e a modernização da polícia de PNG. Além disso, serão destinados AU\$ 20 milhões para iniciativas relacionadas às forças armadas do país, incluindo a realização de obras na base naval de Lombrum, a capacitação da aviação militar de PNG e a expansão da parceria de segurança marítima.

No setor energético, a Austrália irá financiar, por meio de uma combinação de doações e empréstimos, pacote de iniciativas no valor de AU\$ 250 milhões. Os projetos incluem a construção de usina termelétrica a gás, reformas de usinas hidrelétricas, modernização de linhas de transmissão e construção da primeira planta de produção de energia solar de PNG. Na área da saúde, a Austrália irá fornecer AU\$ 54 milhões, em 6 anos, para ampliar o acesso a serviços de saúde básica nas zonas rurais, AU\$ 15 milhões para programa de combate à tuberculose em parceria com a Organização Mundial de Saúde e AU\$ 10 milhões para programa de imunização infantil, em três anos, em colaboração com a Nova Zelândia e com a Aliança Global de Vacinas e Imunização (GAVI), que irão fornecer outros AU\$ 20 milhões.

Também houve pontos de discordância entre os dois países, especialmente relativos à questão ambiental e ao centro de processamento de refugiados em Manus Island. Marape afirmou que a mudança do clima é a maior ameaça enfrentada pelos países do Pacífico Sul e indicou que a Austrália deveria atuar com mais firmeza em relação ao tema. O primeiro-ministro de PNG declarou, ainda, que deseja o fechamento do centro de Manus Island e os dois países acordaram elaborar cronograma com esse objetivo.

Semana de Líderes do Foro da APEC

Entre os dias 12 e 18 de novembro de 2018, teve lugar em Port Moresby a Semana de Líderes do Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). O evento, o maior já organizado no país, reuniu autoridades das vinte e uma economias integrantes do grupo, culminando na cúpula de chefes de estado e de governo.

A Papua Nova Guiné, que pela primeira vez sediou edição da APEC, recebeu auxílio de outros países para sediar a edição de 2018, destacando-se a Austrália e a China. A Austrália teria gasto em torno de US\$ 100 milhões, principalmente na segurança, incluindo assistência policial, militar e cibernética. Já a China teria provido recursos para a construção e o melhoramento da infraestrutura utilizada, tendo supostamente despendido aproximadamente US\$ 70 milhões.

Mesmo com o substantivo auxílio de outros países, o Fundo Monetário Internacional estima que o governo de Papua tenha gasto cerca de US\$ 1,2 bilhão para sediar o evento. Tais gastos, à luz de seguidos déficits orçamentário de Port Moresby, além de elevada taxa de pobreza e precária infraestrutura do país, geraram duras críticas internas ao governo do primeiro-ministro Peter O'Neil.

Em desfecho sem precedente nos vinte e cinco anos de história do Foro de APEC, a Cúpula de chefes de estado e governo do agrupamento não logrou consenso para concluir comunicado conjunto. Em contexto de disputa entre os Estados Unidos e a China por influência na Ásia-Pacífico, representantes das duas potências não teriam concordado quanto ao texto final, especialmente quanto a parágrafos relacionados ao comércio internacional. Representantes norte-americanos teriam proposto trechos sobre

a necessidade de reformas da OMC e a importância do combate a todas as formas de prática desleal de comércio, rechaçados pelas contrapartes chinesas.

Durante o evento, como primeiro projeto de fundo trilateral de infraestrutura para a região, os Estados Unidos, Austrália e Japão anunciaram o aporte de US\$ 300 milhões para o incremento da infraestrutura em Papua Nova Guiné. Os três países, acrescidos da Nova Zelândia, assinaram acordo com Port Moresby para prover eletricidade e internet a 70% da população papuásia até 2030. Na esfera militar, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, anunciou a participação dos EUA no projeto de ampliação e uso da base naval de Lobrum, obtendo acesso privilegiado à instalação militar na região.

A China, por sua vez, assinou com Port Moresby acordo de isenção de vistos diplomáticos para visitas de curta duração; estabeleceu fundo de US\$ 3,2 bilhões para o financiamento de construção de rede rodoviária no país; e anunciou investimentos da ordem de US\$ 1,1 bilhão para ampliar a exploração de mina papuásia de níquel, levada a cabo por empresa estatal chinesa.

ECONOMIA

A economia do país cresceu a uma média de 5,2% ao ano entre 2010 e 2018, embora a queda dos preços das commodities, em particular de petróleo e gás, tenha influenciado negativamente o desempenho econômico do país. Durante a terceira Revisão de Política Comercial (TPR) da OMC, realizada entre 8 e 10 de maio de 2019, os representantes papuásios comentaram sobre a possibilidade de o país experimentar crescimento zero em 2019, em razão da queda dos preços internacionais das commodities, choques exógenos (seca e terremotos) e do momento de convulsão política que atravessa o país. O nível de pobreza mantém-se em patamar elevado, com 40% da população abaixo da linha de pobreza.

Em 2018, o país exportou US\$ 11,18 bilhões e importou US\$ 4,49 bilhões, resultando em saldo positivo da balança comercial de bens de US\$ 6,69 bilhões. A China foi o principal destino das exportações de Papua Nova Guiné, com 25,2% do total, seguida pela Austrália (24,1%), Japão (20,7%), Taiwan (6,0%) e Holanda (3,2%). O Brasil figurou em 39º lugar, com 0,003% do total.

Naquele ano, a Austrália foi o principal fornecedor de bens para Papua Nova Guiné, com 33,7% do total, seguida pela China (17,5%), Singapura (11,8%), Malásia (10,2%) e Indonésia (4,7%). O Brasil posicionou-se no 31º lugar entre os fornecedores do mercado de Papua Nova Guiné, com 0,06% do total.

Predominam nas vendas externas da PNG combustíveis e produtos de baixo valor agregado. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2018 foram combustíveis (44,6%), pedras preciosas (20,0%), minérios (8,4%), madeira (8,3%) e gorduras e óleos (5,2%). Naquele ano, a pauta de importações foi composta principalmente por bens com alto valor agregado e combustíveis. Os principais grupos de produtos importados pelo país foram máquinas mecânicas (17,7%), combustíveis (16,7%), máquinas elétricas (8,2%), automóveis (6,4%) e obras de ferro ou aço (4,5%).

Até 2017, o intercâmbio comercial entre Brasil e Papua Nova Guiné praticamente se resumia ao fluxo de exportação brasileira para aquela ilha. Em 2018, houve significativo aumento das importações brasileiras de PNG, que, no entanto, continuam muito abaixo das exportações. Entre 2013 e 2018, o intercâmbio comercial bilateral diminuiu 56,67%, de US\$ 7,016 milhões para US\$ 3,040 milhões. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil desde 2004, registrou superávit de US\$ 3,1 milhões em 2019, com exportações de US\$ 3,3 milhões e importações de US\$ 200 mil.

Em 2019, a totalidade das exportações brasileiras para PNG foi composta de manufaturados. Os principais grupos de produtos exportados foram ferramentas (48%), instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores (11%), óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (11%) e talheres (8,2%). Por outro lado, especiarias foram o único produto importado pelo Brasil daquela ilha.

Além de maior parceiro comercial (corrente de comércio de US\$ 4,21 bilhões em 2018), a Austrália é o mais importante fornecedor de ajuda ao desenvolvimento à Papua Nova Guiné, o maior beneficiário de recursos assistenciais de Canberra. Em

quadro de severas pressões orçamentárias, a assistência ao desenvolvimento australiana, de aproximadamente US\$ 400 milhões por ano, revela-se de especial importância para o país. Tais recursos visam principalmente à promoção da governança, estabilidade e prosperidade econômica do país, sem os quais Camberra se veria mais vulnerável em áreas como defesa, segurança de fronteiras, segurança sanitária, entre outras. A Austrália é também o principal investidor na PNG, com capital acumulado de US\$ 14 bilhões ao final de 2017, principalmente nas áreas de mineração, exploração de gás e petróleo.

III reunião de Revisão de Política Comercial (TPR) da OMC

Foi realizada, entre 8 e 10 de maio de 2019, a terceira Revisão de Política Comercial de Papua-Nova Guiné. Os países-membros da OMC destacaram o compromisso do país com o sistema multilateral de comércio (SMC), mas encorajaram, ao mesmo tempo, maiores esforços para o cumprimento das obrigações de notificação na OMC e para a observância mais estrita aos padrões multilaterais em SPS e em propriedade intelectual. Algumas delegações questionaram o fechamento do mercado de PNG a algumas importações, especialmente de frango ("uncooked poultry"), bem como cobraram o aprimoramento do marco de SPS do país. A China cobrou a melhora da política de vistos de trabalho de PNG, os quais seriam muito caros e burocráticos de se obter.

Durante o TPR, a delegação de PNG frisou o compromisso do país com o sistema multilateral de comércio (SMC) e a determinação do país de aderir às práticas da OMC e cumprir plenamente com suas obrigações, mesmo sendo membro não residente e com capacidade administrativa restrita. Mencionou esperar a volta do crescimento no país após a exaustão dos efeitos dos choques exógenos recentes. Entre os temas prioritários para PNG na OMC estão as negociações de subsídios à pesca e a redução das distorções dos preços dos pescados nos mercados internacionais.

POLÍTICA INTERNA

O território da atual Papua Nova Guiné foi administrado por alemães (no nordeste, de 1884 a 1914), britânicos (no sul, de 1884 a 1945), japoneses (no norte, de 1941 a 1945) e australianos (de 1945 a 1975). Tornou-se independente da Austrália em 1975. O cenário político do país é caracterizado por intensa e recorrente instabilidade.

A chefe de estado, Rainha Elizabeth II, é representada pelo governador-geral, eleito diretamente por membros do Parlamento Nacional para um mandato de cinco anos. O governador-geral exerce principalmente funções protocolares.

O Parlamento Nacional é unicameral e constituído por 111 membros, eleitos por sufrágio universal para um mandato de 5 anos. O primeiro-ministro, indicado pelo Parlamento, é aceito ou rejeitado pelo governador-geral. O Gabinete Ministerial, por sua vez, é indicado pelo Governador-Geral com base na recomendação do Primeiro-Ministro.

A Constituição de Papua Nova Guiné impede que o Congresso Nacional impetre moção de desconfiança nos primeiros 18 meses de governo. Uma vez expirada essa moratória e persistindo o desejo de retirar o governante, um novo primeiro-ministro é indicado pelo Parlamento sem a necessidade de eleições (a não ser que a moção de desconfiança se dê nos últimos 12 meses do mandato de 5 anos).

Nas eleições de junho e julho de 2007, o Partido da Aliança Nacional (*National Alliance Party*) ganhou a maioria dos assentos no Parlamento (27 de um total de 109). Na ocasião, foi reeleito Michael Somare, que já havia sido eleito PM em 1975, 1982 e 2002. Somare enfrentou acusações de ocultação de bens que levaram ao seu afastamento do poder por cinco semanas no final de 2010. Em abril de 2011, foi suspenso por duas semanas por decisão judicial que o considerou responsável por conduta irregular no exercício do poder. No mesmo mês, Somare, de 75 anos, foi submetido a uma cirurgia cardíaca. Em agosto de 2011, o Parlamento aprovou uma moção de desconfiança que encerrou definitivamente o governo Somare e levou à assunção de Peter O'Neill como o novo PM.

Em dezembro de 2011, uma decisão da Suprema Corte de Papua Nova Guiné considerou que Somare foi derrubado irregularmente e determinou sua recondução ao cargo de PM. Foi iniciada nova etapa da crise constitucional, já que o Parlamento e o comandante das forças de Defesa, Francis Agwi, rejeitaram a decisão e apoiaram a manutenção de Peter O'Neill. Somare, agindo como PM, nomeou o coronel aposentado Yaura Sasa como comandante das forças de defesa e o incumbiu de cumprir a decisão da Suprema Corte. Na madrugada do dia 26 de janeiro de 2012, cerca de 20 soldados iniciaram um motim contra Agwi e oficiais leais a O'Neill. Na noite do dia 26, entretanto, O'Neill declarou publicamente que o motim estava sob controle. No dia 28, Sasa foi preso sob acusação de incitação de motim e no dia 30, após o governo O'Neill prometer anistia, os soldados amotinados se renderam. Somare, no entanto, continuou pedindo à polícia e às forças de defesa que atendessem à decisão da Suprema Corte.

No final de maio de 2012, a Alta Corte de Justiça em Port Moresby declarou, pela segunda vez, que a ascensão ao poder do primeiro-ministro Peter O'Neill havia

ocorrido de maneira ilegal, o que agravou a crise política. Em consequência da declaração judicial, a polícia e o Vice-Primeiro-Ministro tentaram deter o Presidente da Corte. Em resposta à Corte, o Parlamento da Papua-Nova Guiné aprovou estado de emergência, dando poderes ao governo para manter a ordem na capital, bem como nas províncias de Hela e Enga, inclusive mediante o uso das Forças Armadas. Nessas duas províncias, distúrbios interromperam os trabalhos em importante projeto de gás liquefeito e em mina de ouro.

Diante da crise constitucional que assolava Papua Nova Guiné, foram realizadas eleições gerais durante 3 semanas, entre 23 de junho e 6 de julho de 2012. A contagem de votos estendeu-se durante todo o mês de julho. Porém, antes do término da apuração, Somare surpreendentemente declarou apoio ao pleito de Peter O'Neill ao cargo de primeiro-ministro. Essa decisão pode ter sido provocada pelo fato de seu Partido da Aliança Nacional, já enfraquecido durante os meses de crise política, ter-se fragmentado durante o processo eleitoral, evidenciando o enfraquecimento de Somare mesmo antes do fim da contagem de votos. A reconciliação dos dois rivais foi decisiva para o fim da crise constitucional. No começo de agosto de 2012, foi divulgado o resultado da eleição, dando à coligação formada pelos partidários de O'Neill e Somare ampla maioria no Parlamento. A indicação de Peter O'Neill para primeiro-ministro foi aceita pelo Parlamento com 94 votos favoráveis e 12 contrários e, em 4 de agosto de 2012, O'Neill tornou-se indiscutivelmente o PM de Papua Nova Guiné, com mandato até 2017.

Em dezembro de 2014, O'Neill buscou assegurar a investidores estrangeiros que, apesar da crescente participação em projetos extrativos no país, o governo não busca controlar o desenvolvimento do setor de exploração de recursos minerais e energéticos. Suas declarações repercutiram na imprensa local, uma vez que empresas australianas como "Santos", "Oil Search" e InterOil" possuem investimentos na PNG.

O'Neill assegurou que a percepção por parte da comunidade empresarial de que pretende adotar um enfoque mais nacionalista na condução econômica de seu país seria infundada. Disse ainda que está pessoalmente comprometido em manter a estabilidade política e a confiança empresarial em seu país, em especial após anos de turbulência política e incertezas quanto à sua política de desenvolvimento do setor minerador.

As eleições de julho de 2017 foram pacíficas, apesar do registro de irregularidades. O escrutínio de cada distrito eleitoral envolve transferências de votos preferenciais de candidatos perdedores para os mais votados, até que um deles obtenha a maioria dos votos remanescentes. Há registro de fraudes nessa fase de escrutínio em eleições passadas. No final da contagem, saiu novamente vitorioso, para mais um mandato de cinco anos, o primeiro-ministro Peter O'Neill e seu partido *People's National Congress* (PNC). Protestos violentos eclodiram após o anúncio dos primeiros resultados.

Instabilidade política e mudança de governo em 2019

A situação política no país se agravou no começo de 2019, a ponto de o país cancelar duas vezes a cerimônia de entrega de cartas credenciais do Embaixador

brasileiro em Camberra, previstas inicialmente para 7 de maio e 6 de junho, em Port Moresby.

A crise política foi iniciada com a renúncia do Ministro das Finanças, James Marape, em 11 de abril. Nas semanas seguintes, outros integrantes do gabinete e parlamentares do PNC abandonaram o governo. Em 7 de maio, no entanto, o governo de Papua Nova Guiné conseguiu aprovar medida para suspender as atividades do Parlamento nacional por período de três semanas, até 28 de maio. O resultado da votação, que obteve 59 votos favoráveis e 50 contrários, representou vitória do Primeiro Ministro Peter O'Neill, que demonstrou naquela ocasião ainda contar com o apoio da maioria dos parlamentares. Apesar disso, o ritmo de defecções continuou aumentando, com a renúncia de nove parlamentares do PNC, incluindo três ministros.

Em 26 de maio de 2019, o primeiro-ministro de Papua Nova Guiné, Peter O'Neill, anunciou que apresentaria seu pedido de renúncia diante da diminuição de seu apoio no Parlamento. A renúncia ocorreu em 29 de maio. No dia seguinte, em votação realizada no Parlamento nacional, James Marape foi eleito Primeiro Ministro de Papua Nova Guiné. O novo PM, líder do Partido Pangu, recebeu 101 votos no Parlamento composto por 111 representantes.

Entre os postulantes para o cargo estavam Marape, o próprio Peter O'Neill e o líder da oposição, Patrick Pruaitch. A renúncia de O'Neill, no entanto, abriu caminho para o retorno de Marape e do Partido Pangu ao grupo governista. O'Neill retirou sua candidatura e passou a apoiar a postulação de seu ex-ministro. Pruaitch, sem apoio suficiente para conquistar a chefia do governo papuense, também retirou sua candidatura em favor de Marape. O mesmo bloco governista que deu sustentação a Peter O'Neill, portanto, continua no poder, com uma nova liderança.

Desde a independência de Papua Nova Guiné, em 1972, apenas O'Neill e o primeiro líder do país, Michael Somare, concluíram um mandato completo na chefia do governo de Port Moresby.

A QUESTÃO DE BOUGAINVILLE

O referendo de Bougainville

A Região Autônoma de Bougainville tem cerca de 300 mil habitantes, o equivalente a menos de 4% da população de PNG. Composta por duas ilhas principais (Bougainville e Buka), sua área territorial (9500 quilômetros quadrados) representa 2% do território de PNG. Suas principais atividades econômicas são a produção de cacau e copra, a pesca e o garimpo de ouro. A riqueza mineral da região é significativa. Antes da guerra civil, a economia de Bougainville representava cerca de 25% do PIB de PNG, essencialmente em razão da exploração mineral conduzida no território.

Entre 1988 e 1997, Bougainville foi palco de conflito armado, inicialmente entre a frente pró-independência ("Bougainville Revolutionary Army") e o governo nacional de PNG (que teria contado com o apoio da Austrália) e, posteriormente, entre os próprios grupos separatistas. O conflito causou cerca de 5 mil mortes (pelas estimativas mais conservadoras) e o deslocamento interno de 60 mil pessoas, em território com aproximadamente 150 mil habitantes no final da década de 80.

O centro das origens dos conflitos com Port Moresby foi a exploração da mina de cobre de Panguna, em Bouganville, realizada por subsidiária da empresa australiana Rio Tinto. Insatisfeitos com a distribuição dos rendimentos das atividades na jazida, setores da população local formaram a supracitada frente revolucionária, que, por meio da força, exigiu a independência da província.

O conflito foi formalmente encerrado pelo Acordo de Paz de Bougainville, firmado em agosto de 2001, após negociações mediadas pela Nova Zelândia, com apoio da Austrália. Além desses dois países, Fiji, Ilhas Salomão e Vanuatu também firmaram o acordo como países garantes. O acordo de paz, que exigiu alterações na Constituição de PNG, foi estruturado em torno de três pilares, com a previsão de processo de desarmamento e desmilitarização, criação de governo autônomo em Bougainville (estabelecido em junho de 2005), e a realização de referendo (em não menos que dez e não mais que 15 anos após a formação do governo autônomo).

No referendo, conduzido pela Comissão do Referendo de Bougainville ("Bougainville Referendum Commission"), entidade independente chefiada pelo ex-primeiro-ministro da Irlanda, Bertie Arhen, os 202 mil eleitores optaram por "maior autonomia" ou "independência". O período de duas semanas para a realização da votação (23 de novembro e 7 de dezembro de 2019) foi devido às dificuldades logísticas do território e ao isolamento geográfico de parte expressiva da população. O referendo foi acompanhado por observadores da Austrália, Nova Zelândia, Commonwealth britânica e "Melanesian Spearhead Group", entre outros. Wellington também coordenará contingente de policiais de países da região que contribuirá, desarmado, para a segurança do pleito.

A população da Região Autônoma de Bougainville apoiou, por ampla maioria, a independência do território. De acordo com os resultados divulgados pela Comissão do Referendo de Bougainville, presidida pelo ex-primeiro-ministro da Irlanda, Bertie

Arhen, o índice de comparecimento foi de 85%, com mais de 181 mil votantes entre os 206 mil eleitores registrados. A opção pela "independência" recebeu 176.982 sufrágios (o equivalente a 97.7% dos votos), a alternativa por "maior autonomia" atingiu 3.403, e os votos brancos e nulos alcançaram 1.096.

O primeiro-ministro de PNG, James Marape, visitou Arawa após a divulgação do resultado e classificou como excelente a condução do referendo. Afirmou que sua administração "escutou a população de Bougainville" e que os dois governos irão desenvolver "road map" que leve a acordo político definitivo.

O resultado do referendo não é obrigatório ("binding"), nem apenas consultivo, não podendo ser ignorado pelas partes. Não há qualquer exigência de quórum para a validação do referendo ou de porcentagem mínima para a obtenção de maioria. Os governos de PNG e da região autônoma de Bougainville irão, em seguida, iniciar processo de consultas e submeter posição acordada entre as duas partes ao parlamento de PNG. Não há cronograma fixo para o processo, mas a perspectiva é de que haja resolução definitiva para o tema até o final do atual mandato legislativo do congresso de PNG, que se encerra em meados de 2022. Os dois lados já solicitaram formalmente às Nações Unidas a indicação de moderador internacional para acompanhar o processo de consultas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1828-1945	Território papuásio é alternadamente ocupado por holandeses, alemães, britânicos e japoneses.
1945	Papua Nova Guiné torna-se protetorado da Austrália.
1975	Independência da Austrália, ingresso na Commonwealth.
2011	Suprema Corte considera irregular cassação de ex-primeiro ministro Somare e inicia-se crise política após Parlamento manter apoio ao primeiro-ministro em exercício Peter O'Neill, em dezembro.
2012	Peter O'Neill vence eleições gerais e encerra-se crise política.
2017	Reeleição dos primeiro-ministro Peter O'Neill, em julho.
2018	Semana de Líderes do Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), em Port Moresby, em novembro.
2019	Eleição pelo Parlamento nacional, em maio, de James Marape para o cargo de primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1989	Estabelecimento de relações diplomáticas
2005	Visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação a Papua Nova Guiné
2012	Visita de delegação papuásia ao Brasil durante Rio+20

ATOS BILATERAIS
Não há acordos bilaterais

PAPUA NOVA GUINÉ

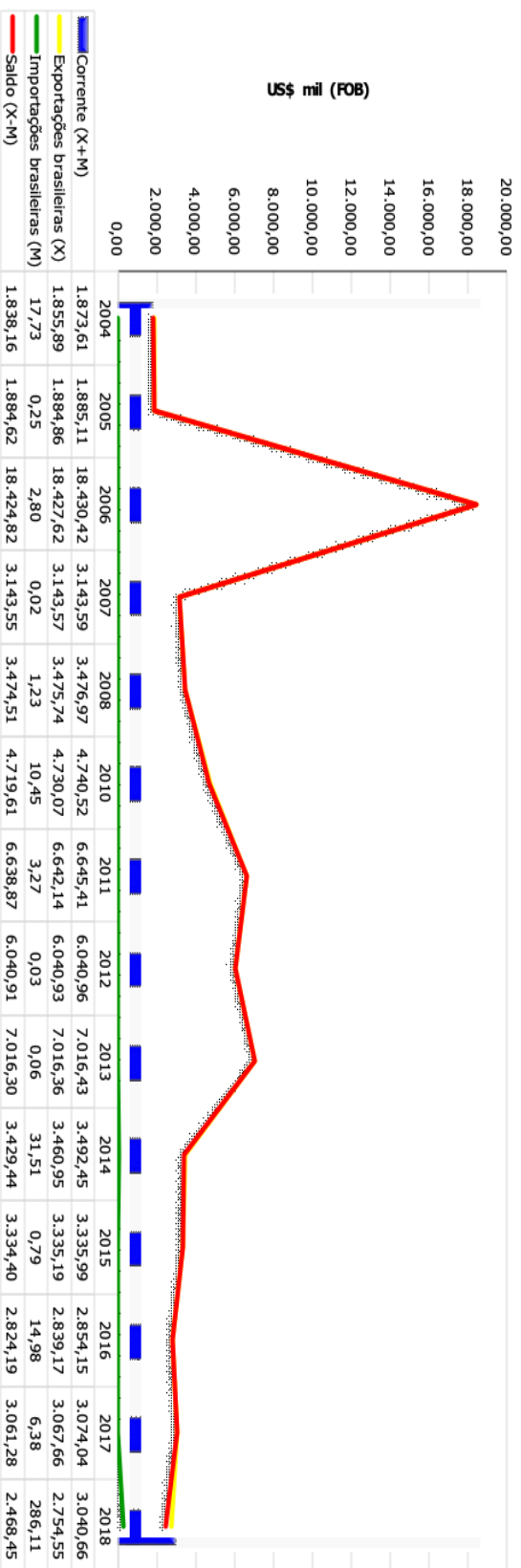
Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo

Investimentos bilaterais



Abril 2019

Comércio Brasil - Papua Nova Guiné

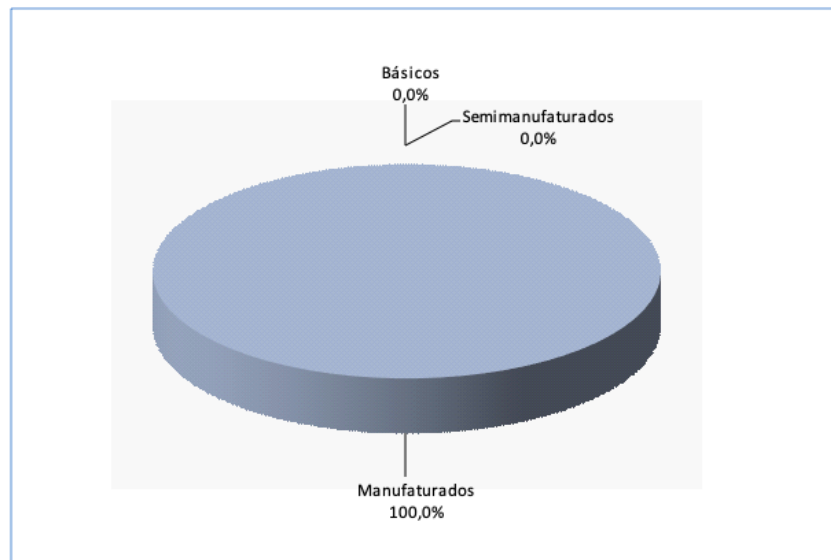


2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-mar)	821,16	92,03	913,20	729,13
2019 (jan-mar)	696,97	120,60	817,57	576,38

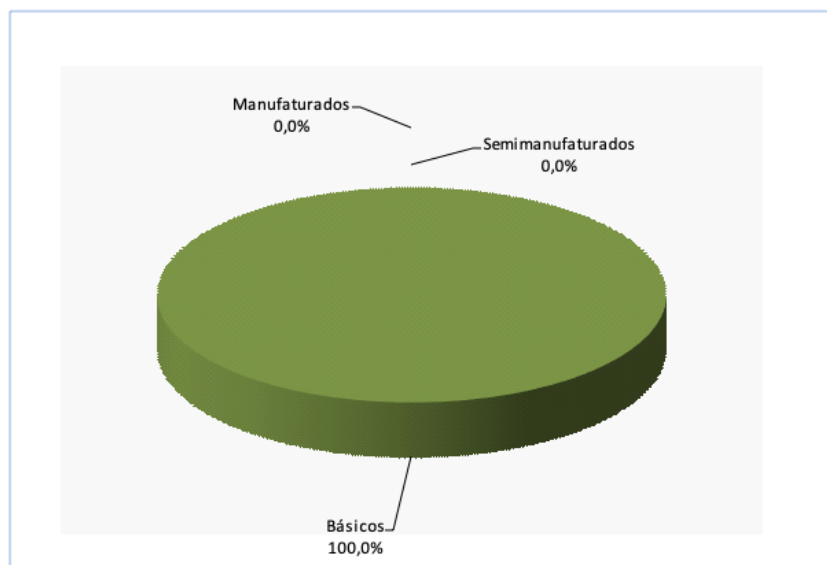
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2018

Exportações



Importações



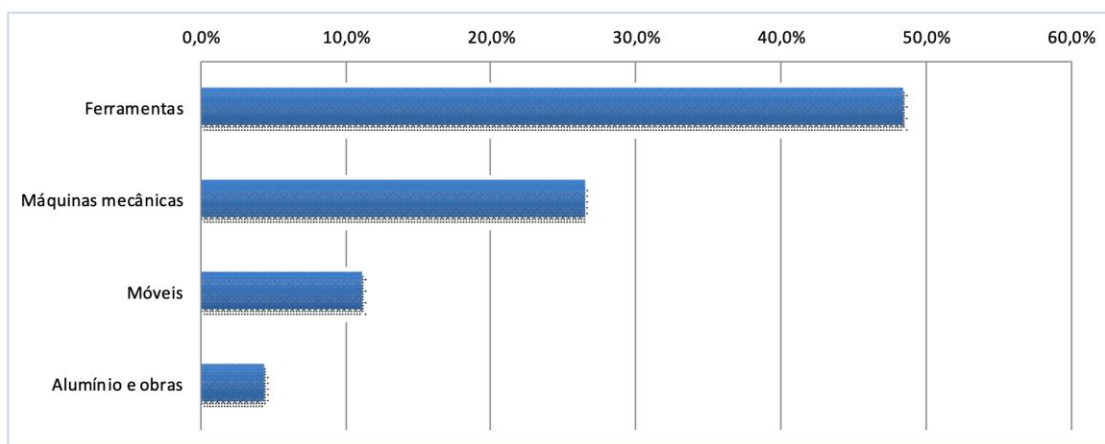
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Composição das exportações brasileiras para Papua Nova Guiné
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ferramentas	1.696,51	59,8%	1.710,09	55,7%	1.334,80	48,5%
Máquinas mecânicas	607,52	21,4%	549,30	17,9%	731,34	26,6%
Móveis	167,25	5,9%	125,96	4,1%	308,41	11,2%
Alumínio e obras	89,88	3,2%	113,23	3,7%	122,21	4,4%
Subtotal	2.561,16	90,2%	2.498,59	81,4%	2.496,76	90,6%
Outros	278,01	9,8%	569,07	18,6%	257,80	9,4%
Total	2.839,17	100,0%	3.067,66	100,0%	2.754,55	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

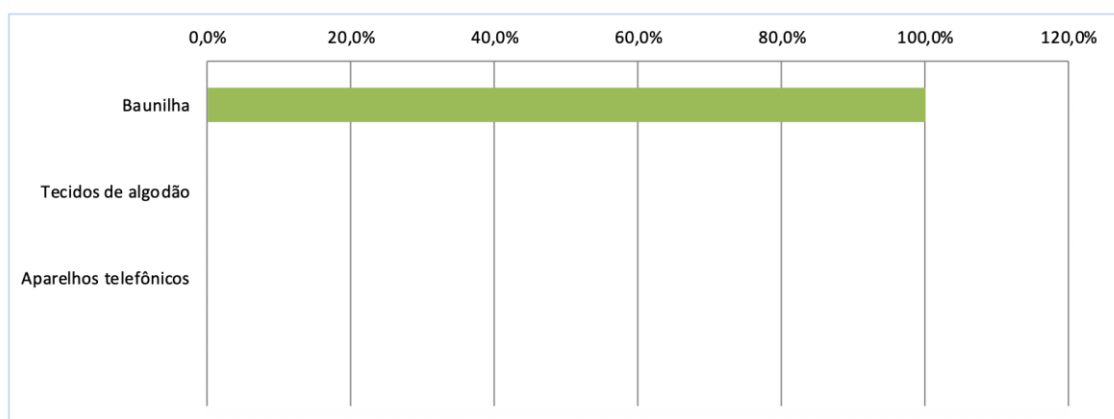


Composição das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Baunilha	14,98	100,0%	0,00	0,0%	286,11	100,0%
Tecidos de algodão	0,00	0,0%	5,25	82,2%	0,00	0,0%
Aparelhos telefônicos	0,00	0,0%	0,88	13,8%	0,00	0,0%
Subtotal	14,98	100,0%	6,13	96,0%	286,11	100,0%
Outros	0,00	0,0%	0,25	4,0%	0,00	0,0%
Total	14,98	100,0%	6,38	100,0%	286,11	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

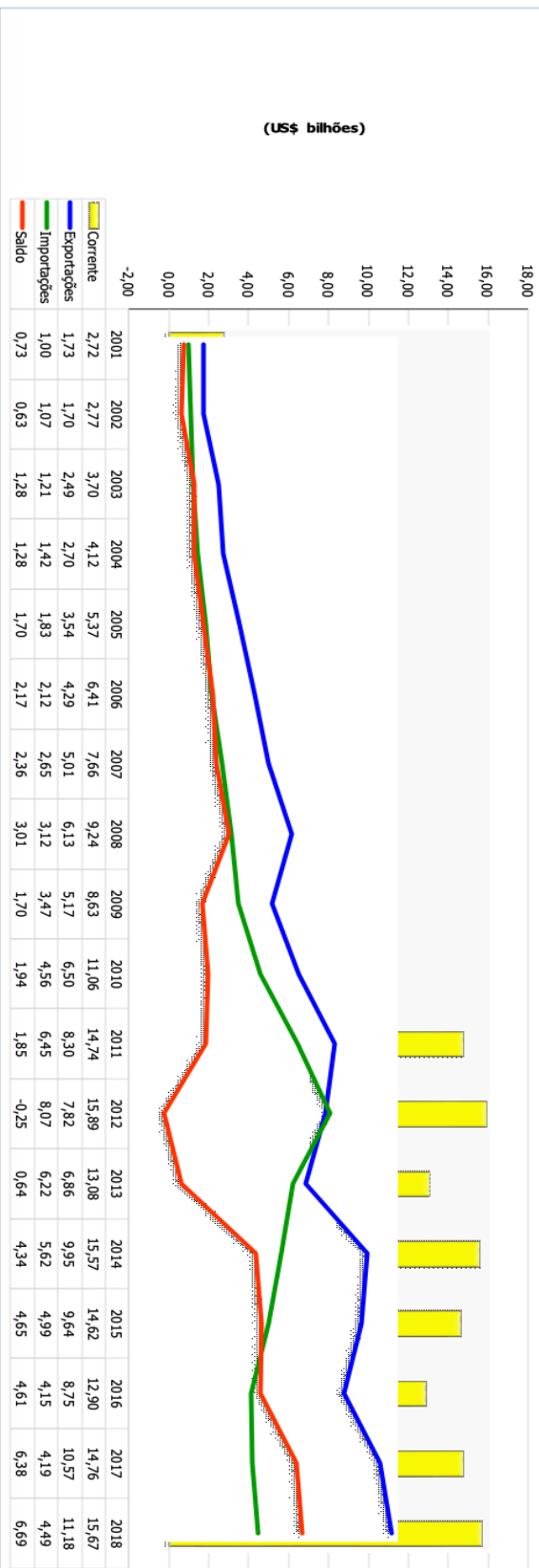
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019
Exportações					
Ferramentas	298,2	36,3%	578,7	83,0%	
Máquinas mecânicas	294,8	35,9%	50,7	7,3%	
Subtotal	593,0	72,2%	629,4	90,3%	
Outros	228,2	27,8%	67,6	9,7%	
Total	821,2	100,0%	697,0	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 9 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019
Importações					
Baunilha	92,0	100,0%	120,6	100,0%	
Subtotal	92,0	100,0%	120,6	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	92,0	100,0%	120,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Comércio Papua Nova Guiné x Mundo



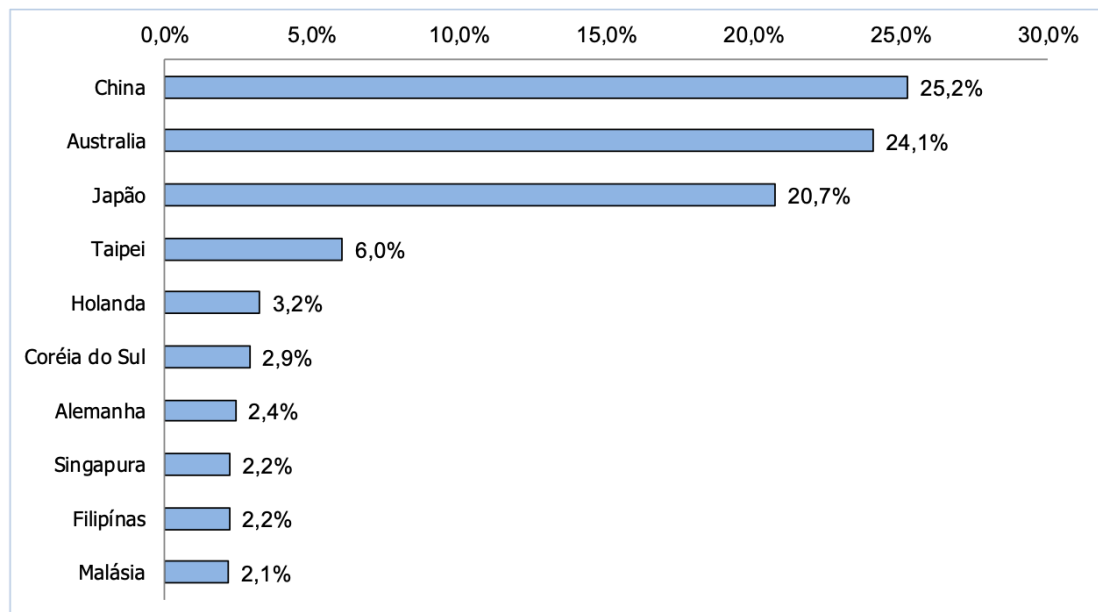
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Abril 2019. - Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

Principais destinos das exportações de Papua Nova Guiné
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	2,82	25,2%
Austrália	2,69	24,1%
Japão	2,32	20,7%
Taipei	0,67	6,0%
Holanda	0,36	3,2%
Coréia do Sul	0,32	2,9%
Alemanha	0,27	2,4%
Singapura	0,25	2,2%
Filipinas	0,24	2,2%
Malásia	0,24	2,1%
...		
Brasil (39º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	10,18	91,1%
Outros países	1,00	8,9%
Total	11,18	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais destinos das exportações

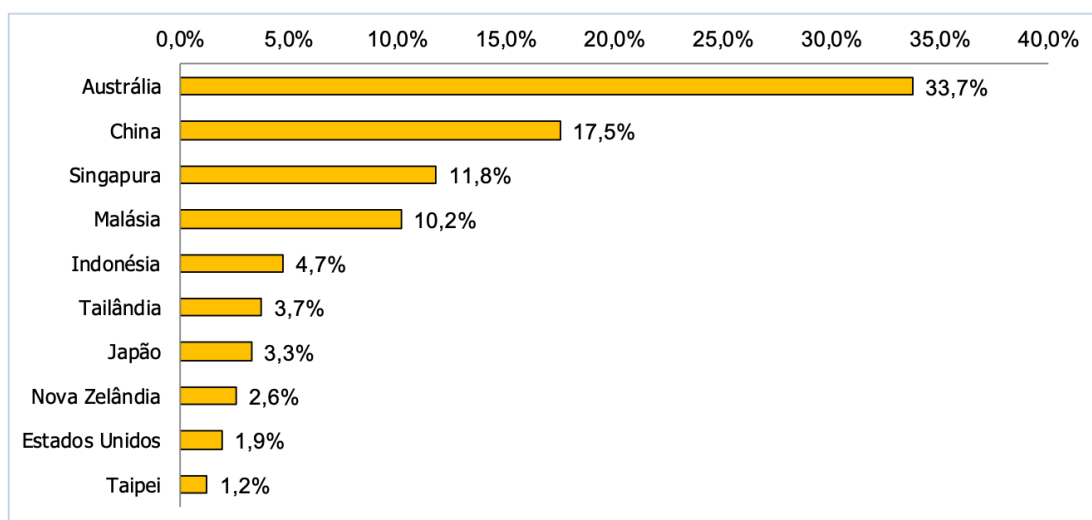


Principais origens das importações de Papua Nova Guiné
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Austrália	1,52	33,7%
China	0,79	17,5%
Singapura	0,53	11,8%
Malásia	0,46	10,2%
Indonésia	0,21	4,7%
Tailândia	0,17	3,7%
Japão	0,15	3,3%
Nova Zelândia	0,12	2,6%
Estados Unidos	0,09	1,9%
Taipei	0,06	1,2%
...		
Brasil (31º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	4,08	90,8%
Outros países	0,41	9,2%
Total	4,49	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais origens das importações

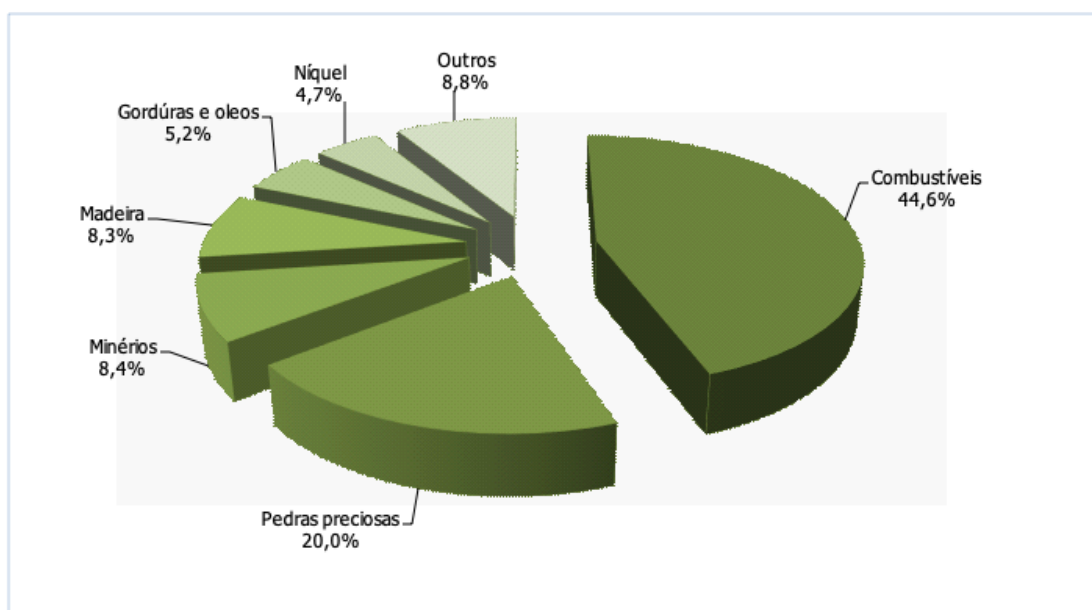


Composição das exportações de Papua Nova guiné
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	4,98	44,6%
Pedras preciosas	2,24	20,0%
Minérios	0,94	8,4%
Madeira	0,93	8,3%
Gordúras e oleos	0,58	5,2%
Níquel	0,52	4,7%
Subtotal	10,19	91,2%
Outros	0,98	8,8%
Total	11,18	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais grupos de produtos exportados

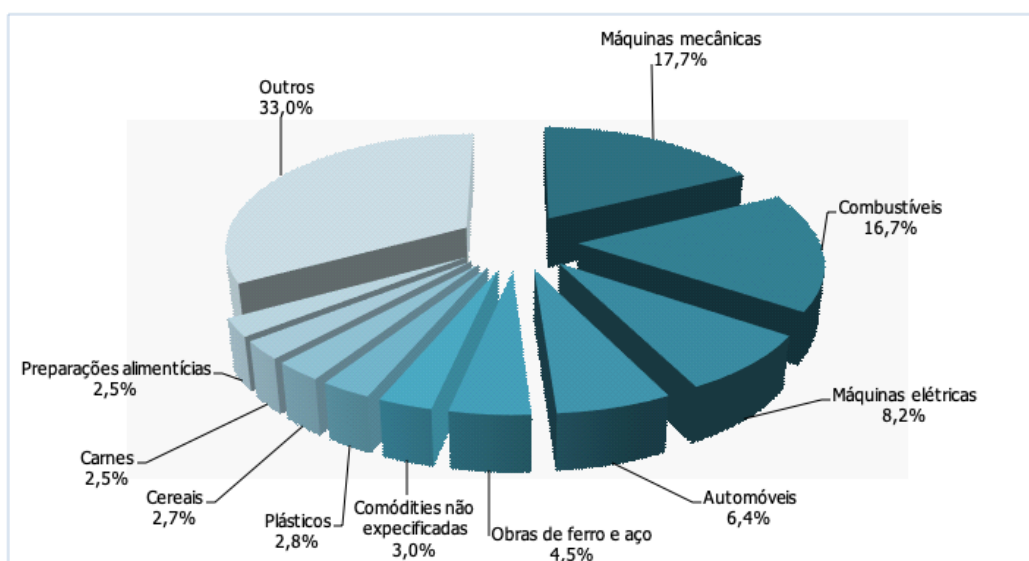


Composição das importações de Papua Nova Guiné
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,79	17,7%
Combustíveis	0,75	16,7%
Máquinas elétricas	0,37	8,2%
Automóveis	0,29	6,4%
Obras de ferro e aço	0,20	4,5%
Comódities não especificadas	0,14	3,0%
Plásticos	0,13	2,8%
Cereais	0,12	2,7%
Carnes	0,11	2,5%
Preparações alimentícias	0,11	2,5%
Subtotal	3,01	67,0%
Outros	1,48	33,0%
Total	4,49	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019. -Os dados estão espalhados por falta de dados diretos

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Papua Nova Guiné

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	-1,08%	3,76%	3,15%	3,42%	3,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	20,77	21,54	22,24	23,32	24,46
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.465	2.505	2.533	2.601	2.673
PIB PPP (US\$ bilhões)	30,56	32,38	34,04	35,86	37,81
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.627	3.765	3.877	4.000	4.131
População (milhões habitantes)	8,43	8,60	8,78	8,96	9,15
Desemprego (%)	—	—	—	—	—
Inflação (%) ⁽²⁾	4,21%	3,82%	3,81%	3,82%	3,82%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	23,39%	23,58%	22,28%	21,44%	20,60%
Dívida externa (US\$ bilhões)	17,50	18,10	18,50	18,40	19,00
Câmbio (Kina / US\$) ⁽²⁾	3,28	3,38	3,48	3,58	3,62

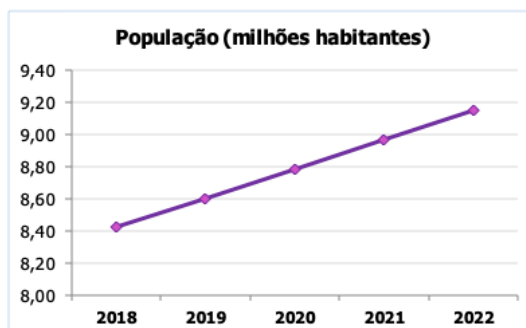
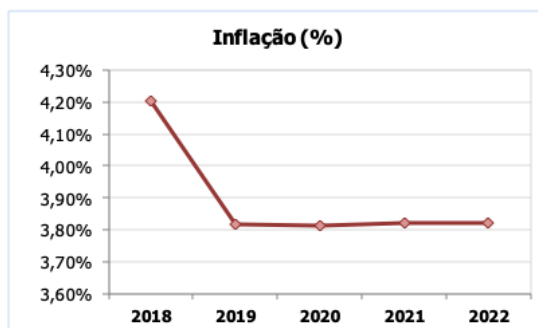
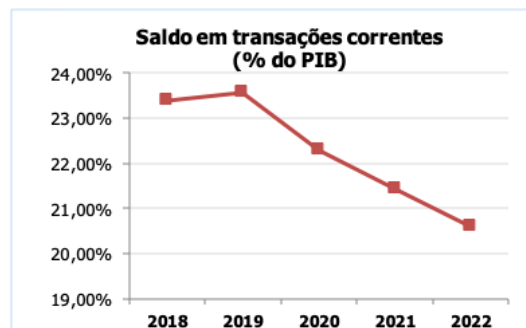
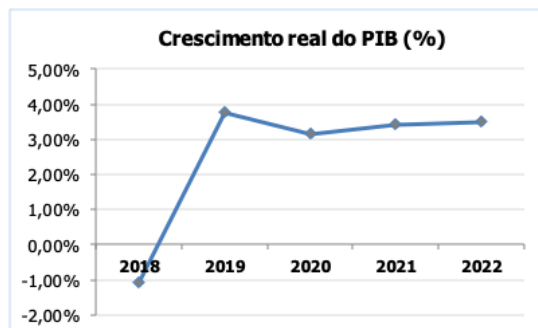
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	22,1%
Indústria	42,9%
Serviços	35,0%

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VANUATU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE VANUATU

NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	Vanuatense
CAPITAL	Port Vila
DATA NACIONAL	30/07, Dia da Independência
ÁREA	12.189 km ²
POPULAÇÃO (2019)	299,882 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (27,9%), Anglicanos (15,1%), Católicos (12,4%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tallis Obed Moses (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Bob Loughman (desde abril de 2020)
CHANCELER	Marc Ati (desde abril de 2020)
PIB NOMINAL (2019)¹	US\$ 917 milhões
PIB PPP (2019)¹	US\$ 981 milhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2019)¹	US\$ 3.058
PIB PPP <i>per capita</i> (2019)¹	US\$ 3.273
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2019)¹	2,9 %
IDH²	0,697 (141º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	70,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	87,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO³	1,7% (1999)
UNIDADE MONETÁRIA	Vatu
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	Sérgio Eduardo Moreira Lima
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

- (1) Banco Mundial
 (2) Dados do Relatório 2019 PNUD
 (3) CIA World Factbook (não há dados mais recentes).

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: -MDIC/M. Economia

BRASIL ⇒ VANUA TU	200 8	200 9	201 0	201 1	201 2	201 3	201 4	201 5	201 6	201 7	201 9	2020 jan- jul
Intercâmbio	380	96	141	186	164	156	36,9	223	74	176,4	1.300	100
Exportações	101	5	129	185	164	145	36,6	220	74	176,2	1.200	100
Importações	278	90	11	0,975	0,04	10	0,3	2	0,2	0,2	100	0
Saldo	-176	-84	117	184	164	134	36,3	218	74	175,9	1.100	100

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tallis Obed Moses

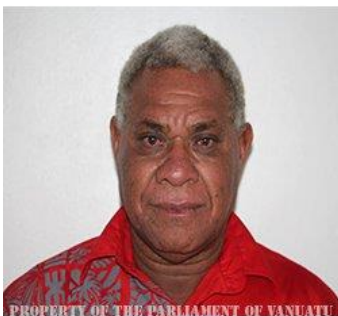
Presidente de Vanuatu



Nasceu em 24 de outubro de 1954. É pastor graduado no *Sydney Missionary and Bible College*, em 1981. Tem diploma em teologia no Centro de Treinamento Pastoral de Talua, onde estudou em 1985 e 1986. Serviu como pastor em Erromango, Ranon in North Ambrym, Luganville e Bamefau. Foi escolhido entre 16 candidatos, pelo Colégio Eleitoral, para suceder Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo, em julho de 2017, tornando-se presidente.

Bob Loughman

Primeiro-Ministro de Vanuatu



Nasceu em 8 de março de 1961. É parlamentar pelo distrito de Tanna desde 2004. É membro do Comitê de “Standing Orders Review” e do Comitê de Contas Públicas. Foi Ministro da Educação (2013-2015) e Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Turismo, Comércio e Comércio (2018-2019). Antes de se tornar parlamentar, foi Coordenador Nacional do Projeto de Treinamento de Habilidades Rurais e Diretor do Departamento de Autoridades Locais. Foi eleito Primeiro-Ministro de Vanuatu em abril de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005 o embaixador Frederico César de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil à Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

Visitas bilaterais

O Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão a Port Vila, em 28/02/2008, ocasião em que se entrevistou com o Vice-Ministro das Relações Exteriores de Vanuatu, Jonas Cullwick, com a Chefe da Divisão para África, Europa, Oriente Médio e Américas, Marie-Antoinette Nirua, e com o Chefe, interino, do Departamento das Nações Unidas, Serge Alain Mahe.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Vanuatu junto à ONU, Donald Kalpokas, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vanuatu copatrocinou o projeto de resolução do G-4 sobre reforma do Conselho de Segurança, mas não se manifestou publicamente sobre a candidatura brasileira a assento permanente no CSNU.

Em março de 2012 estava prevista a realização de missão de prospecção da ABC a Fiji e a Vanuatu, que teria como objetivo analisar possíveis projetos de cooperação técnica nas áreas de pesca artesanal marítima, preservação e exploração sustentável de floresta e agropecuária. Entretanto, por razões orçamentárias, a missão foi adiada e realizou-se apenas em agosto de 2013.

Em junho de 2012 o Primeiro-Ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o PM não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Entre 21 e 24 de março de 2013 o embaixador Rubem Barbosa esteve em Vanuatu para apresentar credenciais e fazer gestões em prol da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da OMC. Em vista da vacância do cargo de primeiro-ministro, a apresentação de credenciais não foi realizada, e durante sua estadia a Port Vila manteve encontros com o Diretor-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros, Johnny Koanapo e com o Diretor do Departamento de Comércio Exterior, Sumbe Antas. Durante esses encontros, foi reiterada ao embaixador Rubem Barbosa a demanda de Vanuatu por cooperação com o Brasil no setor de agricultura.

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul-ASEAN

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul ASEAN (MACC), composta por cerca de 10 empresários, visitou, entre 10 a 28 de junho de 2019, a Austrália, Fiji e Vanuatu. Em Fiji e Vanuatu, a missão manteve importantes encontros com repercussão política e midiática. Em Suva, a delegação foi recebida pelo Primeiro Ministro, pelo chanceler e membros do Parlamento fijiano. Em Vanuatu, manteve encontro com os Vice Ministros das Relações Exteriores, da Educação e dos Esportes.

A missão do Mercosul pôde identificar oportunidades em três setores: i) Turismo e Cooperação Acadêmica e Esportiva; ii) Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária em geral, com o foco no cultivo de cana-de-açúcar em Fiji e da renovação da indústria de produção e exportação de carne em Vanuatu (para estes setores sugerem avaliar a possibilidade de propor a outros países e regiões provedores de cooperação na região, como por exemplo Austrália, França, Espanha, União Europeia, Índia, Nova Zelândia, um esquema de cooperação triangular); e iii) Manufaturas de origem agrícola (alimentos orgânicos) e de origem industrial (cosméticos e têxteis). Esses são nichos com potencial de crescimento em Fiji e em Vanuatu, devido ao desenvolvimento do turismo nesses países. Além disso, as empresas do MERCOSUL que tiveram interesse puderam analisar a opção de se associar com contrapartes de Fiji e Vanuatu (turismo e hotelaria) e a exportação a terceiros mercados com quem as duas ilhas possuem acordos de livre comércio (Austrália, Nova Zelândia e União Europeia).

Jatos da Embraer

A Embraer está intensificando a política de divulgação de jatos regionais nos países do Pacífico, incluindo Vanuatu. A empresa enviou a Vanuatu, em julho de 2019, o jato executivo E-195 para demonstrações. Durante as demonstrações, a revista especializada “Australian Aviation” dedicou ampla matéria à presença na Ásia Pacífico da maior e mais moderna aeronave comercial da EMBRAER, com destaque a sua visita à região, Vanuatu incluído. A revista ressalta, entre outras informações, que a companhia recebeu a certificação da ANAC, da Agência de Segurança de Aviação da União Europeia e da Administração Federal de Aviação dos EUA.

O representante da Embraer para Ásia e Pacífico, Ricardo Pesce, fez referência ao processo de aquisição de quatro aeronaves na classe de 100 passageiros pela Air Vanuatu, no qual o E-190 E2, produzido pela Embraer, concorre diretamente com o A220 da Airbus. O CEO da Air Vanuatu, Derek Nice, informou que a decisão sobre a aquisição é iminente e será tomada diretamente pelo governo de Vanuatu. Recorde-se que a Embraer concluiu, recentemente, contrato para venda das aeronaves para empresa australiana, reforçando sua presença no Pacífico.

Cooperação técnica

Realizou-se no período de 27 a 30 de agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência, Embaixador Fernando Abreu. Na ocasião, em 29/8/13, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o país e identificadas as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura. O Acordo possui validade de três anos.

Durante a missão, foram elaboradas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em

Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias". Todas as atividades previstas já foram realizadas.

Candidaturas e trocas de votos

Em dezembro de 2014, o Embaixador do Brasil na Austrália, Rubem Corrêa Barbosa, encontrou-se com o Alto Comissário de Vanuatu em Camberra a fim de tratar da reeleição de José Graziano para a direção da FAO. O Alto Comissário manifestou entusiasmo pela candidatura brasileira. Referiu-se à visita de missão do Senhor Diretor da ABC ao seu país, em 2013, e aos avanços na cooperação alcançados desde então, para ressaltar que não via como, diante do estágio das relações bilaterais, o governo de seu país pudesse deixar de apoiar a candidatura de José Graziano.

Em junho de 2019, A Embaixada em Camberra recebeu nota da chancelaria de Vanuatu, pela qual foi proposta troca de apoio entre os dois países nos seguintes termos: Vanuatu apoiaria a candidatura brasileira à reeleição à Categoria B do Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO) em troca do apoio do Brasil à candidatura vanuatense do Embaixador Laurent Parenté ao cargo de Presidente do Comitê de Cooperação Técnica da IMO, durante sessão realizada nos dias 25 a 27 de junho de 2019, em Londres. O MRE concordou com a proposta de Vanuatu de troca de apoios entre as respectivas candidaturas e comunicou a decisão à Marinha do Brasil.

O professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), realizou visita à Austrália, Ilhas Fiji, Samoa, Tonga e Vanuatu, em setembro de 2019, no contexto de sua campanha para a eleição ao Tribunal.

Em outubro de 2019, Vanuatu confirmou apoio à candidatura brasileira à vaga no Conselho de Direitos Humanos para o mandato de 2020 a 2022.

Intercâmbio comercial

O intercâmbio comercial entre Brasil e Vanuatu cresceu na década atual em relação à passada (quando, a exceção de 2008, seu pico histórico de US\$ 380 mil, o intercâmbio não chegava a US\$ 100 mil), mas é extremamente pequeno. Em 2019 o intercâmbio comercial total foi de US\$ 1,3 milhão, quase em sua totalidade representado por exportações brasileiras.

As exportações compuseram-se quase totalmente de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (90%). As importações, por suas vez, foram compostas por malas, pastas, estojos e sacos de viagem (99,6%).

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Vanuatu. Até agosto de 2020, o país foi uma das dez nações do mundo a não ter registrado nenhum caso de covid-19 na população.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a
tomador soberano de Vanuatu.

POLÍTICA EXTERNA

Vanuatu mantém relações diplomáticas com 74 países. Há atualmente [cinco](#) 5 Embaixadas residentes em Port Vila: Austrália, França, Nova Zelândia, China e a União Européia. Vanuatu, por sua vez, possui cinco representações no exterior: Nova York (ONU), Pequim, Bruxelas (EU), Noumea (Nova Caledônia), Genebra (OMC), além de alguns consulados honorários.

Membros das Forças Armadas de Vanuatu já serviram em Missões de Paz da ONU no Timor Leste, Haiti, Sudão e Bósnia; no Grupo de Monitoramento em Bougainville; e na Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão.

Vanuatu passou a fazer parte da Commonwealth e do Fórum das Ilhas do Pacífico após a independência em 1980. Vanuatu também é membro da Comunidade da Francofonia, da ONU e de várias de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não-alinhados, do FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União Europeia, O país também tem buscado aproximar-se mais efetivamente da OMC, onde abriu missão em 2018, buscando fazer parte da organização. Vanuatu é entusiasta do “Melanesian Spearhead Group” (cujo Secretariado se localiza em Port Vila), que objetiva o estabelecimento de uma área de livre comércio entre seus membros. Tem também grande interesse na questão da Papua do Oeste.

As relações com Camberra são muito importantes para Vanuatu. O Governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o Governo do país sob o Primeiro-Ministro Serge Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e de corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas eficazes contra corrupção e crime.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Vanuatu e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125 para US\$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman. Xi anunciou o estabelecimento de “parceria estratégica” com Vanuatu e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim irá oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiará 2000 bolsas de estudos nos próximos cinco anos, enviará equipes médicas e irá encorajar o turismo chinês.

Em setembro de 2014, durante a 69ª sessão da AGNU, O Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman, expressou preocupação com o terrorismo e com a epidemia de ebola. Saudou as eleições democráticas em Fiji. Mencionou que seu país deixou de integrar o grupo de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) por ter sido graduado e, atualmente, integra o SIDS (“Small Island Developing States”). Em vista

disso solicitou assistência internacional aos esforços de construção de resiliência e adaptações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Mencionou o documento final da Rio+20 ("The Future We Want") e defendeu os meios de implementação que constam no relatório do Grupo de Trabalho Aberto sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. Assinalou ainda haver disputa territorial com a França (ilhas Umaenupne e Leka). Reiterou a importância da Terceira Década para a Erradicação do Colonialismo.

Na 70ª AGNU, em 2015, o Primeiro Ministro, Meltek Sato Kilman Livtuvanu, recordou a interdependência entre paz, segurança e direitos humanos. Destacou, nesse contexto, a necessidade de prestar-se maior assistência aos refugiados. Ressaltou, ainda, a contribuição de seu país a operações de paz, com o envio de tropas ao Haiti e Côte d'Ivoire. Como esperado, o discurso também conferiu ênfase à mudança do clima e ao seu impacto maior e mais imediato nos SIDS, ressaltando a importância dos SDGs 13 (mudança do clima) e 14 (conservação dos oceanos).

Na AGNU de 2016, o PM de Vanuatu, Charlot Salwai Tabimasma, afirmou que os ODS foram incorporados aos planos nacionais de desenvolvimento de seu país e cobrou avanços na reforma do CSNU, de modo a torná-lo apto a lidar com o panorama atual da segurança internacional. Pediu apoio da comunidade internacional ao processo de adaptação da economia e do cotidiano de seu país à mudança do clima. Disse-se satisfeito com o apoio da ONU ao processo eleitoral na Nova Caledônia e, assim como o PM das Ilhas Salomão, afirmou que a questão de direitos humanos em Papua Ocidental é preocupante.

Erupção do vulcão Ambae

A ministra de relações exteriores australiana, Julie Bishop, e o ministro de desenvolvimento internacional, senador Concetta Fierravanti-Wells, anunciaram, em 3 de maio de 2018, adicional de AU\$300 mil em assistência humanitária para ajudar o governo de Vanuatu, após a erupção de vulcão em Ambae. A ajuda adicional iria para logística para o transporte de pessoas e suprimentos, junto com abrigos de emergência e kits de higiene para auxiliar o deslocamento das comunidades. A assistência da Austrália teve foco particular nas necessidades de mulheres, crianças e pessoas com deficiência. A Austrália trabalhou com o governo de Vanuatu e parceiros, incluindo Nova Zelândia e França, para auxiliar comunidades afetadas.

Em 23 de maio de 2018, o Embaixador da China em Vanuatu Liu Quan entregou, em nome do governo chinês, 146 tanques de água para o primeiro ministro vanuatense Charlot Salwai no Centro de Convenções. O Embaixador enfatizou que a doação mostra que a China dá grande importância a prover assistência às pessoas em áreas rurais e que, desde o desastre da explosão do vulcão Ambae, a China doou U\$900 mil para ajudar as vítimas. O primeiro ministro reiterou que o governo do país cumpre o "One China Policy", o qual é um pilar da política internacional. Além disso, disse que Vanuatu se esforçaria para fortalecer a relação amigável de cooperação com a China.

A reunião entre o secretário-geral de Chancelaria romena, Cosmin Dinescu, e o Chanceler de Vanuatu, Ralph Regenvanu, realizada entre 31 de maio e 1 de junho de 2018, propiciou a assinatura de comunicado conjunto sobre o estabelecimento de

relações diplomáticas entre a Romênia e Vanuatu, em nível de embaixadores. Vanuatu possui um Consul Honorário na cidade romena de Targu Mures.

Em 25 de junho de 2018, o primeiro-ministro Malcolm Turnbull recebeu, em Camberra, seu homólogo vanuatense, Charlot Tabismasmas. Os mandatários anunciaram uma série de iniciativas em benefício do país melanésio, reforçando a estratégia australiana de manter-se como proeminente ator internacional no Pacífico Sul, principalmente à luz da crescente presença chinesa naquela região. Enquanto os chineses estariam financiando a construção de infraestrutura, os australianos focariam na promoção da governança, o que estaria levando os governos do Pacífico ~~sul~~Sul a buscarem mais parceiras com os chineses.

Foi divulgada assistência australiana a Port Vila para o desenvolvimento da primeira Estratégia de Segurança Nacional de Vanuatu, visando reforçar a resiliência do país insular a desastres naturais. Além disso, anunciou-se contribuição australiana de USD 300 mil destinados ao aumento da capacidade da Equipe de Resposta Emergencial Cibernética de Vanuatu. Após, o primeiro-ministro Tabismasmas encontrou-se com a ministra de Desenvolvimento Internacional e Pacífico da Austrália, Concetta Fierravanti-Wells. A ministra ressaltou os futuros benefícios a serem trazidos a Vanuatu pelo acordo de livre comércio "Pacific Agreement on Closer Economic Relations" (PACES Plus), concluído em abril de 2017, que deve entrar em vigor brevemente.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 917 milhões e crescimento de 2,9% em 2019, Vanuatu posicionou-se como a 178ª economia do mundo. Para 2020, espera-se redução do PIB da ordem de 10%, em razão dos efeitos nocivos da pandemia sobre o turismo.

De acordo com os dados compilados mais recentes, o setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 63,9% do PIB, seguido da agricultura com 27% e da indústria com 9,1%. O saldo da balança comercial foi deficitário em US\$ 76 milhões. O comércio exterior de Vanuatu apresentou, em 2017, retração de 58,74% em relação a 2013, de US\$ 1.258 bilhão para US\$ 519 milhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Vanuatu figurou como o 185º mercado mundial, sendo o 177º exportador e o 185º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise.

Individualmente, a Mauritânia foi o principal destino das vendas de Vanuatu com 31,7% do total em 2017. Seguiram-se: Japão (31,1%); Filipinas (8,4%); Tailândia (6,6%); China (6,4%) e Coreia do Sul (3,9%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar entre os compradores de Vanuatu. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens para Vanuatu, com 22,2% do total. Seguiram-se: Austrália (20,2%); Japão (10,7%); Singapura (9,7%); Nova Zelândia (9,1%); e Malásia (7,8%). O Brasil posicionou-se no 28º lugar entre os fornecedores do mercado de Vanuatu, com 0,1% do total.

Rebocadores e barcos para empurrar outras embarcações foram os principais produtos exportados por Vanuatu e representaram 40,2% da pauta em 2016. Seguiram-se: peixes congelados (31,5%); transatlânticos (4,8%); copra (4,6%); e barcos de pesca (3,4%). A pauta de importações de Vanuatu apresentou-se concentrada em embarcações flutuantes, que representaram 8,7% do total em 2017. Seguiram-se: máquinas elétricas (8,4%); combustíveis (8%); máquinas mecânicas (7,3%); veículos automóveis (5,7%); aviões (5,6%); e obras de ferro ou aço (3,7%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 73,09%, de US\$ 47.467 para US\$176.412. Nesse período, as exportações cresceram 17,27% e as importações reduziram-se 98,0%. O saldo da balança comercial registrou superávit de US\$ 1,1 milhão mil em 2019. óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos foram os principais produtos brasileiros exportados para Vanuatu. Em 2019, somaram 90% do total. Na pauta das importações brasileiras originárias de Vanuatu, em 2019, computaram: ~~semalas~~, pastas, estojos e sacos de viagem .

Realizou-se, em outubro de 2018, a primeira Revisão Política Comercial de Vanuatu. A reunião foi presidida pelo embaixador Eloi Laourou, RP de Berlim, e teve como debatedora a embaixadora Cheryl Spencer, RP da Jamaica. A delegação de Vanuatu foi chefiada pela diretora-geral interina do Ministério de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comércio Exterior, Roline Token.

Token mencionou que o comércio de serviços em Vanuatu equivale a 69% do PIB nacional, sendo composto em cerca de 80% pelo turismo. Acrescentou que o plano nacional de desenvolvimento de Vanuatu (Vision 2030) tem como objetivo principal

promover a estabilidade e trazer prosperidade ao país e estão sendo implementadas reformas na política comercial vanuatense para atingir esse objetivo. Indicou que a abertura da Missão Permanente de Vanuatu em Genebra, em 2018, tem permitido ao país melhor acompanhamento das principais negociações comerciais em nível global.

POLÍTICA INTERNA

Conhecida no passado como as Novas Hebridias, Vanuatu foi administrada tanto pela Inglaterra como pela França. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. A instabilidade política marca a vida política do país, que foi governado por várias coalizões distintas nos últimos anos.

O Presidente da República tem mandato de 5 anos e é eleito por um colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. Vanuatu tem um Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto. Em 2004, o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Serge Vohor, foi apeado do poder com a confirmação pelos altos tribunais do país da legalidade de voto de desconfiança no Parlamento, mediante acusações de corrupção e outras improbidades administrativas. A eleição de um novo Chefe de Governo, Ham Lini, foi saudada por Camberra.

Em 22 de setembro de 2008 Edward Natapei foi eleito Primeiro-Ministro, por apenas 2 votos, na primeira reunião do Parlamento. Natapei liderou governo de coalizão formado por seu partido (Partido Vanua'aku), o Partido de União Nacional, além de vários partidos de um único membro e deputados independentes. Entretanto, o governo de Natapei é sustentado por tênue maioria no Parlamento, o que ocasiona, à falta de um sistema partidário sólido, coalizões partidárias instáveis, o que, aliás, é nota característica do sistema político de Vanuatu. Natapei enfrentou seis moções de desconfiança no Parlamento, derrubando-as às custas de modificações em seu Gabinete e na composição partidária de seu governo.

Em dezembro de 2010, no entanto, Natapei foi finalmente ~~apeado~~afastado do cargo de PM por uma moção de desconfiança, sendo sucedido por Sato Kilman, seu vice-PM. Kilman ocupou o cargo pela maior parte do primeiro semestre de 2011, tendo sido removido em abril por uma moção de desconfiança. Retornou em maio após a eleição de Serge Vohor ter sido considerada inválida. A sucessão de Natapei só foi finalmente decidida em junho de 2011, quando Sato Kilman foi formalmente eleito pelo parlamento para a posição de primeiro-ministro.

Seguindo tradição política em Vanuatu, Sato Kilman foi alvo de diversas moções de desconfiança durante seu mandato. Em 19 de março de 2013, antes da votação da sétima moção de desconfiança apresentada contra ele, Sato Kilman renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Após a renúncia, o presidente da câmara declarou recesso parlamentar de oito dias, mas atendendo à petição da oposição, o supremo tribunal determinou o retorno imediato dos parlamentares para eleição de novo primeiro-ministro. Em 23 de março de 2013, Moana Carcasses, antigo ministro das finanças e líder do partido verde, foi eleito com 34 votos no parlamento como novo primeiro-ministro de Vanuatu, porém seu mandato perdurou por pouco mais de um ano até ser derrubado por uma moção de desconfiança em maio de 2014. Após a queda de Carcasses, o Parlamento aprovou a candidatura, única, de Joe Natuman à posição de Primeiro-Ministro.

Em setembro de 2014, Baldwin Lonsdale foi eleito o Presidente de Vanuatu em uma eleição indireta por um colégio eleitoral formado por membros do parlamento e

governadores de províncias. Seu primeiro discurso como Presidente ressaltou a importância da província de Torba. Manifestou que sua prioridade era respeitar a Constituição do país.

Em julho de 2017, o pastor Tallis Obed Moses foi escolhido presidente do país por um Colégio Eleitoral, sucedendo Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo.

A pauta da Sessão Especial do Parlamento, realizada em 11 de junho de 2018, foi a retirada do Projeto da Constituição (Sétima Emenda) Act No. de 2016. O tema subjacente de intenções do governo que são captadas no contexto de referências do Comitê (que representa diferentes interesses do parlamento e representantes da sociedade civil) foca, principalmente, nas experiências que Vanuatu enfrentou no passado com uma instabilidade política e o desejo dos governos posteriores de acabar com o que havia gerado, predominantemente, um efeito negativo no desenvolvimento do país.

Por isso, as Emendas Constitucionais destacaram seis temas identificados pelo governo no seu empenho para endereçar a própria instabilidade que resultou com que essas Emendas Constitucionais fossem ao parlamento: permitir que a legislação de partidos políticos passe pelo Parlamento; controlar de maneira mais rígida as moções de censura do primeiro ministro; locutor independente; auditor general mais independente; estender a vida do Parlamento; e a não-estabilidades de correspondentes alterações.

O grupo da oposição no Parlamento apoiou a lei do governo sobre o Tratado das Nações Unidas sobre a Proibição de Armas Nucleares (Ratificação) Act No. de 2018, quando a lei foi introduzida pelo Ministro de Relações Exteriores, Ralph Regenvanu no dia 4 de junho de 2018. O Tratado das Nações Unidas é o primeiro acordo multilateral de desarmamento nuclear que foi concluído em mais de 20 anos. Foram 122 nações que votaram a favor do Tratado. Vanuatu está entre os primeiros países a assinar o tratado em 2017 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, disse o Ministro Regenvanu em suas notas explicativas no parlamento.

Segundo o Ministro o tratado quer estigmatizar o uso de armas nucleares para servir de catalisador para a eliminação total dessas armas. Por enquanto o tratado ainda não está em plena força, pois é necessário que ao menos 50 países ratifiquem ou acedam ao tratado, disse o Ministro. Reiterou ainda que Vanuatu deve abordar a total eliminação desse tipo de arma, por meio da ratificação do tratado. O país já havia demonstrado sua oposição às armas nucleares nos últimos anos através de protestos contra o teste nuclear em Atol Moruroa feito pela França.

Em março de 2020, foram realizadas eleições gerais em Vanuatu. A maioria dos votos ficou com o Leaders Party of Vanuatu. Em segundo lugar, ficou o Vanua'aku Pati, que conseguiu alçar Bob Laughman a Primeiro-Ministro.

Situação dos direitos humanos

Não se observa significativa discriminação étnica na sociedade vanuatense e há boa garantia das liberdades de movimento, associação, crença, opinião e de imprensa. Vanuatu apresenta um dos menores índices de população abaixo do nível de pobreza dos países do Pacífico, cerca de 12,7%. Vanuatu é signatário de cinco dos nove

principais acordos de direitos humanos, incluindo a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW) e a Convenção sobre o Direito das Crianças (CRC).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da Commonwealth Britânica quanto da Francophonie Francesa
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1986	Abertura de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; Celebração do acordo de cooperação técnica.
2019	Intercâmbio de votos no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO)
2019	Visita do Professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM).

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

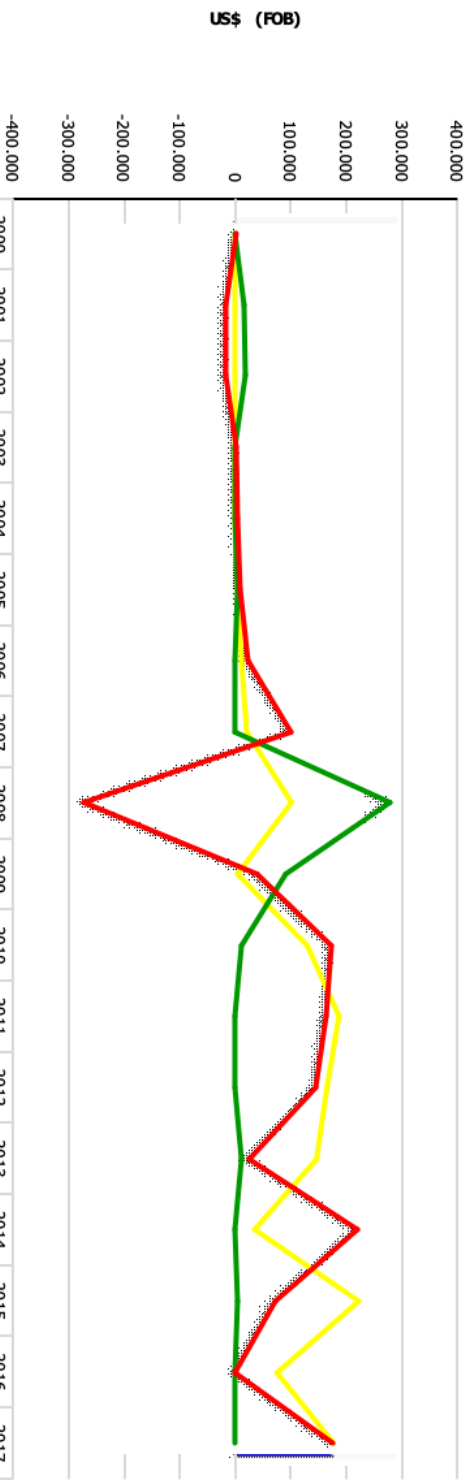
VANUATU

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo



Maio de 2018

Comércio Brasil-Vanuatu



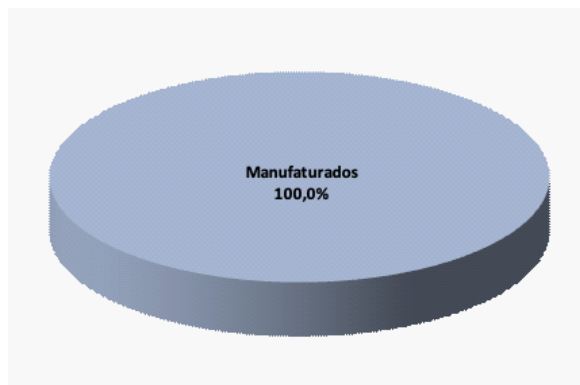
Corrente (X+M)	2.230	17.190	19.261	2.351	4.025	15.832	22.465	101.901	284.200	220.166	197.608	165.934	145.801	47.467	221.191	77.357	0	176.412
Exportações brasileiras (X)	2.230	930	1.765	2.351	0	4.025	12.471	22.465	101.901	5.700	129.605	185.628	164.959	145.761	36.643	220.889	74.477	176.196
Importações brasileiras (M)	0	16.260	17.496	0	0	3.361	0	0	278.500	90.561	11.980	975	40	10.824	302	2.880	268	216
Saldo (X-M)	2.230	-15.330	-15.731	2.351	4.025	9.110	22.465	101.901	-272.80	39.044	173.648	163.984	145.721	25.819	220.587	71.597	0	175.980

Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	3.873	0	3.873	3.873
2018 (jan-mar)	0	0	0	0

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações

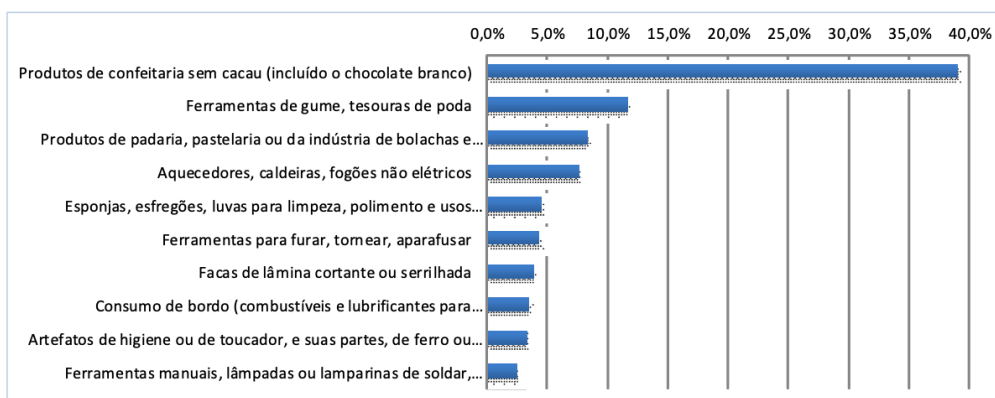


Composição das exportações brasileiras para Vanuatu (SH4)
US\$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	32.826	14,9%	28.181	37,8%	68.743	39,0%
Ferramentas de gume, tesouras de poda	20.618	9,3%	4.908	6,6%	20.584	11,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	569	0,3%	502	0,7%	14.620	8,3%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	0	0,0%	11.600	15,6%	13.590	7,7%
Esponjas, esfregões, luvas para limpeza, polimento e usos semelhantes, de alumínio	5.898	2,7%	2.938	3,9%	8.084	4,6%
Ferramentas para furar, torneiar, aparafusar	0	0,0%	0	0,0%	7.658	4,3%
Facas de lâmina cortante ou serrilhada	4.584	2,1%	0	0,0%	6.779	3,8%
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	2.048	0,9%	7.899	10,6%	6.086	3,5%
Artefatos de higiene ou de toucador, e suas partes, de ferro ou aço	2.340	1,1%	8.658	11,6%	5.832	3,3%
Ferramentas manuais, lâmpadas ou lamparinas de soldar, tornos de apertar	1.555	0,7%	561	0,8%	4.458	2,5%
Subtotal	70.438	31,9%	65.247	87,6%	156.434	88,8%
Outros	150.451	68,1%	9.230	12,4%	19.762	11,2%
Total	220.889	100,0%	74.477	100,0%	176.196	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

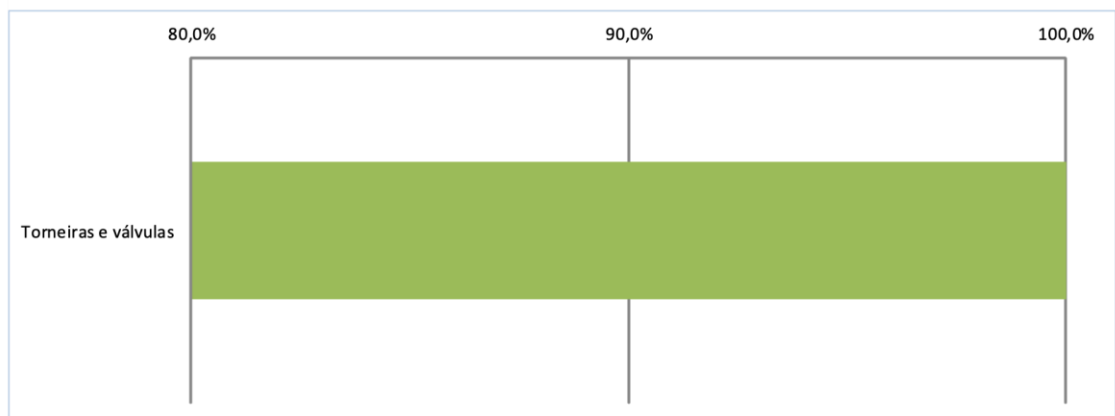


Composição das importações brasileiras originárias de Vanuatu (SH4)
US\$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Torneiras e válvulas	0	0,0%	0	0,0%	216	100,0%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	205	76,5%	0	0,0%
Obras de borracha vulcanizada não endurecida	0	0,0%	63	23,5%	0	0,0%
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plástico	2.880	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	2.880	100,0%	268	100,0%	216	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	2.880	100,0%	268	100,0%	216	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

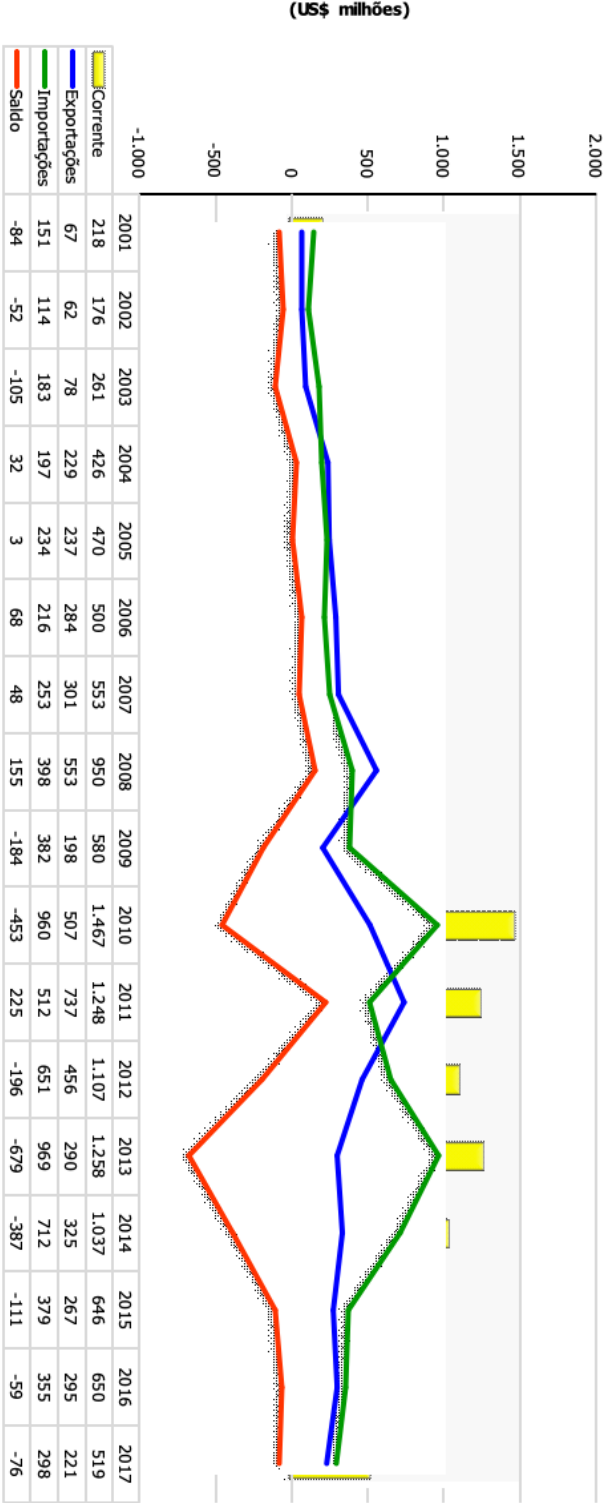


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017
Exportações					
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	3.873	100,0%	0	100,0%	
Subtotal	3.873	100,0%	0	100,0%	
Outros	0	0,0%	0	0,0%	
Total	3.873	100,0%	0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Maio de 2018.

Comércio Vanuatu x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPF/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

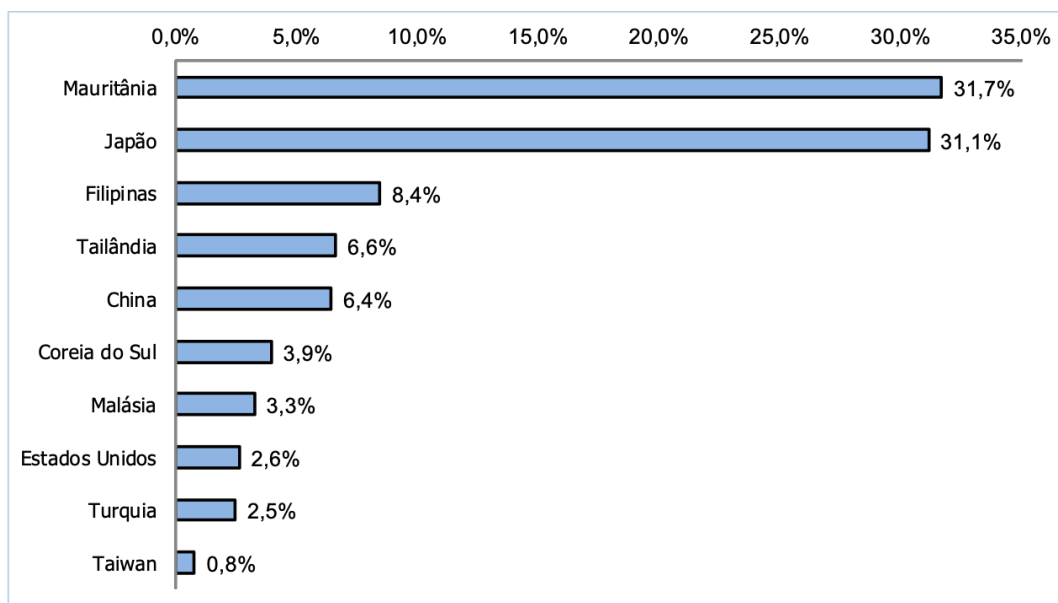
Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Vanuatu
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Mauritânia	70	31,7%
Japão	69	31,1%
Filipinas	19	8,4%
Tailândia	15	6,6%
China	14	6,4%
Coreia do Sul	9	3,9%
Malásia	7	3,3%
Estados Unidos	6	2,6%
Turquia	5	2,5%
Taiwan	2	0,8%
...		
Brasil (13º lugar)	0	0,0%
Subtotal	216	97,4%
Outros países	6	2,6%
Total	221	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

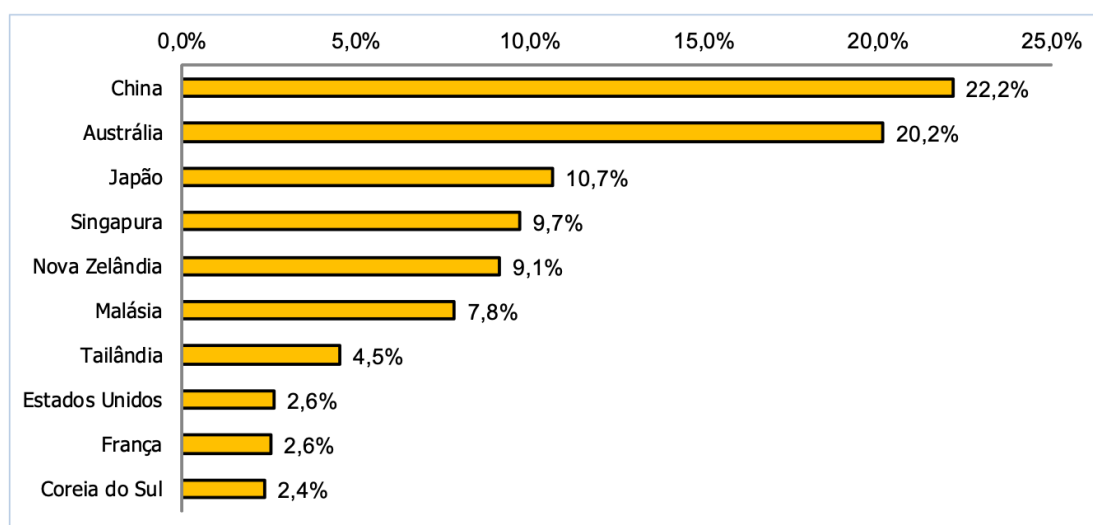


Principais origens das importações de Vanuatu
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	66	22,2%
Austrália	60	20,2%
Japão	32	10,7%
Singapura	29	9,7%
Nova Zelândia	27	9,1%
Malásia	23	7,8%
Tailândia	14	4,5%
Estados Unidos	8	2,6%
França	8	2,6%
Coreia do Sul	7	2,4%
...		
Brasil (28º lugar)	0	0,1%
Subtotal	274	91,9%
Outros países	24	8,1%
Total	298	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



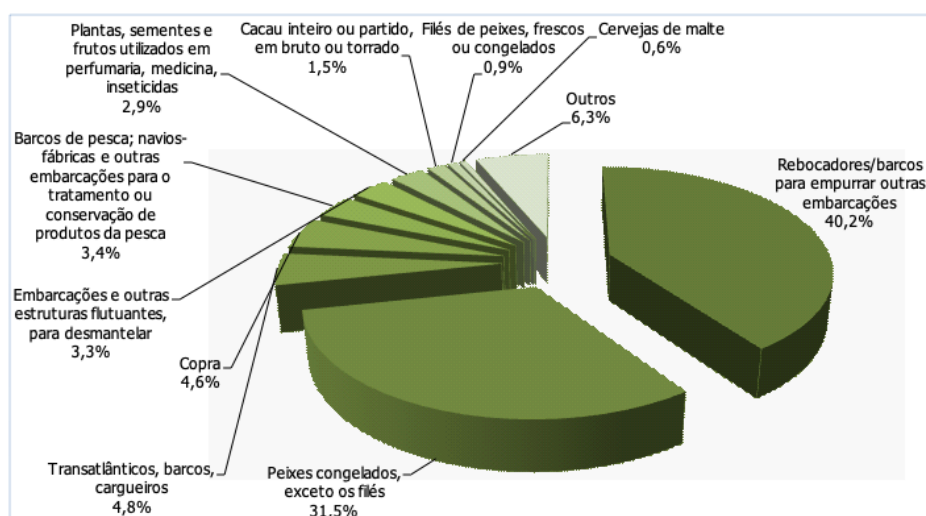
Composição das exportações de Vanuatu (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Rebocadores/barcos para empurrar outras embarcações	119	40,2%
Peixes congelados, exceto os filés	93	31,5%
Transatlânticos, barcos, cargueiros	14	4,8%
Copra	14	4,6%
Barcos de pesca; navios-fábricas e outras embarcações para o tratamento ou conservação de produtos da pesca	10	3,4%
Embarcações e outras estruturas flutuantes, para dismantelar	10	3,3%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	9	2,9%
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	5	1,5%
Filés de peixes, frescos ou congelados	3	0,9%
Cervejas de malte	2	0,6%
Subtotal	277	93,7%
Outros	18	6,3%
Total	295	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.



Composição das importações de Vanuatu (SH2)
US\$ milhões

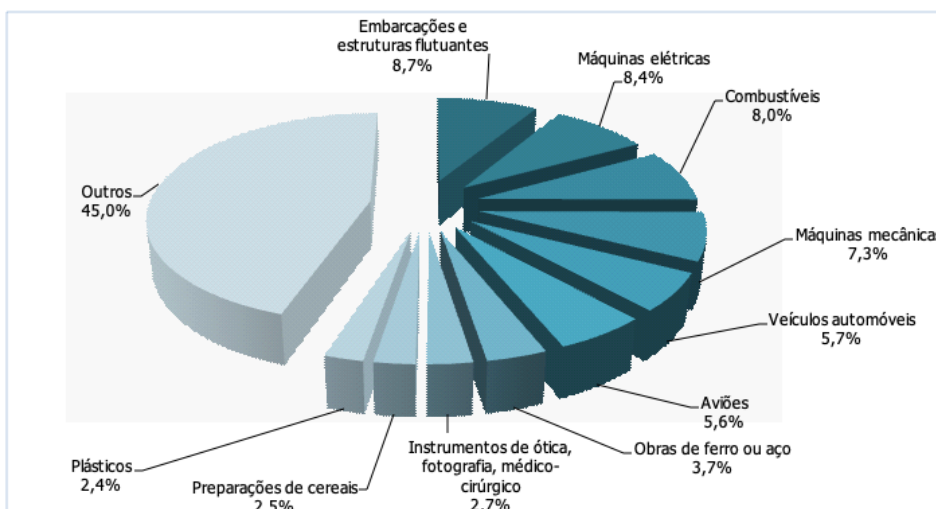
Grupos de produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Embarcações e estruturas flutuantes	31	8,7%
Máquinas elétricas	30	8,4%
Combustíveis	28	8,0%
Máquinas mecânicas	26	7,3%
Veículos automóveis	20	5,7%
Aviões	20	5,6%
Obras de ferro ou aço	13	3,7%
Instrumentos de ótica, fotografia, médico-cirúrgico	10	2,7%
Preparações de cereais	9	2,5%
Plásticos	8	2,4%
Subtotal	195	55,0%
Outros	160	45,0%
Total	355	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Vanuatu

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,47%	4,20%	3,80%	3,50%	3,00%
PIB nominal (US\$ milhões)	798	870	957	1.024	1.090
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.905	3.094	3.328	3.480	3.621
PIB PPP (US\$ milhões)	726	770	817	864	908
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.642	2.739	2.843	2.938	3.017
População (mil habitantes)	275	281	288	294	301
Inflação (%) ⁽²⁾	2,14%	3,80%	4,57%	3,42%	2,97%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,06%	-9,00%	-9,15%	-8,62%	-7,95%
Dívida externa (US\$ bilhões)	213,40	201,30	198,40	193,90	n.d.
Câmbio (Vt / US\$) ⁽²⁾	108,48	107,74	108,51	109,52	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

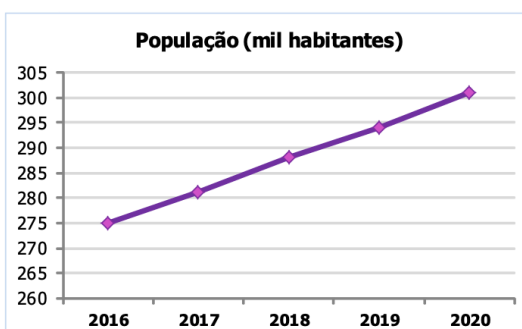
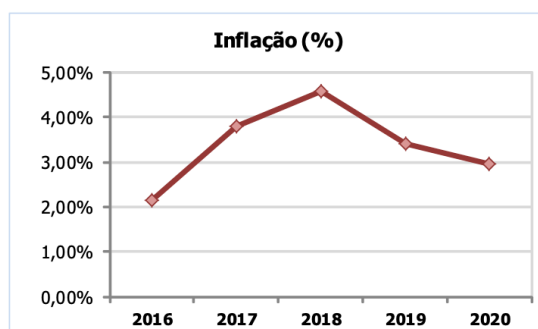
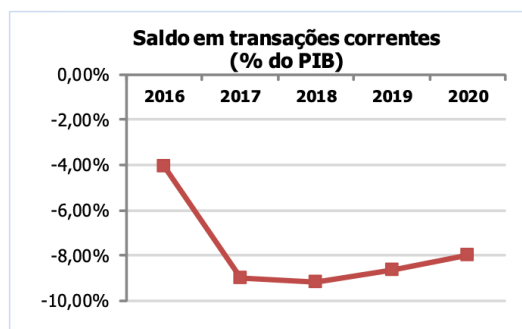
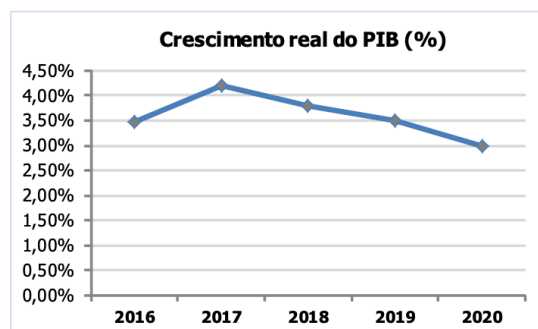
Agricultura	27,0%
Indústria	9,1%
Serviços	63,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

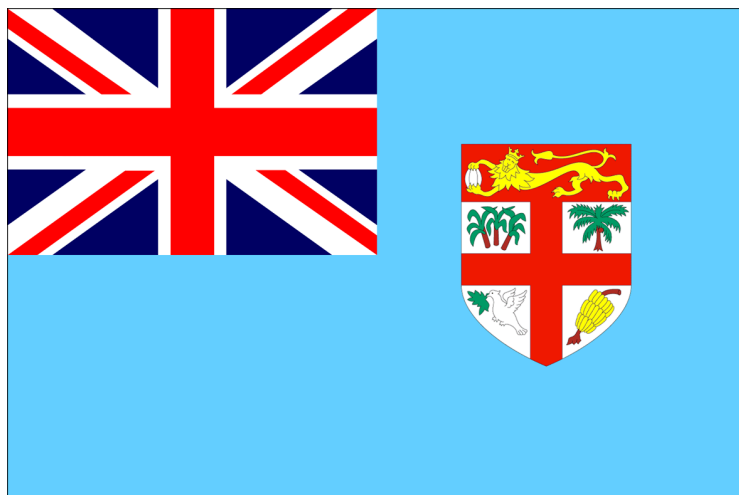
(2) Média do período.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS FIJI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Agosto de 2020

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República das Ilhas Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18.274 Km ² (332 ilhas)
POPULAÇÃO (2019)	935 mil habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente George Konrote (desde novembro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimarama (desde janeiro de 2007, reeleito em 2018)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimarama (desde setembro de 2016)
PIB NOMINAL (2017)¹	US\$ 5,08 bilhões
PIB PPP (2017)¹	US\$ 8,65 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 5.740
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 9.777
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)¹	3,8%
IDH (2016)²	0,727 (90º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) ³	73,7
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019) ³	99,1
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019) ³	15,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	Sérgio Eduardo Moreira Lima

EMBAIXADOR NO BRASIL

Não há (a Embaixada de Fiji em Brasília encerrou suas atividades em Brasília em maio de 2019)

(1) Elaborado por MRE/DPR/MDIC, com base em dados do FMI, os dados mais recentes disponíveis são de 2017.

(2) PNUD

(3) Dado do CIA World Factbook (2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comextat.mdic.gov.br*

BRASIL⇒ FIJI	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2019	2020 (jan/jul)
Intercâmbio	1.360	659	616	1.021	1.079	1.038	1.163	1.251	1.200	600
Exportações	1.345	649	585	1.012	979	1.032	1.071	1.187	1.100	500
Importações	15,5	9,8	31	9	100,5	6,3	92,5	63,9	100	100
Saldo	1.329	639	554	1.003	878	1.026	978	1.123	1.000	400

Perfis Biográficos

George Konrote *Presidente*



Jioji Konousi Konrote, mais conhecido como George Konrote, nasceu em 26 de dezembro de 1947. É presidente de Fiji desde 2015.

Konrote é general reformado do exército fijiano. Após comandar tropa auxiliar em missão de paz no Líbano, Konrote serviu como alto comissário de Fiji para a Austrália de 2001 a 2006, como ministro de estado pela imigração em 2006 e como Ministro do Trabalho, Produtividade e Relações Industriais, de 2014 e 2015. É o primeiro presidente a ser eleito pelo Parlamento – anteriormente, os presidentes eram escolhidos pelo Grande Conselho de Chefes.

Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama
Primeiro-Ministro
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



O Comodoro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama nasceu em 1954, em Kiuva, Fiji. Alistou-se na Marinha fijiana em 1975, ascendendo na carreira sem maiores entraves. Serviu na América do Sul, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos, além de ter tomado parte na Missão de Paz das Nações Unidas no Sinai, entre 1986 e 1987. Foi nomeado Chefe do Estado Maior em 1997.

Foi personagem-chave na crise política de 2000, quando assumiu a presidência do país por alguns dias, como chefe do governo militar interino, até a formação de um novo governo civil. Sua relação com outros integrantes do novo governo deteriorou-se gradativamente, tendo sido cogitada sua deposição em 2006, quando Bainimarama se encontrava em missão no exterior. Só não foi deposto por conta da hesitação de seu substituto interino.

Ao voltar ao país, desfez o governo, assumindo o poder com o título de primeiro-ministro interino e prometendo a realização de eleições em 2010. Retrocedeu em sua promessa sob a justificativa de as reformas necessárias para o retorno à democracia não tinham sido atingidas e postergou as eleições.

Finalmente, nas eleições realizadas em setembro de 2014, seu partido, Fiji First, foi vitorioso e ele foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro. Foi reeleito em novembro de 2018, na segunda eleição geral no país desde a redemocratização.

RELAÇÕES BILATERAIS

No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Fiji. Pouco tempo depois o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República das Ilhas Fiji em 16 de fevereiro de 2006.

O governo de Fiji anunciou, em julho de 2008, decisão de abrir embaixada residente em Brasília. Em seguida, o então ministro interino das Indústrias Primárias, Jocketani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil, em outubro de 2008. O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Em março de 2011, o Dr. José Graziano da Silva, candidato brasileiro ao cargo de diretor-geral da Organização da Alimentação e Agricultura, visitou Suva. Na ocasião, encontrou-se com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Ratu Inoke Kubuabola e com o secretário permanente para a Agricultura, Mason Smith.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da Chancelaria fijiana, senhor Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral. Foi a primeira missão fijiana na América Latina, tendo o Brasil foi escolhido em razão do reconhecimento da crescente importância e do papel de liderança que o País tem exercido na promoção das relações sul-sul.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji. Durante sua visita, ele foi recebido pelo ministro da Agricultura e pelo secretário-geral do Itamaraty. O MRE esteve representado na cerimônia de abertura da embaixada pela embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, então subsecretária-geral Política II. O embaixador Cama Tuiloma entregou suas cartas credenciais à então Presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2012.

Durante o período de Cama Tuiloma à frente da embaixada em Brasília, Fiji apoiou as diversas candidaturas apresentadas ao Brasil, como na OMC e FAO, bem como as posições brasileiras em fóruns internacionais relativas.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro com nenhuma autoridade brasileira durante sua estadia no Rio de Janeiro.

Ainda em junho de 2012, o então embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Antônio Corrêa Barbosa, esteve em Fiji para apresentar cartas credenciais como embaixador não residente. Durante a visita, manteve encontro com o então presidente de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, e com o então chanceler Ratu Inoke Kubuabola. Em março de 2013, a embaixadora Fontenele Reis esteve em Fiji para realizar gestões em

favor da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo a diretor-geral da Organização Mundial do Comércio e manteve encontro com o então secretário-permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Amena Yauvoli (o então ministro Ratu Inoke Kubuabola estava em licença médica), além de encontrar-se com outros ministros do gabinete fijiano.

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada deles em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca e as autoridades fijianas consideraram que o Brasil poderia ser um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender ao mercado interno e aos potenciais de exportação. Atualmente, o acordo encontra-se pendente de aprovação no Ministério da Fazenda.

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade "Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Fruteiras Tropicais com vistas à Segurança Alimentar". Em fevereiro de 2016, Fiji novamente manifestou expectativa de beneficiar-se da cooperação brasileira para a produção de etanol, dada a queda recente do preço do açúcar. O estado tem monopólio da produção nas quatro ilhas produtoras, por meio da companhia Fiji Sugar Corporation, e produziu mais de dois milhões de toneladas de açúcar em 2015.

O então presidente da República das Ilhas Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil em junho de 2014, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras. Manteve encontro com o então ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, com o secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, e com o comandante da Força Aérea Brasileira. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento político (em vigor).

Em agosto de 2016, o primeiro-ministro de Fiji, Josaia Voreqe Bainimarama, visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Fiji ganhou sua primeira medalha olímpica da história no Rio, ouro na modalidade *rugby sevens* masculino.

Em maio de 2017, assinou-se um acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático, cuja assinatura só está pendente em decorrência da cláusula de entrada em vigor, que teve de sofrer alteração em razão da promulgação da nova Lei de Imigração. Fiji aguarda resposta do lado brasileiro sobre possíveis memorandos de entendimento nas áreas de esporte, educação e cultura.

Em junho de 2017, o embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Jr. realizou visita oficial a Suva para entregar cartas credenciais ao chefe de Estado e presidente fijiano, Jioji Konusi Konrote. Durante sua estada no país insular, o embaixador Manuel Innocencio manteve outros encontros com autoridades locais.

Em maio de 2018, o embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Jr. recebeu o Alto Comissário de Fiji em Camberra, Sr. Yogesh Punja, que apresentou minuta de Memorando de Entendimento em Cooperação Técnica na Área de Agricultura entre o Brasil e Fiji. A minuta menciona a importância para o seu país de

eventual assinatura do instrumento e prevê como objetivo a promoção do conhecimento em agricultura sustentável, ciências agrícolas e tecnologia, no contexto de redução da pobreza e de segurança alimentar.

O então subsecretário-geral da Ásia e do Pacífico, embaixador Henrique Sardinha, recebeu, em agosto de 2018, o embaixador de Fiji, Cama Tuiloma, que veio entregar nota verbal solicitando o apoio brasileiro ao pleito fijiano por vaga no Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2019-2021. O Brasil, ao final, ofereceu apoio ao país nas referidas eleições, assim como aos outros quatro candidatos que apresentaram candidaturas para as vagas do grupo Ásia-Pacífico (Bangladesh, Bahrein, Filipinas e Índia).

Recebeu-se nota verbal do Alto Comissariado da República de Fiji dando conta da realização de eleições gerais no país em novembro de 2018 e convidando o Governo brasileiro a designar observadores para integrar o “Multinational Observer Group” (MOG).

O professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), realizou visita à Austrália, Ilhas Fiji, Samoa, Tonga e Vanuatu, em setembro de 2019, no contexto de sua campanha para a eleição ao Tribunal.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de Nota Verbal de 10 de maio de 2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28 de junho de 2019. A mesma nota informou que a Embaixada de Fiji em Washington assume, a partir dessa data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Recorda-se que a missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, foi estabelecida em junho de 2008. O Embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiloma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. Desde então, a Encarregatura de Negócios foi desempenhada pela Conselheira Sinate Mualaulau, que também adiantou a diplomatas brasileiros a possibilidade de fechamento da Embaixada, em razão da inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e do elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física nesta capital.

Outro fator que pôde ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas. Por ocasião da entrega de cartas credenciais em Suva do Embaixador brasileiro na Austrália, realizada em 26 de março de 2019, o Secretário Permanente da Chancelaria fijiana mencionou o anseio pela reciprocidade diplomática brasileira, sem adiantar, contudo, a perspectiva de fechamento da missão em Brasília.

Visitas

A visita à Brasília, em dezembro de 2018, do secretário permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Fiji, embaixador Ioane Naivalurua, constituiu importante oportunidade para repassar a agenda de relações bilaterais e identificar áreas em que a cooperação bilateral possa ser desenvolvida de maneira prioritária.

Missão da Câmara de Comércio do Mercosul-ASEAN (MACC), composta por cerca de 10 empresários, visitou, entre 10 a 28 de junho de 2019, a Austrália, Fiji e Vanuatu. Em Fiji e Vanuatu, a missão manteve importantes encontros com repercussão política e midiática. Em Suva, a delegação foi recebida pelo Primeiro-Ministro, pelo chanceler e membros do Parlamento fijiano. Em Vanuatu, manteve encontro com os Vice-Ministros das Relações Exteriores, da Educação e dos Esportes.

A missão do Mercosul pôde identificar oportunidades em três setores: i) Turismo e Cooperação Acadêmica e Esportiva; ii) Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária em geral, com o foco no cultivo de cana-de-açúcar em Fiji (avaliando-se a possibilidade de propor a outros países e regiões provedores de cooperação na região, como por exemplo Austrália, França, Espanha, União Europeia, Índia, Nova Zelândia, um esquema de cooperação triangular); e iii) Manufaturas de origem agrícola (alimentos orgânicos) e de origem industrial (cosméticos e têxteis). Esses são nichos com potencial de crescimento em Fiji, devido ao desenvolvimento do turismo nesses países. Além disso, as empresas do MERCOSUL que tiveram interesse puderam analisar a opção de se associar com contrapartes de Fiji (turismo e hotelaria) e a exportação a terceiros mercados com quem as duas ilhas possuem acordos de livre comércio (Austrália, Nova Zelândia e União Europeia).

Comércio bilateral

Entre janeiro e julho de 2020, o comércio somou USD 600 mil (exportações de USD 500 mil e importações USD 100 mil, com saldo para o Brasil de USD 400 mil). Nesse período, os principais produtos exportados pelo Brasil a Fiji foram café torrado (18%), calçados (18), fios de ferro e aço (17%), máquinas agrícolas (7,4%), sucos de frutas e cereais (6,1%), cereais e farinhas (4,6%). As importações brasileiras de Fiji foram centradas em materiais de escritório e papelaria (95%).

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando nas indústrias do turismo e no setor primário.

Em 2016, Fiji indicou cônsules honorários em São Paulo e no Rio de Janeiro. O governo brasileiro concedeu anuência à designação de Elizeu Machado de Lima como cônsul honorário em São Paulo e de Dorival Correia Bruni como cônsul honorário no Rio de Janeiro. Em maio de 2018, Ruy Flaks Schneider sucedeu Dorival Bruni como cônsul honorário no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2018, foi instaurada repartição consular honorária brasileira em Suva, sob a gestão do empresário Mohamed Nouzab Fareed, CEO de uma das maiores holdings do país, a “Fijian Holdings Ltd”.

Durante a crise consular do coronavírus, dois nacionais brasileiros ficaram retidos em Fiji, diante do encerramento dos voos em abril de 2020. Apesar do pedido de repatriação, lograram retornar ao Brasil por meios próprios.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Fiji.

POLÍTICA INTERNA

Quando da sua independência, em 1970, as Ilhas Fiji – que eram Protetorado britânico desde 1874 – adotaram o modelo inglês de democracia constitucional como forma de governo. Fiji tem um parlamento bicameral, formado por um Senado nomeado, uma Câmara dos Deputados eleita e um Gabinete presidido pelo Primeiro-Ministro. Há também um Conselho de Chefes Tribais (Bose Levu Vakaturaga), o qual se reúne ao menos uma vez ao ano para discutir questões de interesse da população. O Conselho tem a atribuição de nomear o Presidente de Fiji.

A câmara alta, que é o Senado, funciona apenas como instância de revisão e é composta por 32 senadores, 14 indicados pelo Conselho de Chefes, 9 pelo Primeiro-Ministro, 8 pelo líder da oposição e 1 pelo Conselho de Rotuma, um território dependente de Fiji. Todos são empossados pelo Presidente. A câmara baixa, Câmara dos Deputados, concentra a maior parte do poder legislativo, é composta por 71 membros eleitos para mandatos de 5 anos, 25 eleitos por sufrágio universal e os demais 46 eleitos de maneira reservada pelas comunidades étnicas fijianas. No processo de reformulação constitucional ora em curso essa divisão étnica da Câmara dos Deputados é bastante criticada.

Em 5 de dezembro de 2006, sob pretexto de acabar com a corrupção, o Comandante das Forças Militares de Fiji, Comodoro Frank Bainimarama, derrubou o governo constitucionalmente eleito e assumiu como novo “Primeiro-Ministro interino nomeado pelo Presidente”. Essa mudança de governo foi condenada imediatamente pela comunidade internacional. Os governos da Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido anunciaram várias sanções até que fosse restabelecida a normalidade democrática.

O Fórum das Ilhas do Pacífico, organização regional que congrega todos os países soberanos da Oceania, acompanha com atenção a situação em Fiji e tem, desde 2006, exortado o país a retornar ao regime democrático. Ao final da 42ª sessão do Fórum das Ilhas do Pacífico realizada em Auckland, em setembro de 2011, a decisão de manter o afastamento de Fiji enquanto não fosse restaurada a normalidade constitucional foi tomada por unanimidade. Em maio de 2012 delegação do grupo ministerial do Fórum, liderada pelos chanceleres da Austrália e da Nova Zelândia, realizou visita a Fiji para acompanhar o comprometimento do governo em realizar eleições gerais em 2014. Após impressão favorável auferida pelo grupo ministerial, e

tendo em vista o progresso dos trabalhos da Comissão Constitucional de Fiji, os países do Fórum concordaram em reduzir o peso das sanções sobre Fiji.

O otimismo quanto à perspectiva de retorno à democracia em Fiji que imperou durante o segundo semestre de 2012, entretanto, foi prontamente afastado no início de 2013. Em janeiro de 2013, o Presidente de Fiji realizou pronunciamento com fortes críticas ao projeto de nova Constituição e o Primeiro-Ministro e Comandante das Forças Armadas de Fiji, Comodoro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama, anunciou no mesmo dia que especialistas do governo iriam emendar o projeto constitucional entregue pela Comissão. O governo de Fiji também divulgou decreto sobre a criação de partidos que restringe a atividade política no país. As maiores resistências ao projeto vieram dos militares, que não estariam satisfeitos com a previsão de supremacia do poder civil.

Ainda assim, diante da manutenção das eleições programadas para 2014 e de novas sinalizações positivas ao longo de 2013 quanto à disposição do governo interino de garantir o retorno à ordem democrática, a Austrália e a Nova Zelândia suspenderam boa parte das sanções sobre Fiji.

Finalmente, em setembro de 2014 foram realizadas eleições gerais consideradas isentas pela equipe de observadores internacionais e copresidida por Austrália e Fiji. O Brasil foi convidado a enviar observador para as eleições e a Ministra Luciana Christina Guimarães Rossi foi designada pelo Tribunal Superior Eleitoral para compor a missão internacional. Com o êxito do processo eleitoral, em outubro de 2014 o Fórum das Ilhas do Pacífico retirou a suspensão de Fiji.

O pleito marcou a redemocratização de Fiji e abriu caminho para a normalização da inserção internacional do país. O Partido “Fiji First”, liderado por Frank Bainimarama, obteve 59,20% dos votos e elegeu 32 dos 50 representantes do Parlamento. Ao longo dos últimos anos, Bainimarama tem procurado enfraquecer as divisões étnicas no país e o Partido “Fiji First” assumiu discurso nacionalista e de representação multiétnica. Os fijianos de origem indiana, que, de acordo com algumas estimativas, constituem cerca de 40% da população de 900 mil habitantes, tiveram, pela primeira vez, direito ao voto sem restrições.

Em novembro de 2018, ocorreram eleições gerais em Fiji, segundo pleito parlamentar no país desde o fim do regime militar do Comodoro Frank Bainamarama. Após a redemocratização, Bainamarama foi eleito primeiro-ministro, cargo que irá manter. Apesar de ter liderado a instauração do regime militar em 2006, é visto com empatia por significativa parcela dos fijianos, principalmente devido à estabilidade política e econômica vivida no país nos últimos anos. O governo de Bainamarama também estaria recebendo aprovação no que diz respeito à sua política externa ao buscar o diálogo com as nações insulares do Pacífico e com os maiores “players” da Ásia-Pacífico.

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

Fiji é membro das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do Melanesian Spearhead Group (MSG) e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia.

O Melanesian Spearhead Group constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Seus objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre-comércio.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

O país tem contribuído em Missões de Paz da ONU e um número significativo de ex-militares serviu no Iraque após a invasão americana de 2003. Fiji faz parte da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que reúne 43 países com desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais e a diversificação dos laços internacionais do país. No primeiro plano, houve a retomada, em 2015, dos contatos militares de Fiji com a Austrália e a Nova Zelândia, interrompidos desde 2006. No segundo, nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas Embaixadas, entre as quais a representação no Brasil, a aproximação com a China, a Presidência do G-77 + China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Os dois movimentos são complementares e Fiji deverá manter política externa ativa que visa a diversificação de seus parceiros externos, a defesa da multipolaridade, como também os esforços de reaproximação com a Austrália. Em alguns aspectos, no entanto, as duas vertentes não serão facilmente conciliáveis, como mostram as divergências entre Suva e Camberra em torno da arquitetura regional. O governo de FDIP em 2013, como contraponto às dificuldades nas relações com a Austrália e com a Nova Zelândia e à sua suspensão do FIP. Fiji reingressou no FIP após as eleições de 2014, mas o Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimara não compareceu à Cúpula do FIP em Port Moresby e tem mantido os esforços pelo fortalecimento da FDIP e por arquitetura regional mais independente da Austrália e da Nova Zelândia.

Em junho de 2016, a Assembleia Geral da ONU elegeu o Representante Permanente de Fiji junto às Nações Unidas, Embaixador Peter Thomson, ao cargo de Presidente da Assembleia Geral (PGA) para sua 71ª Sessão. Em seu breve discurso inaugural, agradeceu pela oportunidade de que um representante de uma pequena ilha pudesse assumir o cargo de PGA, o que – ressaltou – ocorria pela primeira vez na

história das Nações Unidas. Mencionou explicitamente dois temas aos quais daria especial ênfase durante sua presidência: a questão da mudança do clima e temas ligados aos oceanos (“issues related to oceans”). Sublinhou ainda o grande desafio da implementação dos ODS, para a qual seria necessário “transformar o sistema e superar as barreiras administrativas” nas Nações Unidas. Thomson deixou claro que suas prioridades para a 71ª Sessão da AGNU seriam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a mudança do clima. Afirmou seu compromisso em contribuir para a implementação de todos os 17 ODS – porém deu especial ênfase ao ODS 14, relativo aos oceanos.

Cumpra ressaltar que Fiji foi eleito para vaga no Conselho de Direitos Humanos do grupo Ásia-Pacífico, para o mandato 2019-21.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem se destacado como país ativista da causa ambiental, destacando-se entre seus pares no Fórum das Ilhas do Pacífico no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica. A proeminência de Fiji na agenda ambiental originou-se da devastação provocada, em fevereiro de 2016, pelo ciclone Winston, o maior jamais registrado no hemisfério sul, fortalecendo a legitimidade do pleito de Fiji na defesa dos interesses das ilhas do Pacífico sul. Em 2017, Fiji assumiu a presidência da COP 23 em Bonn.

Reaproximação com a Austrália

Entre 13 e 16 de setembro de 2019, Bainimarama realizou visita oficial à Austrália, em retribuição à visita do primeiro-ministro australiano Scott Morrison a Suva em janeiro do mesmo ano. Foi a primeira visita oficial de Bainimarama, chefe de governo desde 2006, ao país de Morrison.

Em Canberra, Morrison e Bainimarama firmaram declaração de parceria entre a Austrália e Fiji (“Vuvale Partnership”), estruturada em torno de cinco pilares fundamentais: fortalecimento das relações entre os dois povos (“people-to-people links”), aumento da cooperação na área de segurança, aprofundamento dos laços econômicos, ampliação da cooperação em torno de questões regionais e internacionais, e fomento de vínculos institucionais mais estreitos.

Os dois líderes evitaram divergências públicas e utilizaram retórica construtiva e otimista para tratar das relações bilaterais. Apesar disso, ficou clara a existência de diferenças entre os dois países, especialmente na área ambiental. Em palestra no “Australian War College” o mandatário fijiano afirmou esperar que os dois países encontrem mais pontos em comum na questão da mudança do clima, segundo ele “a maior ameaça à segurança do Pacífico”, que já afeta “meu povo e outras populações da região”. Em outras ocasiões, Bainimarama já havia criticado o que percebe como falta de empenho australiano em torno do tema.

Morrison realizou nova visita a Fiji em nos dias 11 e 12 de outubro de 2019, pela segunda vez naquele ano, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e reforçar a mensagem de que o Pacífico Sul é área prioritária para a política externa australiana. O fortalecimento dos laços bilaterais na área de defesa foi um dos principais

temas da visita. Morrison visitou as obras na base militar de “Black Rock Camp”, destinadas a transformá-la em centro regional para treinamento de pessoal militar e policial, com foco em operações de paz e ações de assistência humanitária.

Também foi divulgado que Austrália e Fiji participariam, de forma conjunta, da Força de Observação e Separação da ONU nas colinas do Golã (UNDOF). Os dois países possuem tradição de participação em operações de paz da ONU – Fiji era então o segundo maior contribuinte de forças para a UNDOF, com cerca de 200 militares –, mas seria a primeira vez que os dois países participariam de missão de paz com um contingente militar integrado. Finalmente, Morrison anunciou medidas favoráveis ao aumento da exportação de *kava*, tradicional bebida da região, de Fiji para a Austrália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. A economia local já conta sete anos de crescimento ininterrupto. Fiji pode ser considerado um “hub” do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.

Com um PIB de US\$ 5,08 bilhões (2017), Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, tendo registrado crescimento de 0,38% (2016) e 3,8% (2017). A passagem do ciclone “Winston” em 2016 reduziu o crescimento naquele ano. A recuperação econômica do ciclone ocorreu no duênio 2017-18, quando o país apresentou taxa de crescimento média de 3,5%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017

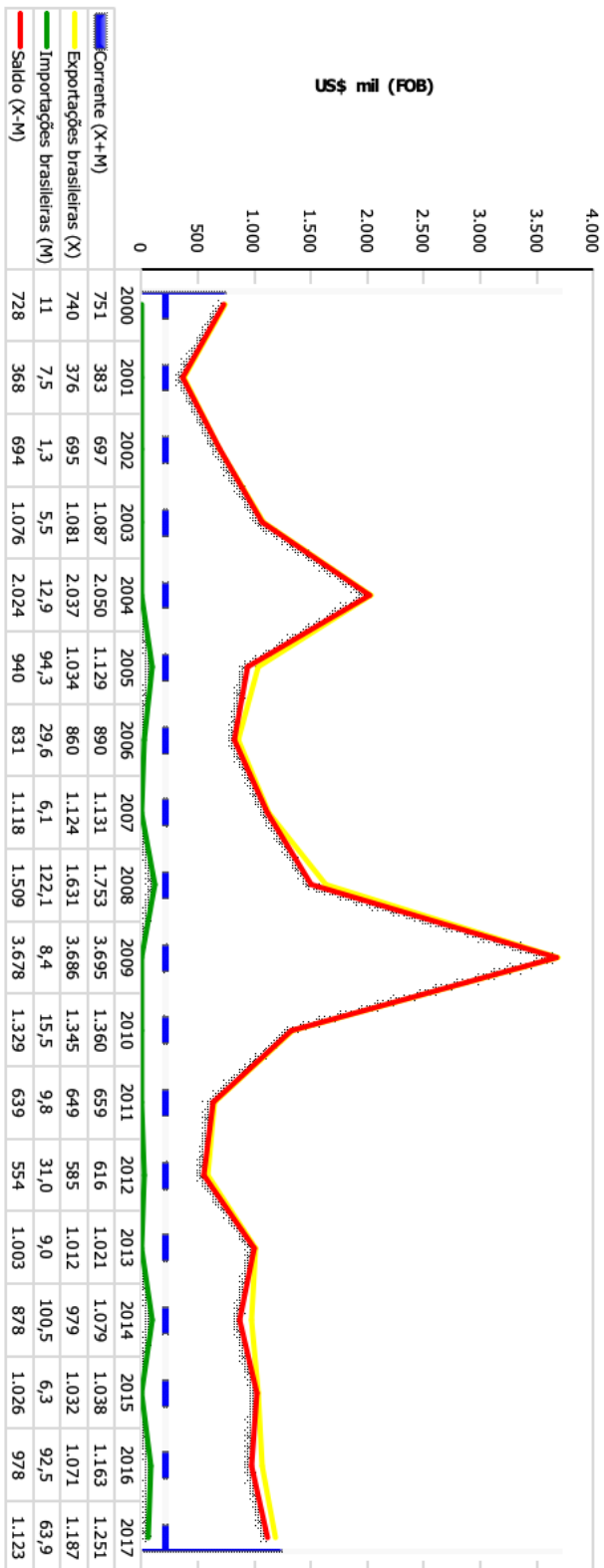
República de Fíji

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo



Maio de 2018

Comércio Brasil-República de Fiji

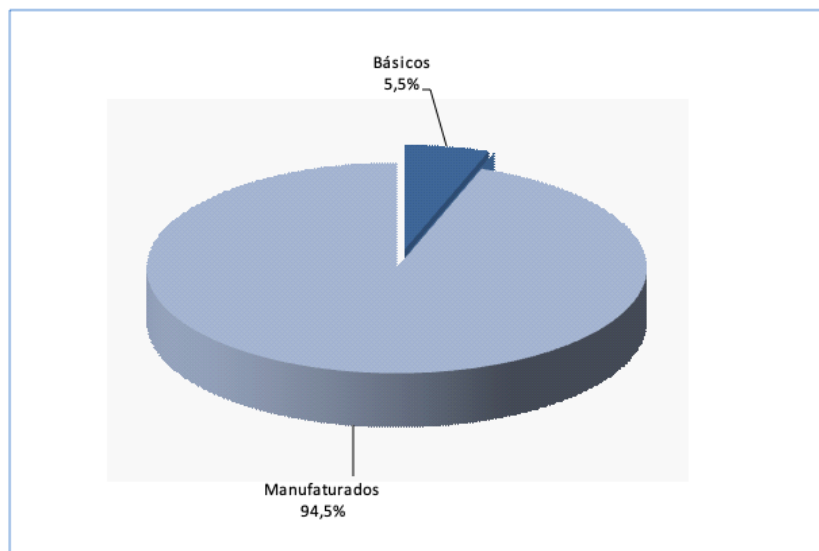


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

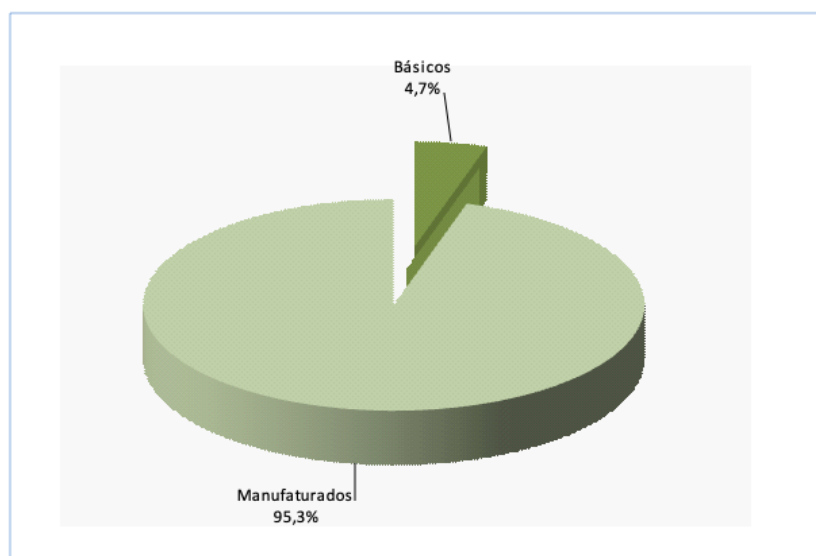
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	286	2	288	284
2018 (jan-mar)	232	15	247	218

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



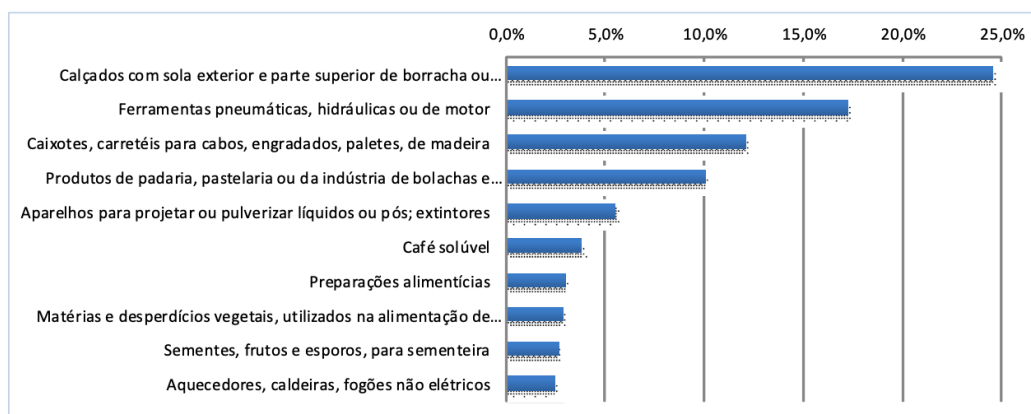
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a República de Fiji (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	204	19,8%	162	15,2%	292	24,6%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	47	4,5%	176	16,5%	205	17,3%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	143	13,9%	190	17,8%	144	12,1%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	101	9,8%	110	10,3%	119	10,0%
Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores	36	3,5%	27	2,5%	65	5,5%
Café solúvel	95	9,2%	76	7,1%	45	3,8%
Preparações alimentícias	24	2,3%	57	5,3%	36	3,0%
Matérias e desperdícios vegetais, utilizados na alimentação de animais	35	3,4%	52	4,8%	34	2,9%
Sementes, frutos e esporos, para sementeira	44	4,3%	45	4,2%	31	2,6%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	49	4,7%	0	0,0%	29	2,5%
Subtotal	777	75,3%	895	83,6%	1.000	84,3%
Outros	255	24,7%	175	16,4%	186	15,7%
Total	1.032	100,0%	1.071	100,0%	1.187	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

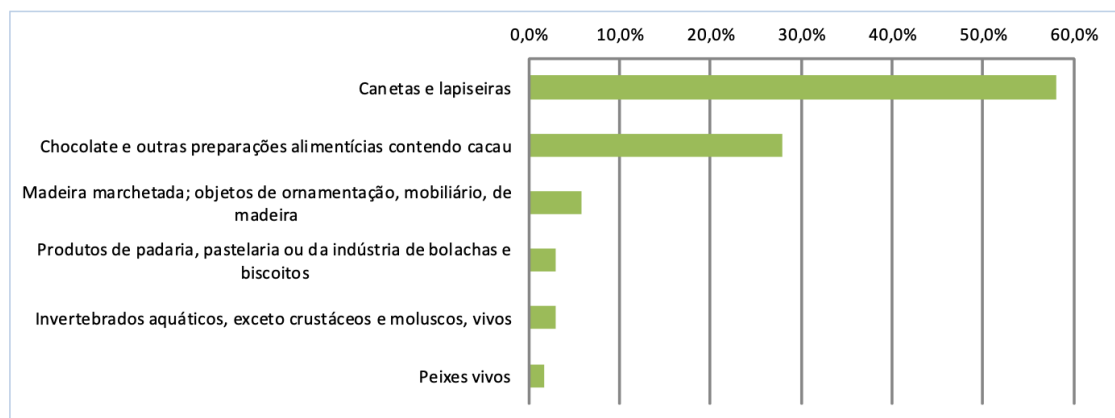


Composição das importações brasileiras originárias da República de Fiji (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Canetas e lapiseiras	0	0,0%	0	0,0%	37	58,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	0	0,0%	0	0,0%	18	27,9%
Madeira marchetada; objetos de ornamentação, mobiliário, de madeira	0	0,0%	0	0,0%	4	5,8%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	2	3,0%
Invertebrados aquáticos, exceto crustáceos e moluscos, vivos	3	43,9%	1	1,4%	2	3,0%
Peixes vivos	3	44,8%	1	0,6%	1	1,7%
Piças isolantes para máquinas, aparelhos e instalações elétricas	0	0,0%	80	86,6%	0	0,0%
Tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico	0	0,0%	10	11,3%	0	0,0%
Subtotal	6	88,7%	93	100,0%	64	99,4%
Outros	1	11,3%	0	0,0%	0	0,6%
Total	6	100,0%	93	100,0%	64	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	102	35,8%	62	26,7%	Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos 26,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	33	11,7%	54	23,3%	Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos 23,3%
Café solúvel	0	0,0%	43	18,4%	Café solúvel 18,4%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	0	0,0%	24	10,1%	Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira 10,1%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	70	24,4%	18	7,7%	Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor 7,7%
Sementes e frutos para sementeira	8	2,9%	17	7,2%	Sementes e frutos para sementeira 7,2%
Partes e acessórios para instrumentos de precisão	0	0,0%	4	1,9%	
Subtotal	214	74,8%	221	95,3%	
Outros	72	25,2%	11	4,7%	
Total	286	100,0%	232	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Canetas esferográficas e lapiseiras	0,0	0,0%	12,0	80,7%	Canetas esferográficas e lapiseiras 80,7%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0,0	0,0%	1,7	11,2%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas 11,2%
Invertebrados aquáticos	1,2	56,9%	0,6	4,2%	Invertebrados aquáticos 4,2%
Peixes vivos	0,5	25,0%	0,4	2,7%	Peixes vivos 2,7%
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	0,0	0,0%	0,2	1,2%	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas 1,2%
Circuitos integrados eletrônicos	0,4	18,2%	0,0	0,0%	Circuitos integrados eletrônicos 0,0%
Subtotal	2,1	100,0%	14,8	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	2,1	100,0%	14,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Comércio República de Fiji x Mundo

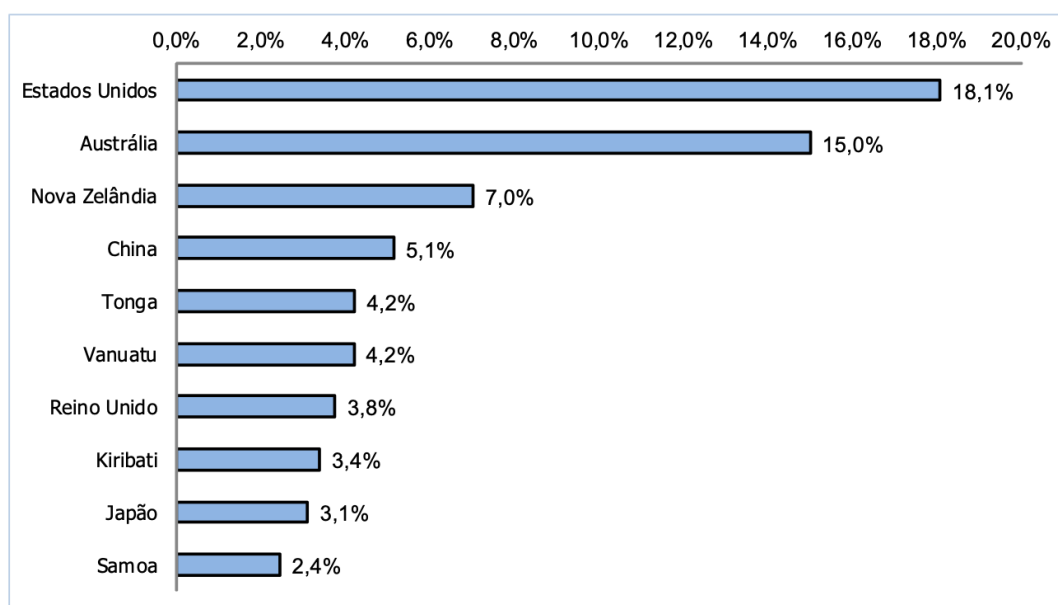


Elaborado pelo MRE/PPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.

Principais destinos das exportações da República de Fiji
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Estados Unidos	167	18,1%
Austrália	139	15,0%
Nova Zelândia	65	7,0%
China	48	5,1%
Tonga	39	4,2%
Vanuatu	39	4,2%
Reino Unido	35	3,8%
Kiribati	31	3,4%
Japão	29	3,1%
Samoa	23	2,4%
...		
Brasil (92º lugar)	0,01	0,0%
Subtotal	614	66,3%
Outros países	312	33,7%
Total	926	100,0%

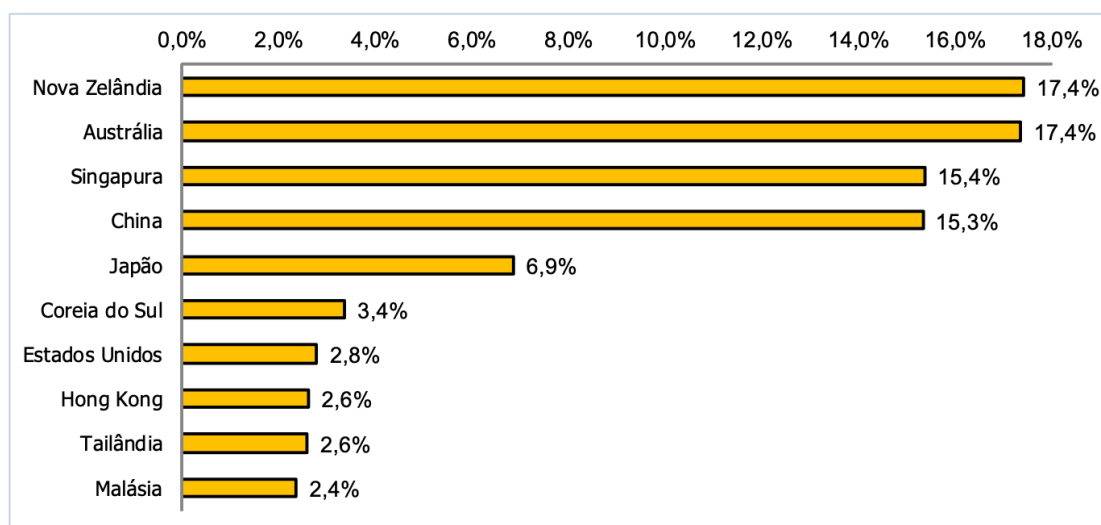
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da República de Fiji
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Nova Zelândia	404	17,4%
Austrália	402	17,4%
Singapura	356	15,4%
China	355	15,3%
Japão	159	6,9%
Coreia do Sul	78	3,4%
Estados Unidos	65	2,8%
Hong Kong	61	2,6%
Tailândia	60	2,6%
Malásia	55	2,4%
...		
Brasil (45º lugar)	1,1	0,0%
Subtotal	1.995	86,1%
Outros países	321	13,9%
Total	2.316	100,0%

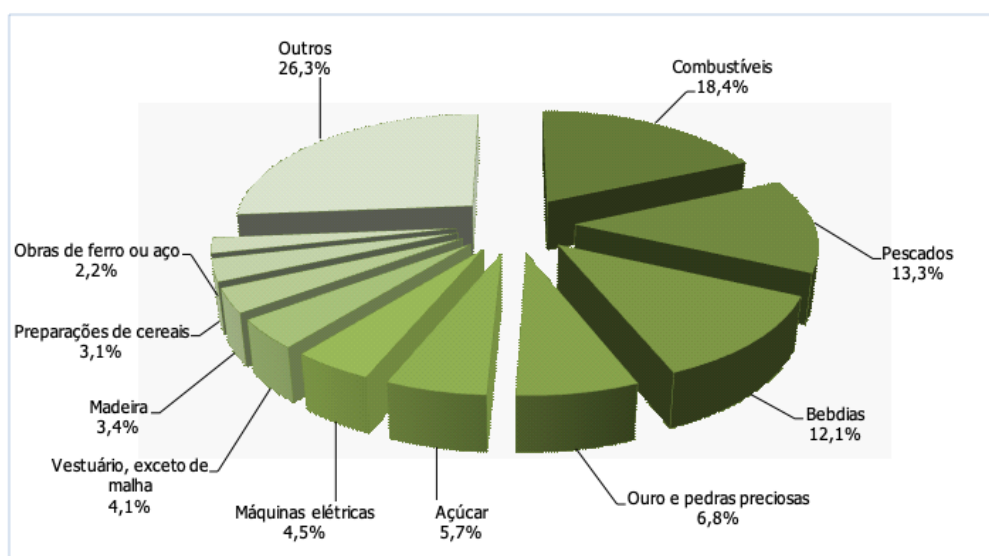
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da República de Fiji (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	170	18,4%
Pescados	123	13,3%
Bebdias	112	12,1%
Ouro e pedras preciosas	63	6,8%
Açúcar	52	5,7%
Máquinas elétricas	42	4,5%
Vestuário, exceto de malha	38	4,1%
Madeira	31	3,4%
Preparações de cereais	29	3,1%
Obras de ferro ou aço	20	2,2%
Subtotal	683	73,7%
Outros	243	26,3%
Total	926	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

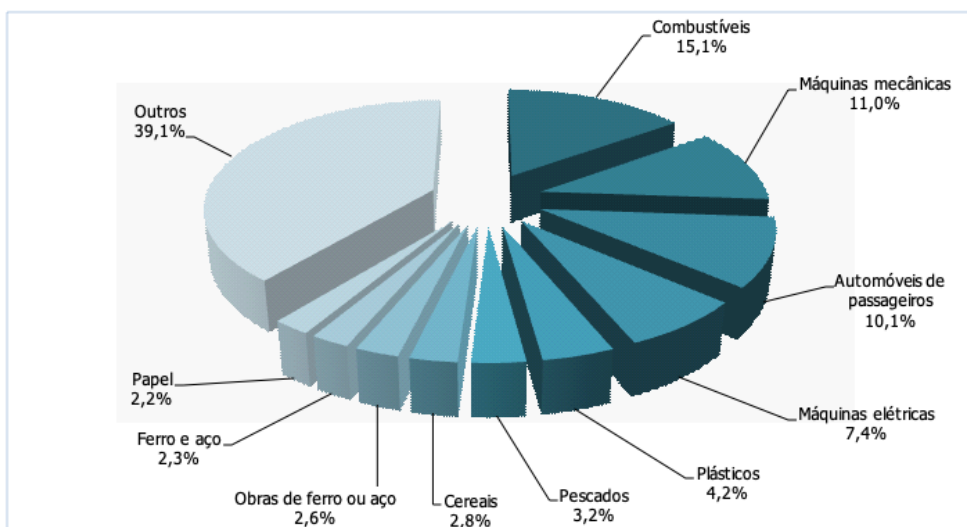


Composição das importações da República de Fiji (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	351	15,1%
Máquinas mecânicas	254	11,0%
Automóveis de passageiros	234	10,1%
Máquinas elétricas	171	7,4%
Plásticos	98	4,2%
Pescados	73	3,2%
Cereais	64	2,8%
Obras de ferro ou aço	60	2,6%
Ferro e aço	53	2,3%
Papel	52	2,2%
Subtotal	1.411	60,9%
Outros	906	39,1%
Total	2.316	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da República de Fiji

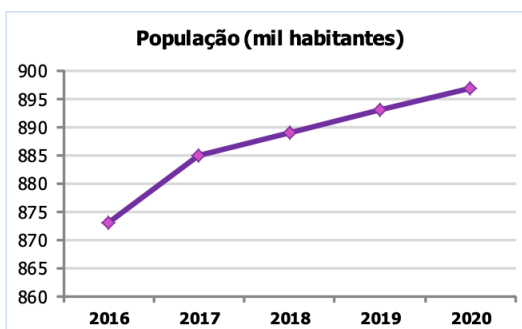
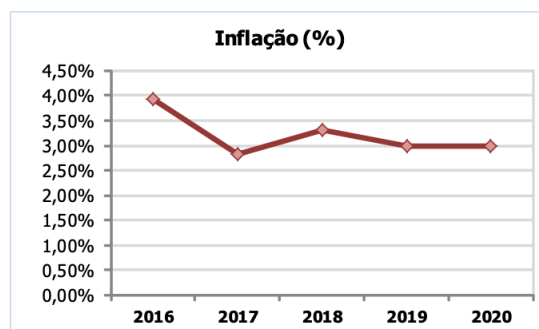
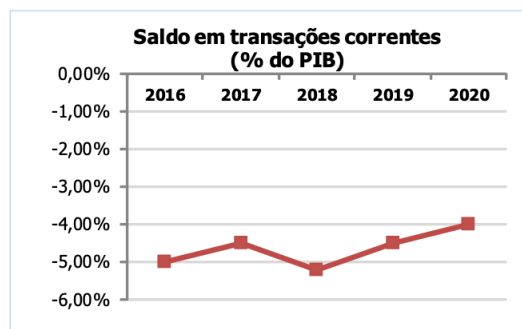
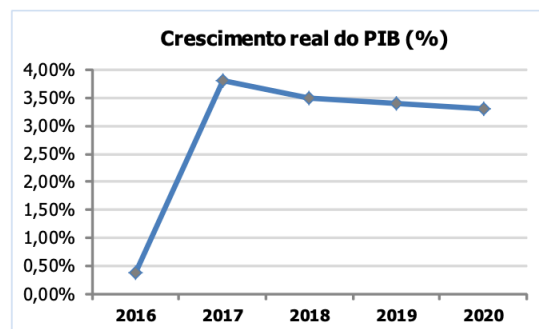
Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	0,38%	3,80%	3,50%	3,40%	3,30%
PIB nominal (US\$ bilhões)	4,67	5,08	5,44	5,79	6,17
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.343	5.740	6.120	6.490	6.881
PIB PPP (US\$ bilhões)	8,19	8,65	9,16	9,68	10,19
PIB PPP "per capita" (US\$)	9.375	9.777	10.304	10.837	11.364
População (mil habitantes)	873	885	889	893	897
Desemprego (%)	5,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,93%	2,81%	3,30%	3,00%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,01%	-4,49%	-5,20%	-4,50%	-4,00%
Dívida externa (US\$ milhões)	867,80	681,40	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (F\$ / US\$) ⁽²⁾	2,09	2,06	2,10	2,11	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	10,6%				
Indústria	17,9%				
Serviços	71,5%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

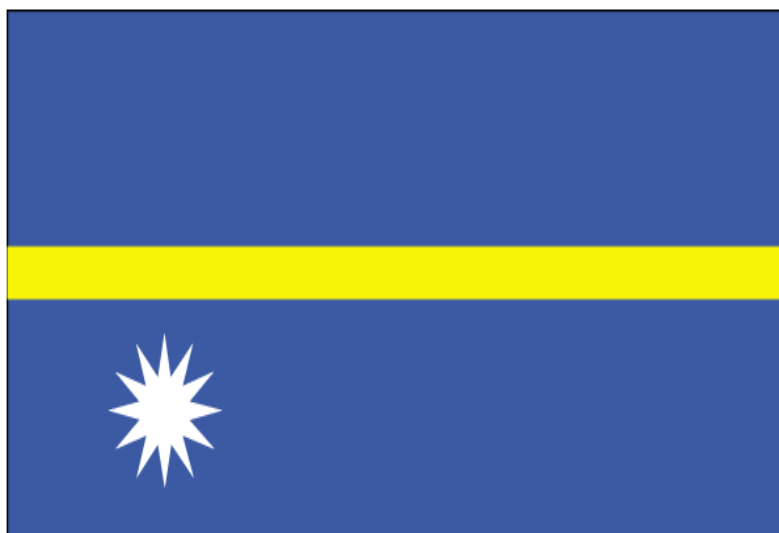
(2) Média de fim de período.



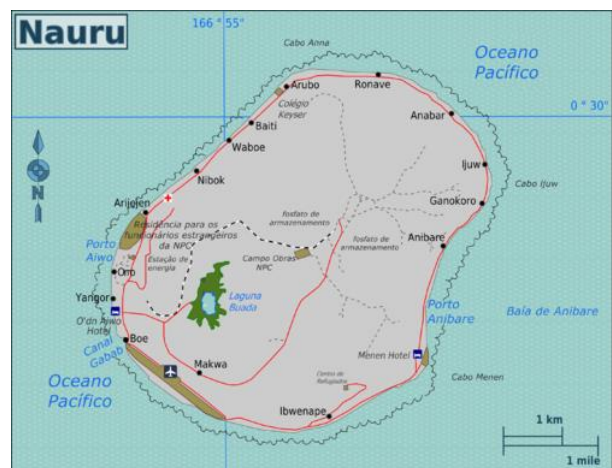


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NAURU



INFORMA
ÇÃO
OSTENSIV
A
Agosto de
2020



DADOS BÁSICOS SOBRE NAURU

NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	21 km ²
POPULAÇÃO (2019)¹	12.581 mil habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Lionel Rouwen Aingimea (desde agosto de 2019)
CHANCELER	Presidente Lionel Rouwen Aingimea (desde agosto de 2019, cargo acumulado)
PIB NOMINAL (2019)	US\$ 118 milhões
PIB PPP (2017)²	US\$ 150 milhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2019)¹	US\$ 9.396
PIB PPP <i>per capita</i> (2019)¹	US\$ 12.080
VARIAÇÃO DO PIB (%)	6% (2018); -5,7% (2017); 3,5% (2016)3,96%
IDH²	Não há medida de IDH pelo PNUD
EXPECTATIVA DE VIDA²	68,4 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	Dado indisponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO¹	13,2% (2013)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

¹ Banco Mundial

² Dado do Cia World Factbook, não há dado mais recente

³ Dados do Relatório 2013 PNUD

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL ⇒ NAURU	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Intercâmbio	86.91	---	4,5	0,2	7	3,9	0,2	0,75	0,083	7,020	0,006
Exportações	86,91	---	---	---	0	0	0	0	0	4,029	0
Importações	---	---	4,5	0,2	7	3,9	0,2	0,75	0,083	2,991	0,006
Saldo	86,91	---	-4,5	-0,2	-7	-3,9	-0,2	-0,75	-0,08	1,038	-0,006

*Último ano disponível.

PERFIL BIOGRÁFICO

Lionel Aingimea

Presidente e Ministro das Relações Exteriores de Nauru



Eleito Presidente de Nauru em 27 de agosto de 2019, por partido independente, Aingimea foi ex-Secretário de Justiça do país e advogado especialista em questões de direitos humanos.

Aingimea possui formação acadêmica em Direito no Geelong College de Victoria, Austrália, e foi instrutor de Direitos Humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico, tendo sido defensor público nas Ilhas Marshall.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Nauru estabeleceram relações diplomáticas em 2 de novembro de 2005, por Troca de Notas. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes a esse país.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos Embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico César de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Nauru junto à ONU, Marlene Moses, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita protocolar ao então Ministro de Estado, interino, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes da Ceasa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo foi assinado em 11 de maio de 2006, em Nova York, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O instrumento entrará em vigor na data do recebimento da última notificação (no caso, a notificação de Nauru).

O governo de Nauru manifestou interesse em identificar atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Depois de um período em que o intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru consistiu apenas em importações brasileiras, a balança passou a ser negativa para o Brasil desde 2009, embora os valores exportados por Nauru sejam irrisórios (máximo de US 7 mil, em 2011, US\$ 6 em 2017). O ano que registrou maior intercâmbio foi 2007, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 86 mil, um valor 200 vezes maior que o registrado em 2001. Os principais produtos brasileiros exportados para Nauru foram papel, livros, brochuras e impressos semelhantes. Não há dados atualizados do Ministério da Economia sobre as relações comerciais do Brasil com Nauru.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru. [Até agosto de 2020, Nauru foi uma das dez nações do mundo a não apresentar nenhum caso de covid-19 entre a população.](#)

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da “Commonwealth” e das Nações Unidas, onde demonstra interesse nos temas relacionados a meio ambiente. Tem participação em várias organizações regionais, como o Foro do Pacífico Sul, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP, sigla em inglês).

Além da Austrália (Brisbane), a república nauruana mantém representações oficiais em Fiji, Taiwan, Bangcoc e Nova Iorque (ONU). Ademais, possui Cônsules Honorários em Cingapura, Londres, Auckland, Bruxelas e Kaohsiung (sul de Taiwan). A Austrália é o principal parceiro de Nauru. O relacionamento com a Nova Zelândia, todavia, é bem limitado, consistindo, *grosso modo*, em exportações nauruanas de fosfato e em conversas nos foros regionais.

Em setembro de 2014, na 69ª sessão da AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Divavesi Waqa, lembrou a realização, em Samoa, no início daquele mês, da III Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, promovida em conjunto com as Nações Unidas. A ONU deve ser, segundo Waqa, o 'locus' preferencial para resolução de controvérsias e para o enfrentamento dos grandes desafios mundiais. O maior deles seria o aquecimento global, um fenômeno que demonstra o grau de interconexão a que a humanidade chegou. [Na visão do mandatário,](#)
[a](#)

A escolha do tema da 69ª AGNU seria, portanto, acertada, pois a promoção do desenvolvimento sustentável e a criação de um novo paradigma de desenvolvimento seriam as únicas maneiras de combater efetivamente a mudança no clima mundial. Waqa também apontou para a ligação entre mudança do clima e segurança internacional, inevitável em um cenário de ameaça à própria existência de muitas nações. Propôs, nesse contexto, que o SGNU apontasse um Secretário Especial para Mudança do Clima e Segurança e que o número de assentos permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança seja aumentado.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Nauru e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125 para US\$ 200 mil.

Na 70ª AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Waqa, realizou intervenção coerente com as prioridades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Avaliou que a Agenda 2030 constitui passo importante para o fortalecimento da legitimidade das Nações Unidas, ao estabelecer uma abordagem mais adequada às necessidades e circunstâncias específicas dos diferentes países. Defendeu que sejam adotadas medidas mais abrangentes de desenvolvimento humano, que não estejam centradas apenas no PIB e renda per capita. Denunciou a realização de pesca ilegal nas águas territoriais do seu país e rogou que a renda da pesca seja direcionada aos reais proprietários dos recursos.

Defendeu que parceiros internacionais e regionais se engajem em medidas a longo termo para fortalecimento das instituições domésticas dos países. Agradeceu a parceiros como Austrália, Taiwan, Rússia, Cuba e outros por apoiarem suas prioridades de desenvolvimento sustentável. Destacou que o Conselho de Segurança deve refletir melhor as realidades geopolíticas mundiais atuais, e, portanto, a lista de membros permanentes e não permanentes deve ser expandida, apoiando a inclusão da Alemanha,

Índia, Japão, Brasil e outros como membros permanentes. Além disso, propôs que a mudança do clima se torne um item permanente da agenda do CSNU e que seja realizada uma avaliação da capacidade dos órgãos da ONU de responder a esse fenômeno global. Solicitou maior representatividade na governança de instituições de Bretton Woods, com maior voz e voto para países em desenvolvimento. Afirmou acreditar que muitas das potências econômicas desejam alcançar um acordo sobre mudança do clima ~~em Paris~~, mas expressou dúvidas se tais países realmente realizarão as mudanças domésticas necessárias para alcançar metas ambiciosas.

Em abril de 2016, Nauru tornou-se o 189º membro do Fundo Monetário Internacional.

Nauru não tem legislação sobre violência doméstica, sexual, assédio ou família, ou qualquer outra legislação que aborde ~~a~~ tráfico de seres humanos ou o turismo sexual. Há pouca documentação sobre violência doméstica contra mulheres e crianças e as estatísticas de criminalidade não são desagregadas por sexo da vítima. Contudo, primeiro passo foi dado com a publicação, em 2014, de Estudo sobre a Saúde e a Segurança das Famílias, com foco na violência contra a mulher, realizado em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA) e o governo australiano. O estudo constatou que a violência doméstica é um desafio importante em Nauru e recomendou o estabelecimento de políticas e campanhas de conscientização para enfrentar o problema, assim como reformas legislativas.

Relações com a Austrália

Nauru mantém relações diplomáticas intensas com a Austrália, parceira fundamental no comércio, na construção de infraestrutura, na melhoria dos serviços e nos programas de desenvolvimento e investimento, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru.

Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008, e foi peça central na política "Pacific Solution", do governo conservador do PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continua em funcionamento na atual administração liberal-nacionalista. Em 2013, foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Relações com a Índia

Em 21 de maio de 2018, o Ministro de Estado da Índia, Subhash Bhamre, terminou uma visita de ~~três~~3 dias a Nauru, no meio de um aumento de interação com a região do Pacífico. Durante o encontro, foram realizadas diversas discussões para melhorar e aprofundar as relações bilaterais entre os dois países. Discutiram-se projetos relacionados à mudança climática, energia renovável, saúde, educação e reforço de capacidades.

Relações com o Camboja

Austrália e Camboja firmaram um acordo controverso em setembro de 2014, para reassentamento dos refugiados de Nauru para o Camboja. Segundo as críticas, o Camboja não é conhecido por proteger refugiados. Também acusaram a Austrália de

não seguir suas obrigações internacionais, pois estava deportando solicitantes de asilo. Quanto ao final do acordo, o alto responsável de direitos do grupo a~~A~~d hoc, Soeng Sem Karuna disse que o governo falhou em realocar os refugiados.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 80, o país teve o maior PIB per capita do mundo, devido às suas reservas de fosfato. Desde os anos 1990, no entanto, Nauru tornou-se uma nação empobrecida, devido à exaustão progressiva das reservas. Aproximadamente 70% do orçamento nacional provem de assistência externa, sobretudo da Austrália. O desemprego atinge 13% da população e o governo é responsável pela maioria dos empregos no país.

Com PIB PPP estimado em US\$ 159 milhões em 2017, Nauru é uma das menores economias do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade (turismo), seguido da indústria (minério de fosfato e produtos derivados do coco) e agricultura (coco). O comércio exterior do país apresentou, em 2017, retração de 30,2% em relação a 2013, ~~de US\$ 225 milhões para US\$ 68 milhões~~. No ranking da ONU de 2012, o país figurou como o 210º mercado mundial, sendo o 189º exportador e o 223º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário entre 2013 e 2017, totalizando saldo negativo de US\$ 18 milhões em 2017.

Em 2017, o Japão foi o principal destino das vendas de Nauru com 26,5% do total. Seguiram-se: Austrália (23,5%); Coreia do Sul (19%); e Nova Zelândia (9,2%). A Austrália foi o principal fornecedor de bens à Ilha, com 74,9% do total. Seguiram-se: Índia (9%), Singapura (6%), Nova Zelândia (3,8%) e China (0,9%). O comércio com o Brasil foi irrisório, ~~constando 0% do comércio de Nauru, tanto em termos de importações como de exportações~~. Fosfatos de cálcio naturais foram os principais produtos exportados por Nauru (71,4%), seguidos de aparelhos elétricos para telefonia (3,5%), aparelhos para iluminação (2,2%), óculos para correção (2%) e vestuário de couro natural (1,5%). A pauta de importações de Nauru apresentou-se menos concentrada, sendo os principais produtos importados carnes (7,8%), máquinas elétricas (7,6%), máquinas mecânicas (7,2%), móveis (5,5%) e veículos automóveis (5%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 97,7%, de US\$ 261 para US\$ 6. Nesse período, apenas houve exportações para o país em 2016 e as importações caíram 97,7%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 6 em 2017. Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2017, representados pela compra de outras resistências elétricas fixas, os únicos produtos importados daquele país.

POLÍTICA INTERNA

Nauru é a terceira menor nação do mundo, após o Vaticano e Mônaco, sendo o menor país insular do mundo, com apenas 21 km² de extensão e uma população de cerca de 12 mil habitantes. O país já possuiu uma das rendas per capita mais altas do mundo, devido à sua jazida de fosfato. Com o declínio das reservas minerais, Nauru não só perdeu sua principal fonte de renda como herdou grave crise ambiental.

O Presidente é sempre um parlamentar, eleito pelo próprio Parlamento, unicameral e composto por 19 membros. Desde 2003, Nauru teve 11 Presidentes da República. O atual Presidente, Lionel Aingimea, assumiu o governo do país em agosto de 2019.

Nauru foi anexado ao território alemão em 1888. Em 1914, durante a Primeira Grande-Guerra Mundial, o território foi tomado por tropas Australianas. Assim, com exceção do período em que serviu de base aérea aos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, o País esteve sob a tutela conjunta de Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia (1914-1942 e 1947-1968). Tornou-se independente em 1968. Desde fins dos anos de 1980, com o declínio dos preços do fosfato, a ilha vem apresentando cenário de instabilidade política. De 1989 a 2008, houve vinte mudanças no cargo presidencial.

O Presidente da República, escolhido pelo Parlamento, acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Gabinete de Ministros é composto por cinco parlamentares escolhidos pelo presidente. ~~O Parlamento nauruano é unicameral e formado por 18 membros, eleitos por voto popular.~~ Os mandatos, tanto do presidente quanto dos parlamentares, são de três anos. Uma vez que não há partidos políticos em Nauru, os candidatos, independentes, disputam as eleições com base nos laços pessoais e familiares.

A partir de 2004, medidas foram tomadas para melhorar a situação econômico-financeira do país. Em 2006, consultas populares foram feitas, visando a reformas constitucionais. No entanto, debates parlamentares e subsequente referendo ainda precisam ser realizados para que a Constituição nauruana seja, de fato, modificada.

Em fins de 2007, após moção de desconfiança, o então Presidente Ludwig Scotty foi deposto e Marcus Stephen assumiu o cargo em dezembro de 2007. Stephen foi reeleito pelo Parlamento em novembro de 2010 mas renunciou em 10 de novembro de 2011 em meio a alegações de corrupção. Em seu lugar assumiu, com margem de apenas um voto na eleição do Parlamento, Frederick Pitcher, porém, poucos dias depois, em 15 de novembro de 2011, o parlamentar Sprent Dabwido debandou para a oposição, que passou a ter vantagem numérica e conseguiu aprovar uma moção de desconfiança.

Sprent Dabwido foi nomeado candidato da oposição ~~a~~à presidência e foi eleito em eleição subsequente do parlamento por um resultado de 9 votos a seu favor e 8 contrários. Dabwido permaneceu na presidência até junho de 2013, quando decidiu não concorrer à reeleição e foi sucedido por seu aliado Baron Waqa, ~~que, Baron Wago~~ foi firme defensor da manutenção do campo australiano de solicitantes de refúgio em Nauru, atualmente com cerca de 300 pessoas. As taxas pagas pela Austrália relativas ao campo fornecem aproximadamente um terço da renda nacional de Nauru e não há expectativa de mudança na posição do governo local.

Em 27 de agosto de 2019 foram realizadas novas eleições parlamentares, que contaram com observadores do Fórum das Ilhas do Pacífico. Baron Waqa não logrou a reeleição em vaga pelo distrito de Boe e, por isso, deixou a chefia do governo. Ao contrário das expectativas, que consideravam o ministro da Economia, David Adeang, como sucessor de Waqa, Lionel Aingimea, ex-Secretário de Justiça e ex-advogado defensor dos direitos humanos, ganhou as eleições por 12 votos a 6. Em seu primeiro discurso à nação, Aingimea pregou a unidade de Nauru e a união das forças políticas do pequeno país. Analistas políticos consideram que a vitória de Aingimea representa uma renovação da política de Nauru, inclusive por representar a nova geração do país.

Em seus primeiros meses de governo, Aingimea reforçou seu compromisso com a reforma dos sistemas de saúde e educacional, além de buscar alternativas econômicas para o país, acometido por anos de estagnação econômica. Seu principal objetivo macroeconômico é buscar a criação de empregos, principalmente para a população jovem.

Com o objetivo de auxiliar o novo governo de Aingimea, o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), com o apoio financeiro australiano, anunciou auxílio para a construção de nova estrutura para o porto de Aiwo, capacitando-o a

| receber navios cargueiros de grande porte para incrementar a conectividade do país. Em outubro de 2019, 500 blocos de concreto^s foram instalados para formar a estrutura do porto. Durante evento de instalação dos blocos, Aingimea comentou que “agora estamos concretizando nosso sonho de possuir um porto internacional e o projeto de parceria em desenvolvimento será ponto chave para o sucesso do projeto.”

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

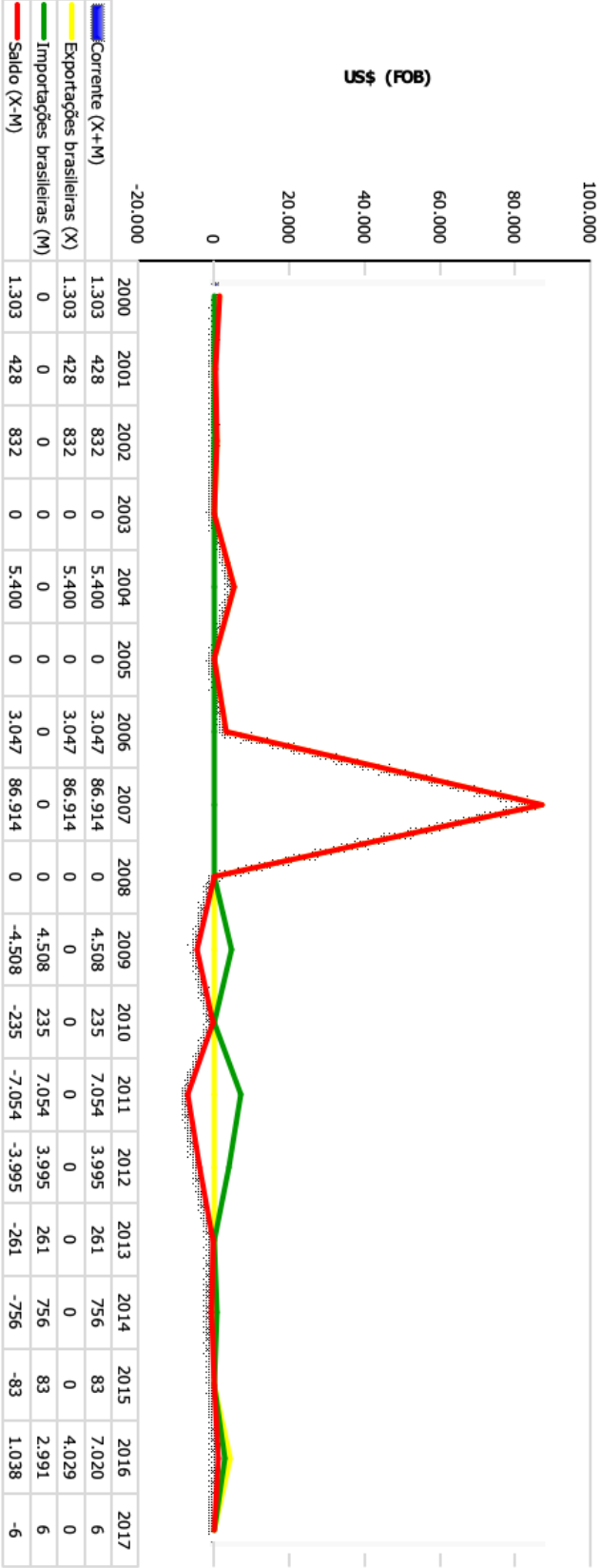
NAURU

Balança Comercial com o Brasil e com o mundo



Maio de 2018

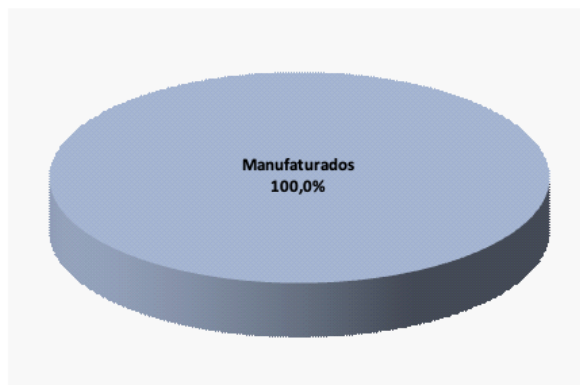
Comércio Brasil-Nauru



Elaborado pelo MRE/DPQ/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações

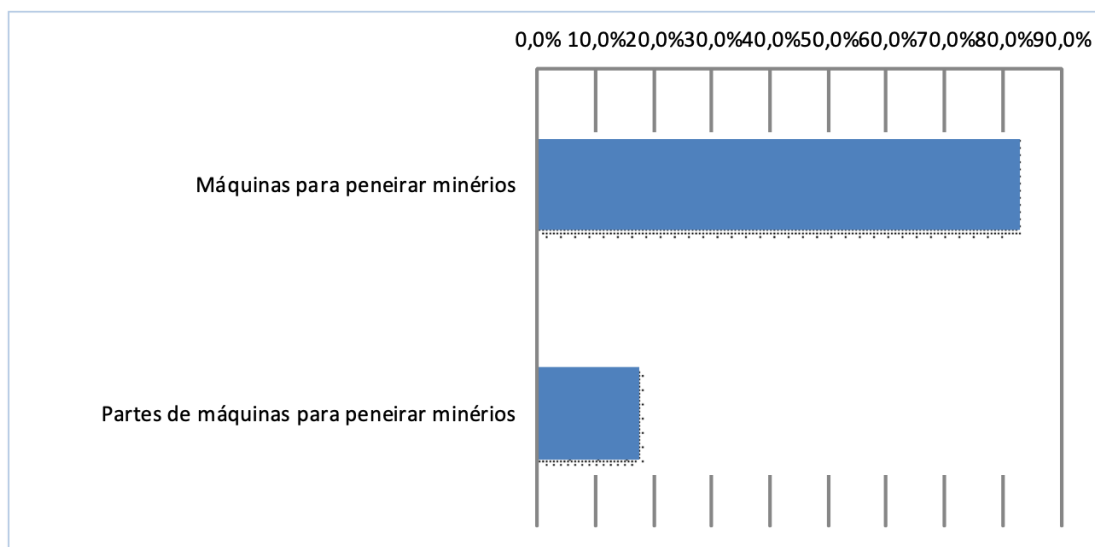


Composição das exportações brasileiras para Nauru (SH8) US\$

Grupos de produtos	2016	
	Valor	Part.% no total
Máquinas para peneirar minérios	3.332	82,7%
Partes de máquinas para peneirar minérios	697	17,3%
Subtotal	4.029	100,0%
Outros	0	0,0%
Total	4.029	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

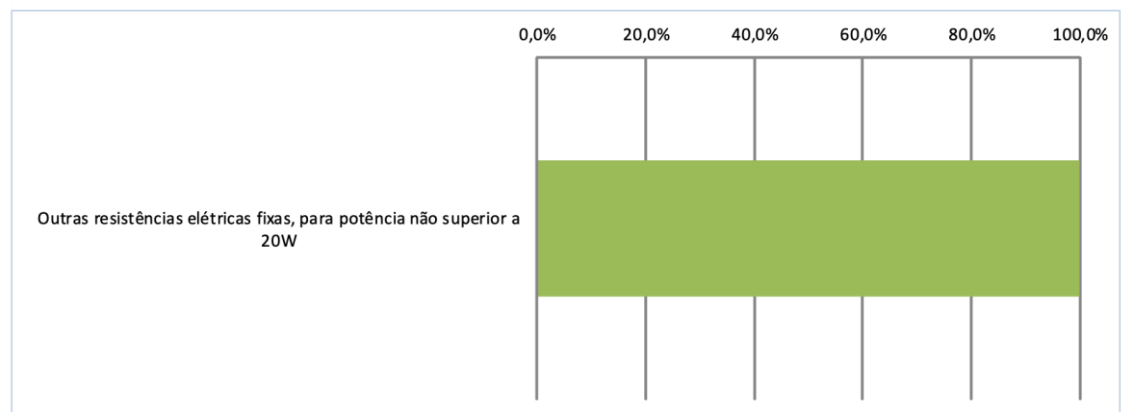


Composição das importações brasileiras originárias de Nauru (SH4)
US\$

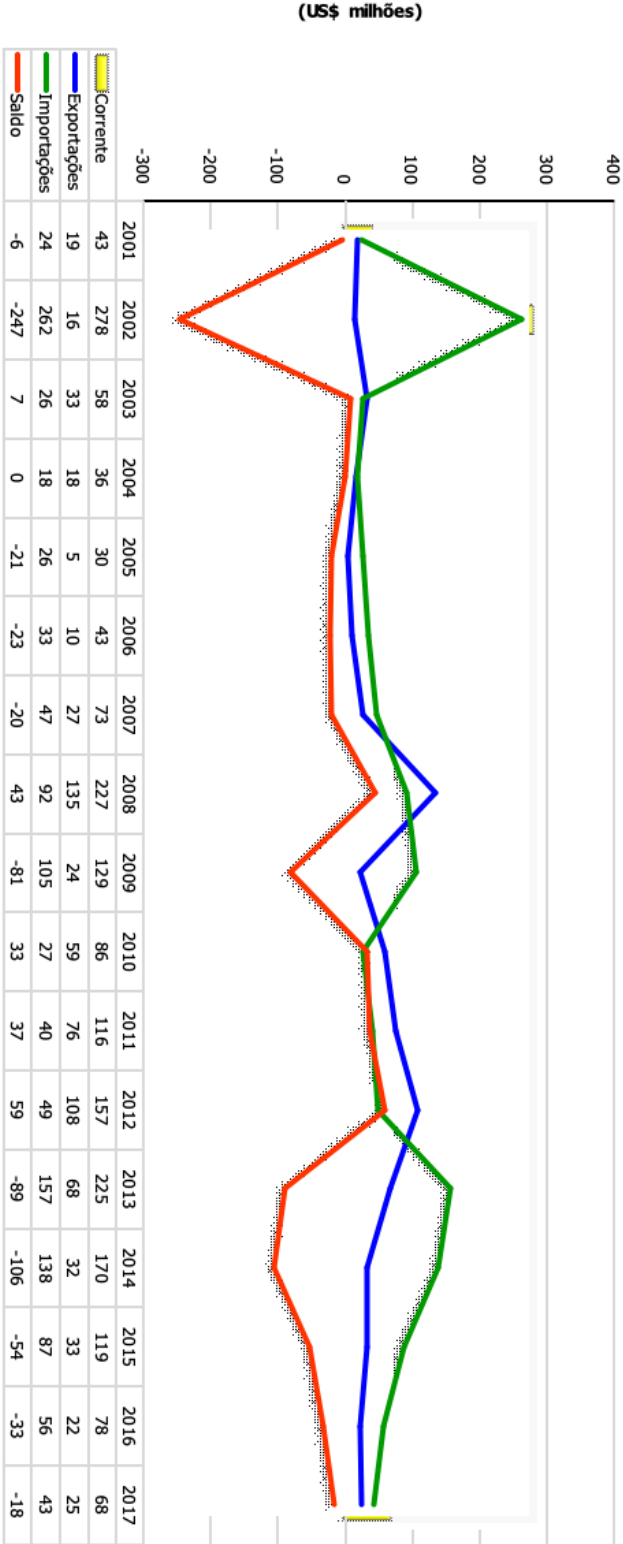
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Outras resistências elétricas fixas, para potência não superior a 20W	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Volantes de direção para veículos automóveis	0	0,0%	2.991	100,0%	0	0,0%
Acumuladores elétricos de íon de lítio	83	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	83	100,0%	2.991	100,0%	6	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	83	100,0%	2.991	100,0%	6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Comércio Nauru x Mundo



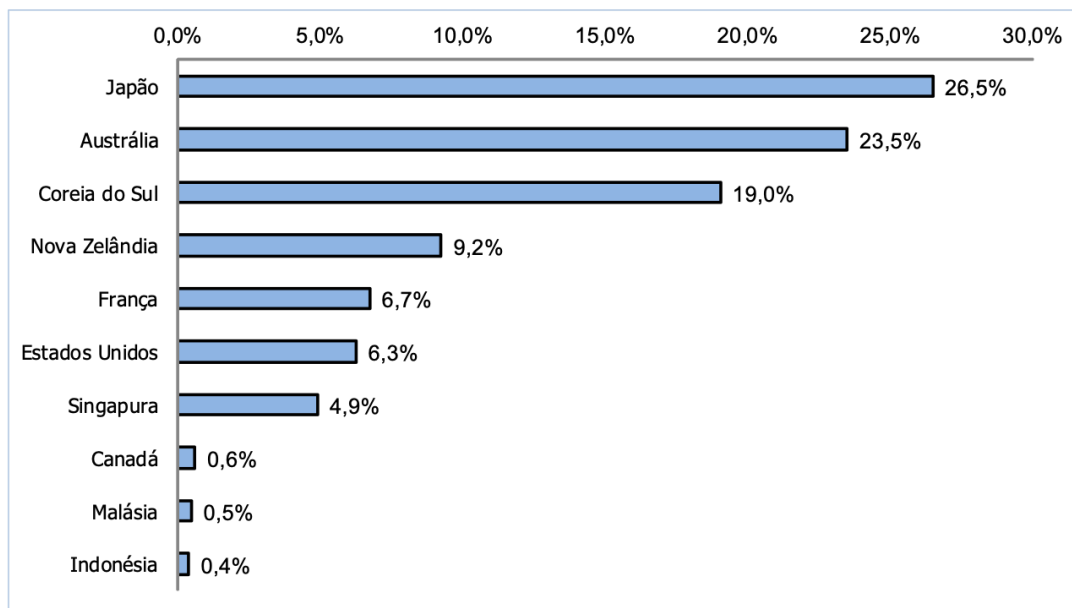
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Nauru
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Japão	6,65	26,5%
Austrália	5,90	23,5%
Coreia do Sul	4,78	19,0%
Nova Zelândia	2,32	9,2%
França	1,69	6,7%
Estados Unidos	1,57	6,3%
Singapura	1,23	4,9%
Canadá	0,15	0,6%
Malásia	0,12	0,5%
Indonésia	0,09	0,4%
...		
Brasil (36º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	24,50	97,6%
Outros países	0,60	2,4%
Total	25,10	100,0%

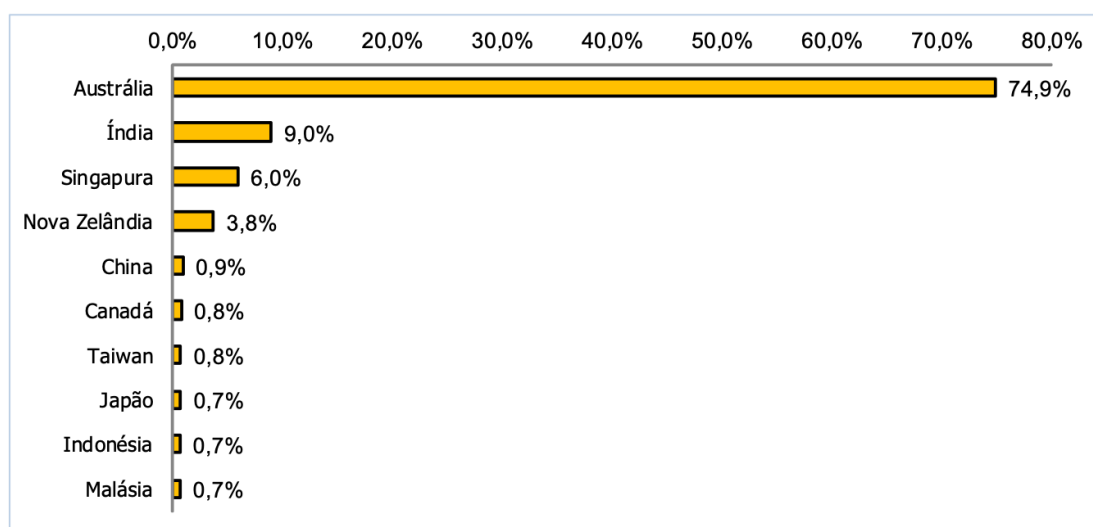
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



Principais origens das importações de Nauru
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Austrália	32,09	74,9%
Índia	3,85	9,0%
Singapura	2,55	6,0%
Nova Zelândia	1,61	3,8%
China	0,40	0,9%
Canadá	0,34	0,8%
Taiwan	0,32	0,8%
Japão	0,32	0,7%
Indonésia	0,30	0,7%
Malásia	0,30	0,7%
...		
Brasil (25º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	42,08	98,2%
Outros países	0,77	1,8%
Total	42,85	100,0%

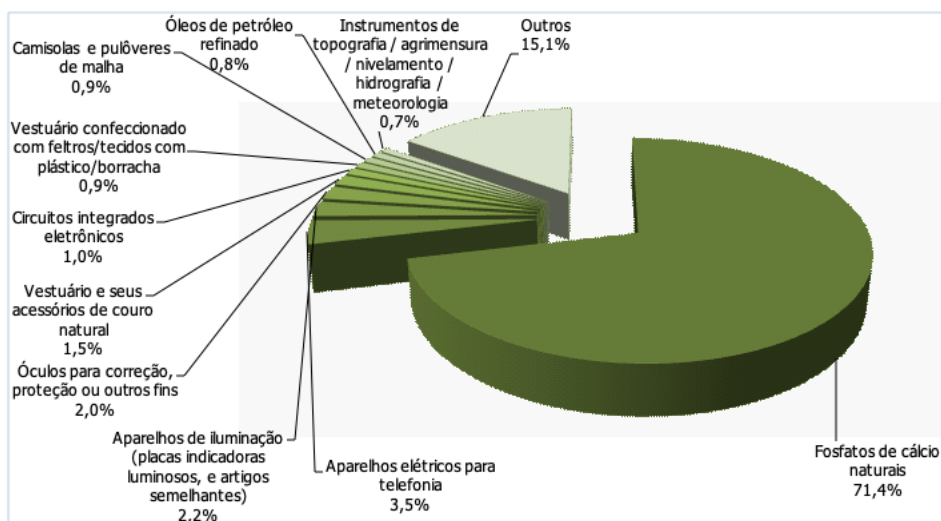
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



Composição das exportações de Nauru (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Fosfatos de cálcio naturais	16,01	71,4%
Aparelhos elétricos para telefonia	0,78	3,5%
Aparelhos de iluminação (placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes)	0,50	2,2%
Óculos para correção, proteção ou outros fins	0,44	2,0%
Vestuário e seus acessórios de couro natural	0,34	1,5%
Circuitos integrados eletrônicos	0,23	1,0%
Vestuário confeccionado com feltros/tecidos com plástico/borracha	0,20	0,9%
Camisolas e pulôveres de malha	0,19	0,9%
Óleos de petróleo refinado	0,19	0,8%
Instrumentos de topografia / agrimensura / nivelamento / hidrografia / meteorologia	0,17	0,7%
Subtotal	19,05	84,9%
Outros	3,39	15,1%
Total	22,44	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.
(1) Última posição disponível em maio de 2018.

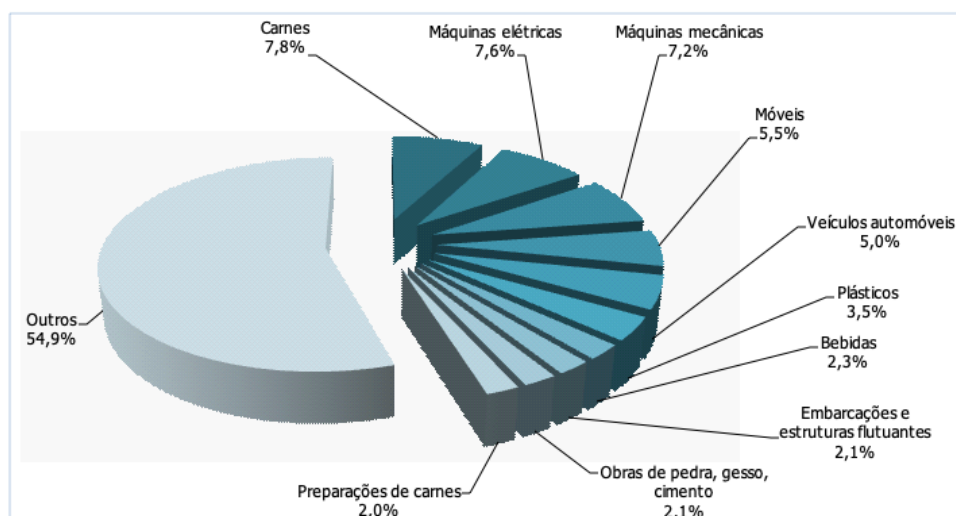


Composição das importações de Nauru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Carnes	4,38	7,8%
Máquinas elétricas	4,27	7,6%
Máquinas mecânicas	4,04	7,2%
Móveis	3,06	5,5%
Veículos automóveis	2,78	5,0%
Plásticos	1,96	3,5%
Bebidas	1,26	2,3%
Embarcações e estruturas flutuantes	1,18	2,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	1,15	2,1%
Preparações de carnes	1,13	2,0%
Subtotal	25,22	45,1%
Outros	30,64	54,9%
Total	55,86	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.
(1) Última posição disponível em maio de 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Nauru

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	10,40%	3,96%	-3,00%	0,00%	1,54%
PIB nominal (US\$ milhões)	102	114	114	114	117
PIB nominal "per capita" (US\$)	7.824	8.575	8.800	8.711	8.868
PIB PPP (US\$ milhões)	151	159	158	162	167
PIB PPP "per capita" (US\$)	11.540	12.002	12.220	12.350	12.634
População (mil habitantes)	13	13	13	13	13
Inflação (%) ⁽²⁾	8,22%	1,58%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,71%	0,68%	-0,68%	0,12%	1,54%

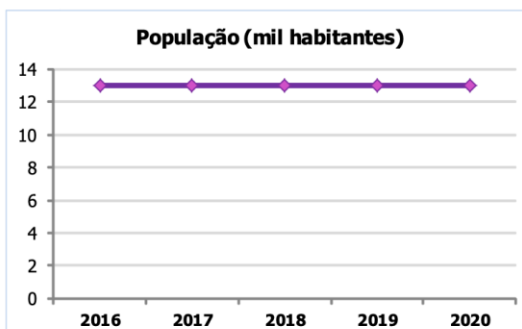
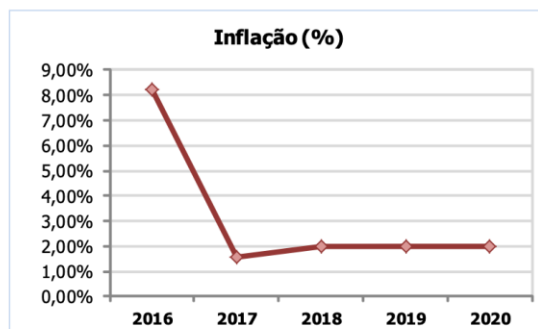
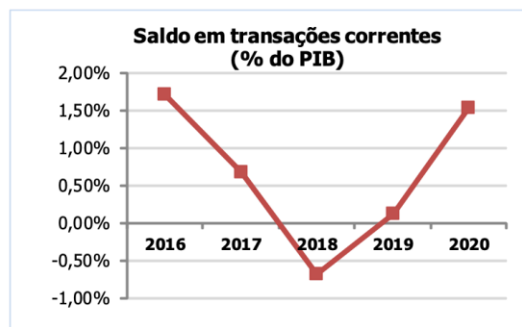
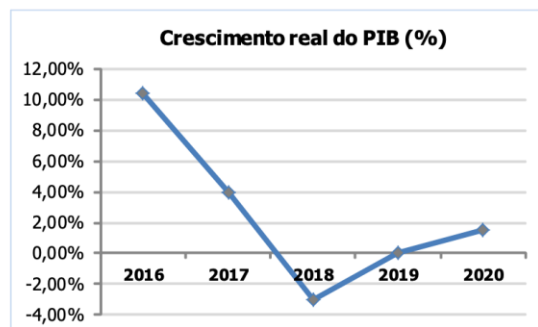
Origem do PIB (2009 Estimativa)

Agricultura	6,1%
Indústria	33,0%
Serviços	60,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI.

(2) Média do período.



Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 3 (jan-mar)	2 0 1 4 (jan-mar)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Varição em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-100,0%	n.a.	
Importações brasileiras	4,51	0,24	7,05	4,00	0,26	0,00	0,00	-94,2%
Varição em relação ao ano anterior	n.a.	-94,8%	(+)	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Intercâmbio comercial	4,51	0,24	7,05	4,00	0,26	0,00	0,00	-94,2%
Varição em relação ao ano anterior	-99,9%	-94,8%	2901,7%	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Saldo comercial	-4,51	-0,24	-7,05	-4,00	-0,26	0,00	0,00	n.c.

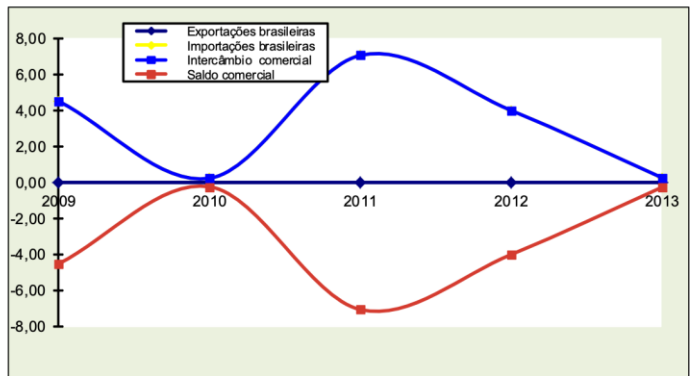
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(+) Varição superior a 1.000%.

(n.a.) Dado não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado.

Nauru foi o 234º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 94,2%, de US\$ 4,51 mil para US\$ 261. Nesse período, não houve exportações para o país e as importações caíram 94,2%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 261 em 2013.



Importações brasileiras por fator agregado
2013

Importações



Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2013, representados pela compra de outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Máquinas mecânicas	3,57	3,42	0,26	100,0%	
Subtotal	3,57	3,42	0,26	100,0%	
Outros produtos	3,49	0,57	0,00	0,0%	
Total	7,05	4,00	0,26	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Máquinas mecânicas (outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos) foram os únicos produtos importados daquele país em 2013.